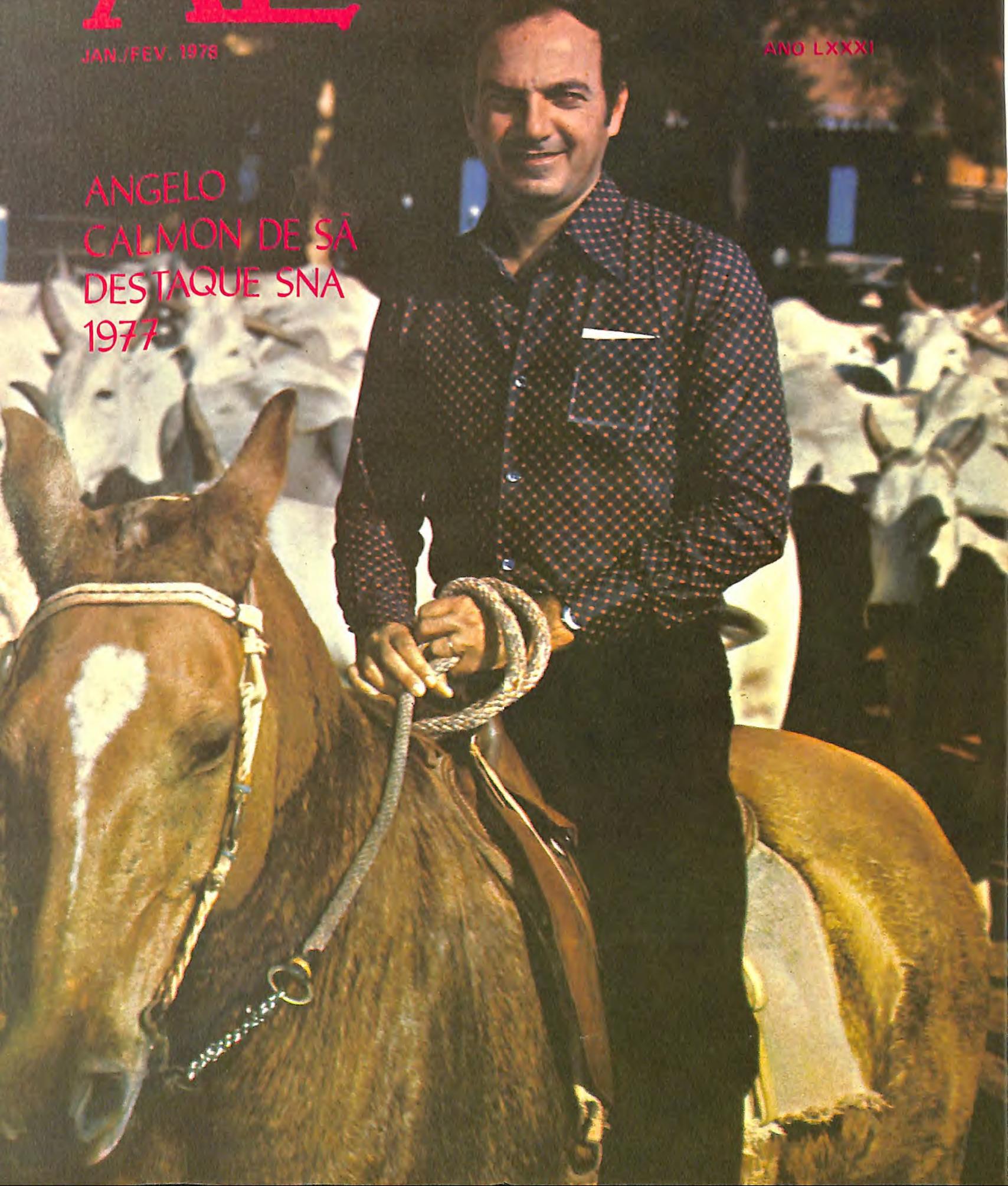


ALAVOURA

JAN./FEV. 1978

ANO LXXXI

ANGELO
CALMON DE SÁ
DESTAQUE SNA
1977





Nova marca Rezende.

A Granja Rezende cresceu e diversificou de tal forma suas atividades que o nome ficou pequeno.

O que tem uma granja avícola a ver, por exemplo, com uma criação de nelores?

A solução foi um nome que contasse tudo que estava acontecendo por aqui. E nomes específicos para cada atividade em separado.

Nada mais fizemos do que dar nome aos bois. Dar nome às aves, às indústrias, etc, etc. Dessa forma, criação de nelores chama-se Bovinos Rezende. Fábrica de rações chama-se Rações Rezende. Granja chama-se Granja Rezende. E assim por diante.

Todas as atividades juntas receberam o nome de Empreendimentos Alimentícios Rezende - porque o nosso trabalho de criar e fabricar é planejado e executado com um único objetivo: produzir alimentos para o Homem.

Tudo que pensamos, fazemos e somos foi sintetizado nesta marca:  Marca que prova que o *cerrado* não é um desafio impossível para quem se dispõe a enfrentá-lo. Marca que mostra que as pessoas que acreditaram no empreendimento - há 15 anos - ou tinham mais visão que as outras, ou tinham mais confiança nelas mesmas. Ou as duas coisas juntas.

Marca que significa capacidade administrativa e um relacionamento saudável com fornecedores. Marca que assegura a manutenção de nossa política de atendimento preferencial aos nossos clientes. Marca que representa 1.800 empregos diretos.

Marca que comprova o apoio do Governo às iniciativas que contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico do país. Marca que garante a qualidade dos nossos produtos para todos os níveis do mercado consumidor.

E tudo que ela quer dizer.



Diretor

Carlos Arthur Repsold
Engenheiro-Agrônomo

Diretor

Redator-chefe
Rufino D'Almeida Guerra Filho
Registro Jornalista
Profissional n.º 3484

Assessor

Carlos Alberto P. Soares

Comissão Técnica

Luiz Guimarães Júnior
Charles F. Robbs
Jayme Lins de Almeida
Octavio Mello Alvarenga

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade de seus autores.

EXPEDIENTE

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171 - 2.º andar
- ZC-39 - RJ

CAIXA POSTAL: 1245 - RIO - RJ
FONES: 242-2981 - 2427950

Composição e impressão:

JET PRESS, uma divisão da Editora Lidador Ltda.
Rua Paulino Fernandes, 58
FONES: 266-7179 e 266-4105
Rio de Janeiro - RJ

Colaboradores da SNA

Geraldo Oliveira Lira Chefe da Secretaria
Sylvia Maria da Franca Bibliotecária-Chefe
Jacira Rocha de Araújo Assistente de Secretaria

crédito rural palavras, palavras

"Não congelei nem descongelei o crédito rural", disse, categórico, em Brasília, no dia 13 de janeiro, o Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, desmentindo que o Governo esteja pensando em congelar as aplicações para o setor agrícola. Na oportunidade admitiu que "o crédito rural poderá, este ano, ter um crescimento *nominal* de 35 por cento em relação ao ano passado".

No dia 31 o presidente do Banco do Brasil, Karlos Rischbieter, declarou que "vamos executar uma política monetária apertada, que se encaixe nos objetivos globais da economia, ou seja, vamos conter ainda mais a taxa de inflação e (Deus o ouça) *não acontecerá nenhuma desgraça à agricultura brasileira*".

Por sua vez, o Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, disse estar esperançoso de que o nível de expansão de recursos fixado para o crédito rural venha a ser revisto, tão logo o comportamento da taxa inflacionária permita a liberação de um montante acima dos Cr\$ 305 bilhões. Mas, ressalva: — "*isso, na expectativa de que o setor agrícola continue com prioridade*".

Já o diretor da Política (?) de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, Antonio Alvares da Silva, é de opinião de que o crédito rural "assumiu tendência demasiadamente expansionista, aparentando visíveis sinais de distorção". E mais: que "na atual conjuntura, se não for adotada uma política rígida e adequada de *ministração* de crédito rural em estrita função das reais e inadiáveis necessidades do produtor, a par de cuidadosa verificação de suas disponibilidades (???) financeiras, para também participar do custeio do empreendimento, o crédito se constituirá em fator de perturbação (?) da economia, pelas conhecidas (?) repercussões que pode trazer".

Para ele, o fato de o setor rural *não corresponder* adequadamente (???) às maciças injeções de recursos que vêm sendo aplicadas a taxas acentuadamente negativas (?), "tem dado ensejo às mais diversas críticas e suspeitas (?) quanto à correta aplicação do crédito agrícola".

Em tempo: Alvares da Silva é o mesmo senhor que andou às "turras" recentemente com o secretário executivo da Comcred — Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural, Mario Krueel Guimarães, por discordar do anteprojeto de lei que propõe a atualização e desburocratização da política de crédito rural, o qual continua engavetado há mais de ano e meio.

Pois é. No final da história quem leva na cabeça é o produtor rural, mesmo alimentando 113 milhões de bocas ou evitando, por exemplo, que fosse adotado no país o depósito compulsório da gasolina, como lembrou há dias o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Meirelles.



NOSSA CAPA

Angelo
Calmon de Sá
Ministro da Indústria
e do Comércio
Destaque SNA — 1977
(Foto: Bloch Editores)



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897 - RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI Nº 3549 DE 16 DE 10 DE 1916

END TELEG. VIRIBUSUNITIS
CAIXA POSTAL 1245

AVENIDA GENERAL BUSSO 171 2º

RIO DE JANEIRO - BRASIL

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente: GILBERTO CONFORTO
2.º Vice-Presidente: JOSÉ RESENDE PERES
3.º Vice-Presidente: GERALDO GOULART DA SILVEIRA
4.º Vice-Presidente: OTTO LYRA SCHRADER
1.º Secretário: CARLOS INFANTE VIEIRA
2.º Secretário: OCTÁVIO MELLO ALVARENGA
3.º Secretário: JOÃO BUCHAUL
1.º Tesoureiro: PAULO AGOSTINO NEIVA
2.º Tesoureiro: JOÃO DE SOUZA CARVALHO
3.º Tesoureiro: JOÃO CARLOS FAVERET PORTO

DIRETORIA TÉCNICA

Aldo Alves Peixoto
Almiro Gonçalves de Castro
Arthur Mendes de Castro Barbosa
Carlos Arthur Repsold
Fausto Aita Gai
Flávio da Costa Brito
Hélio Raposo
João Carlos de Souza Carvalho
José Antonio Christovão
Luiz Guimarães Júnior
Luiz Guimarães Neto
Paulo Augusto P. de Carvalho
Roque Barbosa
Rubem Fontes Marsillac
Rufino D'Almeida Guerra Filho

VITALÍCIOS

Geraldo Goulart da Silveira
Otto Frensel

COMISSÃO FISCAL

Efetivos

Amaro Cavalcanti
José Carlos Ferreira Campelo
Arnaldo Melo Leitão

Suplentes

José Teixeira Garcia
Adalberto da Silva Carneiro

Sócio Correspondente em
Portugal:

Prof. Domingos Rosado Victoria
Pires

Sócio Correspondente no
Canadá:

Dr. Francisco Soto Ravisé

CONSELHO SUPERIOR

CADEIRA PATRONO

1 Ennes de Souza
2 Moura Brasil
3 Campos da Paz
4 Barão de Capanema
5 Antonino Fialho
6 Wenceslão Bello
7 Sylvio Rangel
8 Pacheco Leão
9 Lauro Müller
10 Miguel Calmon
11 Lyra Castro
12 Augusto Ramos
13 Simões Lopes
14 Eduardo Cotrim
15 Pedro Osório
16 Trajano de Medeiros
17 Paulino Cavalcanti
18 Fernando Costa
19 Sergio de Carvalho
20 Gustavo Dutra
21 José A. Trindade
22 Ignácio Tosta
23 José Saturnino Brito
24 José Bonifácio
25 Luiz de Queiroz
26 Carlos Moreira
27 Alberto Sampaio
28 Navarro de Andrade
29 Alberto Torres
30 Sá Fortes
31 Theodoro Peckolt
32 Ricardo de Carvalho
33 Barbosa Rodrigues
34 Gonzaga de Campos
35 Américo Braga
36 Epaminondas de Souza
37 Mello Leitão
38 Aristides Caire
39 Vital Brasil
40 Getúlio Vargas

TITULAR

Raphael da Silva Xavier
Fausto Aita Gai
Geraldo Goulart da Silveira
Hélio Raposo
Luiz Marques Poliano
Armênio da Rocha Miranda
João de Souza Carvalho
João Buchaul
Carlos Arthur Repsold
Edmundo Campelo Costa
Paulo Agostino Neiva
Edgard Teixeira Leite
Luiz Simões Lopes
Jayme Bernardes Cotrim
Luiz Fernando Cirne Lima

Luiz Guimarães Junior
Rufino D'Almeida Guerra Filho
Jalmirz Guimarães Gomes
Oswaldo Ballarin
Carlos Infante Vieira
João Carlos Faveret Porto
Fábio Luz Filho
Octávio Mello Alvarenga
José Resende Peres
Charles Frederick Robbs
Honório Monteiro Filho
Gilberto Conforto
Romolo Cavina
Otto Frensel
Renato da Costa Lima
Otto Lyra Schrader
Carlos Helvídio A. dos Reis
Amaro Cavalcanti

Apolônio Sales
Armando David F. Lima
Milton Freitas de Souza
Flávio da Costa Britto
João Batista Lusardo

SUMÁRIO

Crédito rural	1
Importância social e econômica do seguro rural	3
Sócios titulares tomam posse	7
Por que a raça Marchigiana?	8
SNA inaugura sala "Kurt Repsold"	13
Mosaico Cooperativista	14
Alguns informes sobre o sorgo granífero	18
Pesquisa no Norte fluminense	21
Os inimigos da goiabeira	22
Apostila para os teóricos da agricultura	24
Suplemento Especial — Destaques	25
Avião: equipamento imprescindível para o agricultor moderno	37
Agripower ou Agripowerless?	42
Mirante	44
Gramíneas e ornamentais	45
Embrapa executa programa de controle das cigarrinhas das pastagens	46
Livros e publicações	48
A falta que a floresta faz	49
O combate ao curuquerê do algodoeiro	52
DRC das galinhas	53
Notícias e informações do Brasil	55
Notícias e informações internacionais	59



Importância social e econômica do seguro rural

Luiz Guimarães Neto()
Engenheiro-Agrônomo
(Especial para A LAVOURA)*

○ Seguro Rural, que sucedeu ao Seguro Agrícola através do Decreto Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, ainda não está implantado o que constitui, no nosso entender, um ponto bastante vulnerável na economia da agropecuária brasileira.

O Seguro Agrícola, instituído no Brasil pela Lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1954, regulamentado pelo Decreto n.º 35.370, de 12 de abril de 1954, foi executado pela Companhia Nacional de Seguro Agrícola, cujo funcionamento foi autorizado pelo Decreto n.º 35.409, de 28 de abril de 1954.

O referido ramo de seguro tinha por objetivo garantir lavouras e rebanhos contra os riscos que lhes são peculiares. Nas lavouras, tais riscos cingiam-se apenas às incidências climáticas, incêndio e

danos causados por nuvens de gafanhotos, sendo que este somente na cultura de trigo e nos animais cobriam o risco morte causada por acidentes e doenças.

Tal limitação nos riscos foi um dos mais graves problemas encontrados na expansão do seguro agrícola, ao longo dos 10 anos de operação efetiva da Companhia, que foi extinta pelo já citado Decreto-Lei n.º 73. Não é nosso escopo, neste sucinto trabalho, discutir ou argumentar sobre as razões de frustração da primeira tentativa de implantação do seguro agrícola no Brasil. É oportuno lembrar que, nos Estados Unidos o mesmo tipo de seguro só foi definitivamente implantado após 4 ou 5 tentativas, e hoje é executado pela Federal Crop Insurance, vinculada ao Ministério da Agricultura daquele país.

Atualmente, o Seguro Agrícola é um dos itens da apólice do Seguro Rural, tornado obrigatório, no Art. 20 do Decreto-Lei n.º 73 e que, também por motivos que não nos cabe focar aqui, permanece no maior platonismo.

Ressalve-se, entretanto, que a obrigatoriedade do Seguro Rural nos financiamentos à agropecuária, ou pelo menos uma recomendação das gerências dos estabelecimentos de crédito rural nesse sentido, é condição precípua para a sobrevivência desse importante instituto.

A Lei n.º 2.168, já em 1954, não obrigava ao mutuário dos bancos ao seguro, mas incentivava, como se pode

(*) — Diretor Técnico da SNA/Do Centro Interamericano de Comercialização (Fundação Getúlio Vargas).

observar no item 2 deste trabalho, o que demonstra a intenção do governo de fomentar o seguro agrícola.

Entretanto, este ramo de seguro, por sua imperiosa necessidade, sentida tanto pelo governo como pelos produtores rurais, prosseguiu timidamente com operações principalmente em São Paulo (com longa tradição) através da COSESP, posteriormente em Minas Gerais — BEMGE e mais recentemente no Rio de Janeiro pela BANRIO SEGUROS.

Em mais uma demonstração do reconhecimento da lacuna existente na economia agrícola do País, o governo instituiu o PROAGRO, respeitando, porém, as áreas abrangidas pelo seguro rural.

Tema polêmico é o de quem fazer o seguro rural. No nosso entender, quem o fizer, iniciativa privada, Estado ou ambos (o que achamos perfeitamente possível e até desejável), o fato é que não se deve desprezar a experiência de 12 anos da extinta CNSA e prosseguir-se com o máximo de aprimoramento. No caso, defendemos a tese da regionalização do Seguro Rural.

Uma empresa que centralize as operações não é muito recomendável. Cada região tem suas peculiaridades. A ecologia e o caráter biológico da produção agropecuária contribuem decisivamente para isto.

Um órgão central, como a extinta CNSA, mesmo com sucursais pelas diversas regiões do País, por menos que centralize e por força mesmo de administração, monopoliza em grande parte as decisões, o que prejudica o funcionamento superdinâmico do seguro rural pela própria natureza do bem segurado (no caso de animais e plantas).

Com relação a esse aspecto da questão, citamos textualmente pensamento do "expert" Maurício Alves de Castilho⁽¹⁾ em artigo da "REVISTA DA SUSEP", n.º 4, janeiro/fevereiro, 1969 intitulado "O SEGURO RURAL (IV)":

"Se se for iniciar indiscriminadamente a nova etapa de colocação de seguro agrícola (após a malograda experiência da CNSA), sem se levar em conta os aspectos regionais, correr-se-á o risco ao cabo de um ou dois anos, o empreendimento fracassar de novo, tornar-se absolutamente desinteressante ou mesmo prejudicial para as sociedades seguradoras e tudo se perderá por culpa de um possível açodamento ou ânsia pelos grandes negócios, angariados sem o cuidado requerido".

Somos testemunhas de que a BANRIO SEGUROS S.A. está trilhando o caminho mais recomendável, com uma implantação cuidadosa e paulatina, como exige o mister e determinam os preceitos legais.

IMPORTÂNCIA

Consideramos o Seguro Agrícola elemento da maior importância para a sociedade e a economia do homem do campo, porque:

a) *Estimula a proteção à lavoura* — O órgão executor do seguro agrícola tem em vista oferecer proteção à lavoura mediante um custo razoável. Em consequência disto, procura fomentar os diversos meios de proteção, através de estreita cooperação com o segurado. Esta cooperação pode ser mostrada não só através de diversas cláusulas de contrato (Condições Gerais de Apólice), onde se encontram diversas obrigações de ordem técnica para o agricultor, como também por meio das inspeções efetuadas nas plantações, quando os técnicos da empresa e/ou seus credenciados aconselham os agricultores a procederem da maneira a proteger ao máximo as plantações, inclusive desaconselhando a instalação de uma lavoura, caso haja uma situação de total desproteção.

b) *Promove a união da família rural e sua fixação ao meio* — O produtor, através do seguro rural, encontra proteção contra os prejuízos causados pelos males da natureza, os quais não pode evitar, prevenir ou remediar. Tal fato constitui base sólida onde o homem do campo assenta a manutenção da família.

Um dos grandes problemas dos agricultores menos favorecidos é, sem dúvida alguma, recomeçar um trabalho de-

pois de o mesmo ter sido destruído. As dificuldades na obtenção do crédito e da assistência e que, quando existem, nem sempre são de molde a atender às necessidades, contribuem para tal situação.

Esses agricultores, em caso de "catástrofe", fatalmente têm de procurar outro meio de sobrevivência, o que origina a desintegração da família rural.

O Seguro Rural possibilita a subsistência da lavoura e com isto a família se mantém unida; há o estímulo para o trabalho no campo e daí a sua fixação no meio rural, evitando o tão decantado êxodo rural.

c) *Proporciona tranquilidade ao agricultor* — Num meio rural difícil como o nosso, onde os meios de comunicação e transporte são precários, e, o que muito agrava tal ambiente, há carência de postos meteorológicos e inexistência ou deficiência de equipamentos para combater aos fenômenos da natureza como geadas e granizo, como se pode tranquilizar o agricultor, quando na iminência de tais fenômenos? E a seca? O seguro dá tranquilidade e confiança ao agricultor, constituindo-se em um dos fatores decisivos para o êxito da lavoura.

d) *Finalidade educacional* — Através da inspeção, o técnico da empresa seguradora deve auxiliar tecnicamente o agricultor e com isto educa-o no seu difícil e ingrato mister. O agricultor com melhor orientação técnica, fica em condições de produzir mais e melhor. A apólice de seguro rural, deve estimular as práticas mais recomendadas para cada exploração agropecuária.



(1) — Economista, ex-técnico da CNSA, tendo ocupado cargos de alta direção na empresa. Ex-Chefe da Carteira de Seguro Rural da COSESP, Ex-Secretário do Conselho do CNSP.



A BANRIO SEGUROS, quando da elaboração dos planos de seguro agrícola, propôs que as lavouras irrigadas fossem favorecidas na tarifa, com relação às não irrigadas. Trata-se de um artifício válido, uma vez que, modernamente, para as grandes safras e para conferir maior estabilidade à produção agrícola, o insumo água é básico.

e) *Proporciona base para crédito* — Os financiamentos à lavoura, outro ponto que tem merecido a atenção de diferentes órgãos, nem sempre atendem a todos os que necessitam. O seguro rural colabora na economia do agricultor, fornecendo-lhe base para o crédito agrícola.

Para melhor esclarecimento não me furtarei a transcrever o art. 2.º da Lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1954, que diz: "Na concessão de financiamento a atividades rurais, quando garantidas por apólices de seguro, este será considerado fator de redução de juros, de conformidade com o que dispuser o regulamento".

Como se verifica, colabora o seguro para que os financiamentos a agricultores sejam concedidos em bases mais condizentes com as suas necessidades.

f) *Segurança na Operação de Crédito Agrícola* — Os bancos não se sentem suficientemente garantidos nos financiamentos à agricultura e à pecuária, não sendo satisfatória a garantia do penhor da safra. Isto porque em anos desfavoráveis, as safras são insuficientes, havendo casos da repetição do fenômeno em anos consecutivos, o que traz a insolvência do agricultor.

Em nosso país, tal fato ocorreu diversas vezes com o órgão financiador oficial, o Banco do Brasil S.A., quando o Governo amparou os agricultores e criadores através de moratórias, às quais, re-

motamente, trazem conseqüências desfavoráveis ao agricultor.

A apólice de seguro agrícola no financiamento agropecuário restabelece a operação, fazendo retornar ao órgão financiador o capital investido e ao agricultor a possibilidade de novo crédito.

g) *Estabilidade dos preços dos produtos agrícolas* — Finalmente, com base essencial da nova política agrária encetada pelo Governo, o Seguro Rural tem condição marcante no que concerne à procura da estabilidade dos preços dos produtos agrícolas, complementando as políticas de preços mínimos e de crédito rural, do mesmo modo que crédito, transporte e seguro constituem-se em um tripé básico em uma política racional de incentivo às exportações.

O SEGURO RURAL COMO POTENCIAL PARA O MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

Ao abrangermos o assunto, cabe-nos fazer sucintamente um retrospecto do comportamento do então Seguro Agrícola no período de operações industriais da extinta Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

E assim procedemos apresentando o Quadro 1 (anexo), onde se observam os resultados das operações da CNSA no período compreendido entre 1955 e 1964 — 9 anos agrícolas.

Na última coluna vê-se os financiamentos efetuados pelo Banco do Brasil, no mesmo período, para algumas culturas que tinham cobertura de seguro e também para a pecuária — espécie bovina.

Os dados do Quadro 1 induzem-nos a várias ilações, mas, focalizamos umas poucas que interessam diretamente aos objetivos desse trabalho.

De início, observe-se que, curiosamente, para o fim do período que enfocamos, diminuíam as atividades, porém, os prêmios arrecadados sempre tenderam ao crescimento, exceto no penúltimo ano de operações efetivas quando se operou apenas em café e bovinos. O fenômeno é explicado pelo fato de que, com os "déficits" acumulados anualmente em seus balanços contábeis, a CNSA diminuiu a sua atividade, porém a tradição do seguro agrícola já estava arraigada, o que demonstra o citado contraste.

Importante observar, também, é o coeficiente sinistro/prêmio da modalidade bovinos, onde a maior sinistralidade ocorreu em 1960, com o índice de 77%, o que mostra a grande factibilidade dessa carteira, cabendo-nos informar que a CNSA tinha animais segurados nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Note-se a tentativa correta de se operar em todas as modalidades, o que foi conseguido nos quatro primeiros exercícios, sendo de notar que a sinistralidade do seguro de algodão em 1956/57 não tem maior expressão, pois foram sinistradas as duas lavouras seguradas (em Minas Gerais).

Como conclusão mais importante das operações industriais da CNSA no período de 9 anos agrícolas é o sinistro/prêmio total, que atinge o índice de 102,5%. Isto mostra o risco a que o empreendimento está sujeito, tudo conduzindo para a conclusão da necessidade de massificar o seguro rural, o que se pode conseguir através dos financiamentos à agropecuária efetuados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, conforme preconiza a lei.

No Quadro 1 figuram na última coluna os financiamentos do Banco do Brasil para bovinos e arroz até 1958/59, bovinos e café em 1959/60, 1960/61 e 1962/63 e videira em 1961/62 e 1963/64.

A finalidade desses dados é confirmar a tese que expusemos acima, pois se considerarmos uma taxa média de 4,5% para todas as modalidades em que operou a extinta CNSA, temos os seguintes prêmios ano a ano que teriam sido arrecadados pela empresa se operasse com o Banco do Brasil (em cruzeiros velhos):

558.135.000,00	— 1955/56
776.205.000,00	— 1956/57
1.008.045.000,00	— 1957/58
1.113.975.000,00	— 1958/59
1.579.977.000,00	— 1959/60
2.297.790.000,00	— 1960/61
3.080.610.000,00	— 1961/62
6.384.015.000,00	— 1962/63
8.731.845.000,00	— 1963/64
Total: 25.530.597.000,00	

Como se pode verificar, é flagrante o contraste entre o que poderia ter sido arrecadado em seguros compulsórios e o que foi realmente efetivado em seguros pela CNSA. O contraste torna-se maior, se atentamos para o detalhe de que, enquanto a Companhia operou em 5 ou em 6 modalidades, os dados de financiamento referem-se apenas a duas modalidades por ano agrícola. Temos, pois, Cr\$ 134.774.019,00 arrecadados pela CNSA contra um prêmio potencial de Cr\$ 25.530.597.000,00 (189,43% maior), o que certamente manteria até hoje a CNSA operando em seguro rural.

É oportuno informar também que, em duas campanhas consecutivas realizadas no Rio Grande do Sul, operou-se com o Banco do Brasil nos financiamentos às lavouras de trigo, através de uma corretora particular, obtendo-se um prêmio total de Cr\$ 305.619.768,00 (ver Quadro 1) totalmente absorvido pela sinistralidade.

Reportando-nos ao presente, apresentamos o Quadro 2, no anexo, onde vemos os quatro ramos de seguro mais significativos nas arrecadações em 1975 dentre os 29 ramos constantes na fonte consultada (IBGE) e mais o ramo riscos rurais, que tem uma participação de 1,1% no total arrecadado.

Nesse mesmo ano, os financiamentos à pecuária foram da ordem de Cr\$ 12.103.796.000,00 e à agricultura da ordem de Cr\$ 41.101.011.000,00, o que perfaz um total de Cr\$ 53.204.807.000,00⁽²⁾.

Se considerarmos uma taxa média estimada, em torno de 2,0%, baseando-nos nas taxas da Resolução 5/70 do CNSP, de 14 de julho de 1970, concluímos que, o prêmio potencial no ramo riscos rurais teria sido em 1975, da ordem de Cr\$ 1.330.120.175,00, ficando abaixo do ramo vida e com uma participação no total dos prêmios arrecadados, em torno de 27,5%, contra 1,1% dos seguros não compulsórios efetivamente arrecadados.

É pacífico que, a diversificação das operações, quer no que tange às modalidades (Resolução 5/70 e outros planos em vigor), quer diversificando geograficamente os riscos rurais, dificilmente uma carteira de Seguro Rural bem trabalhada não obterá êxito.

COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA
RESULTADOS INDUSTRIAIS
1955/1963

Ano e Ano Agrícola	Modalidade	Prêmio (Cr\$) (a)	Indenização (Cr\$) (a)	Sinistro Prêmio (%)	Financiamentos Banco do Brasil (Cr\$ 1.000.000) (a)
1955	Bovinos	1.078.729	68.875	6	2.444
1955/56	Videira	1.819.912	2.188.186	120	—
1955/56	Arroz	48.799	75.181	154	9.959
1955/56	Café	86.800	18.475	21	—
1955/56	Trigo	2.183.536b	—	—	—
Subtotal	—	3.034.240	2.350.717	77	12.403
1956	Bovinos	4.037.888	1.272.134	32	3.124
1956/57	Videira	4.368.399	2.394.503	55	—
1956/57	Algodão	28.935	178.038	615	—
1956/57	Arroz	1.042.097	99.404	10	14.125
1956/57	Café	2.036.733	235.464	12	—
1956/57	Trigo	2.415.010b	—	—	—
Subtotal	—	11.514.052	4.179.543	36	17.249
1957	Bovinos	6.096.044	3.473.320	57	4.361
1957/58	Videira	4.911.611	5.171.790	105	—
1957/58	Algodão	96.330b	—	—	—
1957/58	Arroz	1.467.279	3.428.024	234	18.040
1957/58	Café	1.444.508	851.273	59	—
1957/58	Trigo	4.707.755b	—	—	—
Subtotal	—	13.919.442	12.924.407	93	22.401
1958	Bovinos	7.347.492	4.295.313	58	5.213
1958/59	Videira	6.052.105	9.698.486	160	—
1958/59	Algodão	2.787b	—	—	—
1958/59	Arroz	3.574.440	18.189.526	508	19.542
1958/59	Café	3.263.673	209.936	6	—
1958/59	Trigo	2.601.471b	—	—	—
Subtotal	—	20.237.710	32.393.261	160	24.755
1959	Bovinos	7.543.448	3.379.543	45	6.541
1959/60	Videira	4.554.923	3.181.983	70	—
1959/60	Café	2.474.716	715.623	29	28.565
1959/60	Trigo	144.178.643b	—	—	—
Subtotal	—	14.573.087	7.277.149	50	35.106
1960	Bovinos	6.143.681	4.708.194	77	11.386
1960/61	Videira	5.667.373	15.373.167	271	—
1960/61	Café	3.640.536	3.144.401	86	39.676
1960/61	Trigo	161.441.125b	—	—	—
Subtotal	—	15.451.590	23.225.762	150	51.062
1961	Bovinos	9.493.138	2.913.822	31	11.741
1961/62	Videira	5.798.119	8.050.271	139	56.717
1961/62	Café	2.603.738	8.752.299	336	—
Subtotal	—	17.894.995	19.716.392	110	68.458
1962	Bovinos	5.136.982	2.936.329	57	30.283
1962/63	Café	2.603.738	8.752.299	336	111.584
Subtotal	—	7.740.720	11.688.628	151	141.867
1963	Bovinos	6.712.974	1.964.443	29	25.929
1963/64	Videira	23.695.209	22.372.660	94	168.112
Subtotal	—	30.408.183	24.337.103	80	194.041
Totais	—	134.774.019	138.092.962	102	567.342

Fonte: Trabalho apresentado pelo autor e aprovado para debates na III Reunião do CIES, realizado na cidade do México em 1965: "EL Seguro Agrícola y Ganadero en la América Latina y las posibilidades de formar una Institución Interamericana de Seguro Agrícola y Ganadero".

(a) Cruzeiros antigos.

(b) Não foram incluídos nos cálculos.

Quadro n.º 2
VALORES SEGURADOS PARA ALGUNS RAMOS DE SEGURO
1975

Ramos de Seguro	Valores do Seguro (Cr\$ 1.000)	Participação (%)
1. Vida	2.548.972.000	52,7
2. Acidentes Pessoais	515.543.663	10,7
3. Incêndio	810.702.970	16,8
4. Transportes	427.341.963	8,8
5. Responsabilidade Civil do Transportador	240.663.516	5,0
RISCOS RURAIS	51.957.436	1,1
TOTAL	4.836.045.926	95,1

(2) — Anuário Estatístico — IBGE, 1976

SÓCIOS TITULARES TOMAM POSSE NO CONSELHO SUPERIOR DA SNA



João Buchaul



Paulo Agostino Neiva

Em concorrida solenidade em nosso auditório, tomaram posse no Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura os sócios titulares João Buchaul e Paulo Agostino Neiva. Ambos integram a Diretoria-executiva da SNA desde 1975.

João Buchaul é engenheiro-agrônomo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, onde ao longo dos trinta e cinco anos de serviço tem ocupado postos da maior relevância. Buchaul foi chefe do antigo Serviço de Engenharia Rural da SAA e presidiu o Grupo de Trabalho encarregado de implantar o plano-piloto sobre o cultivo de camarões e ostras na Fazenda Modelo de Guaratiba, precursor da atual Estação Experimental de Aquicultura. Como empresário rural, João Buchaul é um dos grandes pecuaristas do Estado do Rio, transformando sua "Fazenda Capela de São Judas Tadeu", às margens da rodovia Rio - Campos, em um centro criatório da raça Gir dos mais conceituados. João Buchaul passou a ocupar a cadeira número 8, sucedendo o engenheiro-agrônomo e professor Frederico Murtinho Braga. O patrono da cadeira é Pacheco Leão.

Paulo Agostino Neiva, embora formado em Direito, tornou-se um especialista em assuntos contábeis e financeiros, assessorando durante longo período vários Ministros da Fazenda, como Corrêa e Castro, Guilherme da Silveira, Horácio Lafer e Oswaldo Aranha. De 1954 a 1959 serviu na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque. Desde 1961 pertence aos quadros da Fundação Getúlio Vargas, depois de 36 anos ininterruptos de serviço público, exercendo a partir de 1965 o cargo de Diretor Financeiro da entidade. Paulo Agostino Neiva foi empossado na cadeira número 11, anteriormente ocupada pelo engenheiro-agrônomo e professor Joaquim Bertino de Moraes Carvalho. O patrono da cadeira é Lyra Castro, que foi presidente da SNA e Ministro da Agricultura.

O Conselho Superior da SNA é composto por 40 sócios titulares. Seus integrantes são vitalícios, escolhidos após rigoroso processo seletivo, onde pesam o "currículo vitae" e os serviços prestados à Sociedade Nacional de Agricultura.

r.a.g.f.

MUDAS DE COQUEIRO ANÃO E ÁRVORES ORNAMENTAIS



Ganhe muito, plantando na sua propriedade o coqueiro anão-VERDE VERDADEIRO Grande produtividade e muito sabor.



Grande variedade de mudas de árvores ornamentais, destacando-se
AMENDOEIRA
MUNGUBEIRA
ARECA BANGUA

Informações com
Dr. A. de SOUZA PIRES
Rua Aurélio de Figueiredo,
114 - Tel. 394-0896
Campo Grande
Rio de Janeiro - RJ
20.000



O Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Dr. Luiz Simões Lopes (o segundo à direita), esteve presente em Araçatuba (SP), ao I Encontro Nacional dos Criadores da Raça Marchigiana. Durante a reunião, que foi realizada na Fazenda Santa Cecília, de propriedade da Liquifarm do Brasil, o professor João Soares Veiga proferiu a palestra que A LAVOURA agora publica. Na foto, da esquerda para a direita, os Drs. Duílio D'Angelo, Mário Gorla (Vice-presidente da Liquifarm), Oscar Gurjão Cotrim (Prefeito de Araçatuba) e José Cláudio de Abreu.

Por que a raça Marchigiana?

Prof. João Soares Veiga (*)

Diretor Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Marchigiana

Ninguém ignora que o Brasil é, hoje, um país importador de carne e de leite de bovinos. De carne temos sido importadores há muitos anos e nestes últimos, temos introduzido, através das fronteiras do sul, milhares e milhares de cabeças de bovinos, sempre que os preços nos são favoráveis. As cinquenta mil toneladas de carne que segundo se anuncia serão importadas este ano (1977) representam 280 mil carcaças de 180 kg, mas em anos sucessivos, no fim da década de 60 e no início da de 70, chegamos a receber pelas fronteiras do Uruguai, de 600 a 700 mil cabeças de gado em pé, correspondentes a 130/140 mil toneladas de carne.

Somos importadores e continuaremos a sê-lo, cada vez mais, se para tanto tivermos divisas e poder aquisitivo, se nos próximos anos mantivermos a mesma política de produção, as mesmas técnicas (obsoletas) de exploração dos rebanhos, a mesma displicência no trato dos trabalhos ligados à pecuária.

Os atuais índices zootécnicos de natalidade (55%), de mortalidade (20%),

de crescimento (210 g/dia) não nos permitem um crescimento anual do rebanho acima de 1,3% ao ano, nem um desfrute superior a 10/12%. Enquanto isso, nossa população humana cresce cerca de 3% ao ano e, indubitavelmente, tem aumentado também seu poder aquisitivo. Em 1950 havia aproximadamente um bovino para cada habitante brasileiro. Hoje, talvez existam 0,8 de bovino por habitante. No ano 2000, cada habitante brasileiro não deverá contar com mais de 0,5 bovino. Para cada bovino existente no rebanho nacional estamos produzindo o correspondente a 25 kg de carne em carcaça, cerca de 20 kg de carne limpa que representam, aproximadamente, o consumo de cada brasileiro por ano.

Mantidos os mesmos índices zootécnicos, a produção de carnes deverá corresponder, no ano 2000 a 10 kg de carne por habitante do país.

Não há mais qualquer possibilidade de se aumentarem as produções de carnes e de leite de nossos rebanhos, exclusivamente pelo seu aumento vegetativo, pela sua extensão e propagação nos imensos espaços abertos que possuímos. Mantendo os mesmos índices zootécnicos atuais, para termos carne suficiente no ano 2.000 nosso rebanho deveria crescer anualmente e a partir de agora,

de 12 a 20% o que seria totalmente impossível.

A única alternativa que se nos depara, irremovível, inadiável, mas exequível é o aumento da produtividade de nossos rebanhos isto é, o aumento da produção por unidade animal existente. Esse aumento significa elevar a percentagem de desfrute. Se com 10% de desfrute colhemos 25 kg de carcaça por animal existente no rebanho, com 22 a 24% de desfrute estaremos colhendo de 40 a 45 kg de carne em carcaças, quase o dobro do que atualmente. Os canadenses colhem 70 kg de carne em carcaça, por bovinos existentes em seu rebanho e os norte-americanos, 88 kg o que corresponde a desfrutes de 36 a 43% respectivamente.

Para se elevar a percentagem de desfrute, os caminhos são: 1.º — Aumento da natalidade; 2.º — Redução da mortalidade; 3.º — Aumento da velocidade do ganho de peso e redução de idade de abate e de reprodução.

Aumento de natalidade e redução da mortalidade, são problemas ligados principalmente à defesa sanitária, ao manejo e à alimentação. São problemas, pois, que se solucionam a curto prazo mediante medidas enérgicas de profilaxia e de combate a enfermidades, de seleção

(*) — Catedrático de Zootecnia da Universidade de São Paulo.

de reprodutores, de manejo de reprodução e de alimentação.

Somente estes dois itens, natalidade e mortalidade podem proporcionar, a curto prazo, enorme aumento na produção. A passagem de 55 para 70% de nascimentos e a redução de 20 para 10% de mortalidade proporcionariam um acréscimo anual de 7 milhões de cabeças, mais de 2/3 do número que atualmente abatemos.

Já o terceiro item, aumento de velocidade de crescimento e redução da idade de abate, somente serão conseguidos mediante uma eficiente interação entre qualidade dos animais e ambiente. O ambiente atua sobre os animais através de vários de seus componentes: temperatura, chuvas, umidade, alimentação, enfermidades, etc. . .

O homem dificilmente pode interferir eficientemente sobre determinados componentes do ambiente: temperatura, regime de chuvas, umidade, etc. . . A estes fatores ele pode, entretanto, contrapor animais que tolerem ou sejam mais tolerantes a essas condições ambientais. O zebu foi a feliz solução para os países de climas tropicais e subtropicais onde raças européias se mostraram incapazes de sobreviverem, economicamente, criadas em condições extensivas.

Mas o homem pode interferir em outros componentes ambientais, anulando-os ou atenuando seus efeitos desfavoráveis: pode combater e até mesmo evitar doenças infecciosas e parasitárias através de drogas e vacinas; pode prover alimentos em quantidade e qualidade suficientes; pode manejar animais e pastagens para que não falte aos primeiros, alimentos em qualquer época do ano e para que as pastagens permaneçam, produtivas e eficientes; pode corrigir deficiências naturais dos solos e de forrageiras proporcionando aos animais oportunidades, para melhores desempenhos.

Com mais de 150 milhões de áreas de pastagens, naturais e artificiais, e com possibilidades de possuir as mais extensas áreas para produção de bovinos em regime de campo, toda nossa preocupação deve ser a de selecionar ou mesmo de criar um bovino adaptado a essas condições. Entretanto, sabemos que não tem sido suficiente um bovino tolerante ao calor, mais resistente a determinadas enfermidades, mais andante, mais vigoroso, onde não existe um fator primordial para a produtividade: a alimentação.

Pois bem. Os animais de alto potencial para a produção de raças melhoradas européias, têm fracassado nos climas tropicais e subtropicais, principalmente: a) por não suportarem altas temperaturas ambientais; b) por serem vítimas dos ataques de carrapatos; c) pela subnutrição e até pela fome.

A subnutrição os atinge mais acutadamente que aos nativos, pois sendo mais aperfeiçoados são mais exigentes.

Essa exigência, de ordem alimentar, é uma exigência natural, pois não há produção sem nutrientes. A capacidade de produzir mais, em menor tempo é o que diferencia animais melhorados dos não melhorados. Entretanto ambos, melhorados e não melhorados precisam ser convenientemente alimentados para crescerem, reproduzirem e produzirem.

Tivemos no Brasil tropical e subtropical, a felicidade de receber o Zebu. Com ele desenvolvemos nossos imensos rebanhos do Brasil Central para o Norte e para o Oeste e depois, até para o Sul.

Depois de numerosas tentativas frustradas com seleção de gado crioulo, com importações de reprodutores de gado de corte das tradicionais raças européias, fomos aprendendo passo a passo, tentativa por tentativa, fracasso por fracasso, o que nos ensinavam os zebuínos: primeiro tínhamos que criar um tipo de animal adaptado ao clima, mais resistente a determinadas enfermidades, capaz de efetuar longas caminhadas, de permanecer pastejando sob um sol causticante, enfim de um animal tipicamente constituído para viver sob climas cálidos; depois melhorar esse animal, aperfeiçoando sua conformação, dando-lhe mais musculatura, maior rendimento de carcaças, melhores cortes de carne para consumo. Com o Zebu temos feito tudo quanto é possível, inclusive e principalmente, levando seu sangue às populações de bovinos abastardados, degenerados, improdutivos e em vias de desaparecimento.

Restava-nos e ainda nos resta, face à pressão permanentemente que se exerce com a crescente demanda de mais carne, apressar o ciclo produtivo de nossos rebanhos e isto somente seria e será possível melhorando o potencial genético dos componentes desses rebanhos e concomitantemente, oferecendo-lhes

condições imprescindíveis para o desenvolvimento desse potencial.

Seleção e melhoramento ambiental seriam, então a chave do processo.

Mas a seleção dentro de cada raça não é um método que ofereça resultados brilhantes a curto prazo. É um processo lento, dificultoso, que exige alta técnica, além de ser dispendioso e incerto.

Enveredamos, infelizmente, demasiadamente, por esse caminho, mas os maiores prejuízos não foram ocasionados por isso, pois não há que negar que melhoramos consideravelmente nossas raças zebuínas, mas que perdemos precioso tempo selecionando características de menor importância.

Se o objetivo era produzir mais carne, no menor espaço de tempo possível, pouca ou nenhuma atenção deveríamos dar a chifres, a orelhas, a cor da vassoura da cauda ou a pequenas áreas de pigmentação rósea no focinho, no pernéo ou nos cascos.

De há muito que vínhamos tentando, no Estado de S. Paulo desde a década de 30, obter melhores animais de corte através de cruzamentos de raças européias com matrizes nativas e zebuínas. Tentativas desse tipo foram realizadas pelo Departamento da Produção Animal, em Sertãozinho, pelo zootecnista Dr. Alpheu Reveilleau. Ainda tivemos oportunidade de acompanhar exemplares desses cruzamentos, com Herefords, com Shorthorns, em provas de abate, avaliando carcaças, estudando as proporções dos diferentes cortes, rendimentos, etc. . . em 1937 e 1938.

Mas a utilização de reprodutores de raças Inglesas de corte nem, sempre foram coroadas de sucesso. Nem bem chegados, esses reprodutores morriam atacados pelas plasmoses transmitidas por carrapatos dos quais pouco sabía-



A Fazenda Santa Cecilia, em Araçatuba, da Liquefarm do Brasil, ocupa uma área de 2.500 ha. Seu principal objetivo é pôr em prática novas técnicas experimentais de produção pecuária em ambiente tropical, para posterior utilização em larga escala. A fazenda possui cinco centros experimentais, além de um laboratório para a produção de sêmen congelado.

mos, de premunicação que pouco conhecíamos e para as quais pouco tínhamos de tratamentos.

Corriam por esse tempo, na década de 40, as informações miraculosas de uma nova raça formada numa região tropical, no Texas, pelo cruzamento de Zebuínos com Shorthorns. Era a Santa Gertrudis. Em várias regiões do mundo, iniciaram-se tentativas semelhantes empregando-se zebuínos e outras diferentes raças inglesas ou européias do continente. E surgiram os Brangus, o Beejmaster, o Droughmaster, o Braford, o Belmonte, o Charolais, o Bonsmarc, o Canxim, o Pitangueira, o Bagé.

A idéia, em todos esses cruzamentos era reunir num só indivíduo, alta tolerância aos climas tropicais, do Zebu, à alta capacidade de produzir carne das raças de corte melhoradas.

Mas verificou-se também, que dos cruzamentos se poderiam tirar, também, outras vantagens. Mesmo em climas favoráveis como o da Inglaterra, o do Canadá e o dos Estados Unidos, os cruzados apresentavam o chamado vigor híbrido que lhes conferia sob determinados aspectos de produtividade, melhores índices que quaisquer das raças cruzantes.

Na década de 50 surgiu o fantasma do colesterol. Gorduras de origem animal passaram a ser condenadas. As dietas para prevenção contra enfermidades do aparelho circulatório suprimiram-nas. Não se desejavam mais carnes gordas. O tipo tradicional do novilho de corte, super gordo, recoberto com uma camada de gordura da paleta às coxas, de músculos marmorizados, passou a ser repudiado ou menos apreciado. Nos supermercados as donas-de-casa tendo o corte das carnes sob seus olhos inquiridores não desejavam pagar, por gordura que deveriam descartar, os elevados preços que pagariam por músculos. Por força dessas circunstâncias os abatedores também já não desejavam animais excessivamente gordos para o abate, pois tinham que proceder à limpeza das carcaças e a gordura retirada somente nos Estados Unidos, que valeria 2 bilhões de dólares se fora músculo, era vendida apenas por 500 ou 600 milhões de dólares. A crise da gordura animal atingiu seu ápice com a crise do petróleo. O acabamento dos animais de corte, em confinamento, era um processo para aprimoramento de suas carcaças para a obtenção de melhores classificações. E as melhores classificações dependiam de uniforme distribuição de gordura. Mas para produzir 1 kg de gordura despendiam-se 2 ou 3 vezes mais alimentos que para produzir 1 quilo de músculo. E os abatedores não queriam mais a gordura, nem os super mercados, nem as donas-de-casa.

As tradicionais e formidáveis raças inglesas de corte passaram a ter seus dias contados. Novilhos de corte passaram a ser produzidos de gado de leite e estes,

surpreendentemente, não perdiam competindo com raças selecionadas para corte, nos ganhos de peso, nas proporções de músculos e de ossos e na conversão de alimentos. Cairam por terra, até nos Estados Unidos, tradicionais padrões de classificação de carcaças.

Explodiram então, as raças européias continentais, antigas e de outro estilo, mais tardias, mais alongadas, mais musculosas, com menor distribuição de gordura, com maiores proporções de músculos com relação aos ossos. A desossa para salsicharia, para hamburguers, também desbancou certos tipos de classificação, eis que moída toda a carne, de primeira, de segunda e de terceira, era músculo e era músculo o que se desejava.

A Charolese foi a primeira raça continental a entrar na Inglaterra com o fim especial de produzir mais carne de novo estilo. Entrou para derrotar o orgulho de criadores de raças centenárias famosas em todo o mundo. Entrou depois de submetida às mais rigorosas provas em cruzamentos com gado leiteiro, competindo com Herefords, Shorthorns, Angus, etc. Entrou e venceu.

Visando reduzir importações de carnes, a Inglaterra encetou, em 1948, um programa de cruzamento de gado leiteiro com reprodutores de corte, orientado pelo Milk Marketing Board para não só obter melhores novilhos para corte oriundos de vacas leiteiras, como reduzir a superprodução de leite e o custo dessa produção. Para esse fim aquela organização oferecia aos criadores, sêmen de reprodutores de corte, de graça. Ao final de 2 anos, esse fornecimento gratuito já se não fazia necessário pois os criadores, eles mesmos, adquiriam o sêmen a ser utilizado. Os resultados foram tão espetaculares que se chegou a temer pela produção leiteira. Surpreendentemente, porém, essa produção aumentou, embora se reduzisse o número de produtoras e a Inglaterra pode reduzir sensivelmente suas importações de carne.

O sucesso do Charolês despertou a atenção sobre outras raças européias, não só dos Ingleses, como dos Canadianes, dos Australianos e de Sulamericanos.

E deu-se, então, a descoberta das raças Italianas, das famosas raças brancas, cinza ou prateadas da Itália, ali mantidas há séculos, exploradas nos trabalhos agrícolas como animais de tração e como animais de corte, de carne saborosa, quase totalmente livre de gordura.

Ali viviam há séculos, a Chianina, a Romagnola, a Maremana e a Piemonteza.

Lançaram-se sobre elas os mais tradicionais criadores de gado de corte do mundo, os Ingleses e atrás deles, os Canadianes e os Americanos. Estes não podendo importá-las, recebiam exemplares cruzados ou sêmen oriundos do Canadá. Inglaterra e Canadá, adquiriam bezerras

de 2 a 3 anos de idade, ainda não vacinados contra a aftosa na Itália, e depois de rigorosa quarentena, às vezes na Normandia, conduziam-nos para seus países.

Transportaram-se assim, para Inglaterra e Canadá, bovinos das raças Romagnola, Chianina e Marchigiana. De uma feita, chegaram à Inglaterra 150 cabeças de fêmeas Marchigiana e 15 reprodutores para os membros da Sociedade Inglesa de Criadores de Marchigiana que se compunha de 170 sócios. Desde então, a Inglaterra se jactou de possuir o maior centro distribuidor de sêmen dessa raça, no mundo.

A Marchigiana foi confrontada, em numerosas provas na Inglaterra, em cruzamentos com gado leiteiro, com a Charolese. A comparação entre descendentes de ambas as raças não revelou quaisquer diferenças significativas em termos de ganho de peso, de rendimento de carcaças, de proporções de músculos, de qualidade de carne, etc. Mas houve uma importante diferença.

Nos cruzamentos do gado leiteiro com reprodutores Marchigianos a incidência de partos difíceis ou laboriosos era normal ao passo que essa incidência era mais elevada que a normal no caso de produtos descendentes de Charolêses.

Representantes de duas raças italianas Chianina e Marchigiana também foram introduzidas no Brasil. A Chianina na década de 50 e a Marchigiana alguns anos após.

Ambas revelaram em nosso meio qualidades até certo ponto esperadas, de boa tolerância ao calor que se faziam suspeitar por seu pelame pouco espesso, de pêlos medulados e brancos e da pele negra. Essas qualidades, associadas à aparência geral, têm levado muitos outros a afirmarem que tais raças levam em sua

SO E CALVO QUEM QUER !



Use Pilo Genio para as doenças do cabelo, do couro cabeludo e da barba, use o sempre.

PILOGENIO

AS PESSOAS IDOSAS OU NÃO

encontram o medicamento eficaz para os males da terceira e quarta idade.



UROFORMINA

Granulado, efervescente, de agradável sabor.
PRODUTOS GIFFONI

composição, sangue Zebuíno. Na realidade, elas têm muito de semelhante com exemplares das grandes raças brancas da Índia.

Não seria nada surpreendente se isso ocorresse mesmo que o Zebu não passasse por aquelas regiões, vindo da Índia a caminho da África. Mas vieram com os bárbaros, oriundos das estepes da Rússia e da Ásia, bovinos que teriam tido contato com Zebuínos e que em seus pastos teriam penetrado na Península Itálica após a queda do império Romano. Mas não só suposições desse tipo existem. Cientificamente foi verificado que as raças brancas italianas, como outras raças mediterrâneas possuem como as Zebuínas, altas porcentagens de determinada proteína da hemoglobina, o que não ocorre com exemplares de outras raças européias, excluía a Jersey.

De qualquer maneira o que se verificou no Brasil foi o flagrante contraste entre adaptações dessas raças nas regiões de climas cíclicos do país, quando comparadas com outras raças européias, de corte ou leiteiras.

A RAÇA MARCHIGIANA

A raça Marchigiana deriva, provavelmente, do tronco Podólico, do gado das estepes russas e asiáticas introduzido na região de Marchi pelos povos chamados bárbaros logo após a queda do Império Romano. Para sua formação concorreu sem dúvida a raça Chianina bem como a Romagnola. Cruzamentos com animais da raça Chianina e mestiçagem foram realizados a partir da metade final do século passado com a finalidade de se obter um animal com melhor conformação para a produção de carne. O sangue de Romagnola foi introduzido justamente para aumentar a musculatura, reduzir as pernas e tornar mais compactos os produtos com sangue Chianino. Pelo mesmo motivo para maior capacidade, mais musculatura, também se introduziu na Marchigiana, em menor escala, sangue da raça Pugliese. Por volta de 1928, prevalecia já na seleção da Marchigiana, melhoramento da conformação para a produção de carne e para esse fim, criou-se, em 1932 o livro genealógico da raça. A seleção para produção de carne acentuou-se na década de 50 quando a mecanização das lavouras veio substituir o trabalho animal. Desde 1952 realizaram-se em Recanate (Macerata), feiras-concurso de gado gordo às quais comparecem indivíduos que aí são julgados pelo peso, pela idade, pela conformação e pelos resultados no matadouro.

Em 1937 o rebanho italiano de Raça Marchigiana contava com cerca de 400 mil cabeças na região de Marchi, isto é, nas províncias de Macerata, Ascoli Piceno, Ancona e Pésaro. Mas ainda se encontram Marchigianos em outras províncias centro meridionais da Itália co-



Magnífico exemplar da raça Marchigiana, com 25 meses e 774 quilos.

mo Pescara, Chieti, L'Aquila, Benevento, Campobasso, Avelino, Caserta, Lerano, Frosinone e Batina.

De acordo com a Associação Nacional de Criadores de Bovinos de Corte da Itália que agrupa todas as Associações de Raças de Corte daquele país, havia, no mesmo ano, cerca de 26.865 cabeças inscritas nos livros Genealógicos das quais 17.586 vacas e 1.883 touros. Os Marchigianos representam 45% do gado de corte da Itália.

Essa quantidade é muito pequena e tende a reduzir-se cada vez mais. Milhares e milhares de excelentes tourinhos da raça são anualmente preparados para engorda em confinamento para o abate.

Em 1974 foram vendidos para a Inglaterra 190 Marchigianas das quais 15 touros. Nesse mesmo ano, chegaram àquele país 200 da raça Romagnola.

A Sociedade de Criadores de Marchigiana da Inglaterra possuía, em 1974, mais de 170 sócios e o gado importado seria distribuído entre os sócios interessados, 2 cabeças para cada sócio.

Havia, na época, uma intensa preferência pela Marchigiana, na Inglaterra, no Canadá e nos Estados Unidos. Num leilão realizado em agosto de 1974, no Texas, venderam-se 57 novilhos de 1/2 sangue Marchigiano ao preço médio de 2.212 dólares. O preço mais elevado foi alcançado por uma novilha filha de vaca Hereford com touro Marchigiano: 23.600 dólares (Cr\$ 348.000,00).

Como já foi dito todas as comparações feitas sobre desempenho dos produtos de Marchigiana com produtos de

Charolês não revelaram diferenças significativas, exceto com relação à incidência de partos dificultosos.

Esta característica, aliás, tem sido a tônica em nosso país onde são raríssimos os partos laboriosos ou difíceis de matrizes zebuínas fecundadas por touros Marchigiana.

Apesar de nascerem com pesos superiores aos dos Nelore puros, cerca de 3 a 7 kg a mais, por vezes até com 40 kg, nada observamos acima do normal em milhares de nascimentos que tivemos a oportunidade de controlar.

Os exemplares da raça Marchigiana impressionam favoravelmente por vários aspectos:

— São brancos, bem constituídos, musculosos, de garupa quadrada, com excelente profundidade de tórax, cascos bem proporcionados, fortes e resistentes, mucosas aparentes negras, língua e palato negros, vassoura da cauda de pêlos pretos. Os touros podem apresentar pelagem cinza, no pescoço e nas nádegas. A barbela é desenvolvida, a pele é solta e fina, o perfil é subcôncavo, quase retilíneo, os chifres tendendo sair para os lados e para cima.

Os bezerros como nas raças do tronco podolico e como na raça zebuína Nelore, nascem em geral amarelos ou vermelhos, trocando essa pelagem em poucos meses para a pelagem clara, logo na primeira muda dos pêlos.

A cor vermelha dos bezerros é mais acentuada nos produtos de cruzamento Nelore X Marchigiana tendendo para o vermelho cereja, e nos próprios

Marchigianos puros que nascem com um vermelho claro tendem para o amarelo.

A média de peso dos animais inscritos nos Livros Genealógicos italianos e apresentada pela Associação dos Criadores de Gado de Corte são praticamente idênticos às médias de peso por idade para a raça Chianina dos 6 aos 24 meses. A partir dessa idade quando representantes das duas raças atingem 850 kg é que o Chianino continua a ganhar peso até os 3/4 ou 5 anos de idade. Aos 24 meses os Chianinos apresentam 5 cm a mais de altura que os Marchigianos, porém, apresentam o mesmo peso.

Peso de Bovinos Marchigiano (Média na Itália)

Idades meses	Machos		Fêmeas	
	Kg.	Alt.	Kg.	Alt.
6	260	117	220	114
12	480	135	350	127
18	680	145	460	135
24	850	150	540	140

Pesos na 1.ª Exposição Nacional de Bovinos de Corte Macerata — Julho/1974

Idades meses	Machos		Fêmeas	
	Kg.	Alt.	Kg.	Alt.
6	304		261	
12	558		414	
18	776		518	
24	962		613	

Entretanto, observamos com frequência Marchigianos de 6 meses com peso de 280 Kg., novilhas de 16/18 meses com 600/650 Kg. e vacas com mais de 700 Kg. aos 24 meses. Touros com 1.200 e até 1.400 Kg. também não são raros.

Embora na Itália se criem hoje bezerros artificialmente é costume entre criadores de Marchigianos, manterem bezerros alimentados pelas próprias mães até 2-2 1/2 meses. Calcula-se que até essa época as matrizes Marchigianas chegam a produzir 13 — 14 quilos de leite por dia. Pelo que se conhece, de informações de criadores italianos, a Marchigiana parece ser, realmente das mais leiteiras entre as raças de corte italianas.

As vacas Marchigianas dão regularmente uma cria por ano quando bem manejadas e muitas durante seu período de vida. Aliás a longevidade é uma qualidade das Marchigianas.

A Associação Brasileira dos Criadores de Marchigiana foi fundada em 1972 mas iniciou seus trabalhos de Registro Genealógico, depois de reconhecida pelo Ministério da Agricultura em 1975.

Desde então, foram registrados os seguintes animais:

— Registros Definitivos de Puros de			
Origem:	Machos	58	
	Fêmeas	202	
	Total	260	

— Registros Provisórios de Puros de			
Origem:	Machos	129	
	Fêmeas	153	
	Total	282	

— Mestiços de 1/2 sangue:			
	Machos:	360	
	Fêmeas:	854	

Todos os acontecimentos observados após as importações de Marchigiana estão a indicar que estamos diante de animais extremamente convenientes para o melhoramento de produção de nossos rebanhos.

1.º — São animais que apresentam um nível de tolerância ao calor bem acima da média do nível de outras raças européias, ao lado de sua compatriota, a Chianina.

2.º — São animais resistentes, longevos, fáceis de manejar.

3.º — Cruzam-se muito bem com Zebuínos e, o que é muito importante, desse cruzamento há a explosão de uma forte dose de efeitos do vigor híbrido. Os meio sangue Marchigianos são mais vigorosos, mais fortes, ganham mais peso, desmamam-se mais precocemente e mais pesados que os Zebus.

4.º — Vivem e desenvolvem-se muito bem em condições extensivas, quando naturalmente, não lhes falta alimento para atender seu rápido desenvolvimento.

Nós, os criadores de Marchigiano, temos plena convicção de que temos nas mãos uma raça realmente valorosa para o país.

Entretanto reconhecemos que somos muito poucos e que ainda importamos muito pouco. O número de animais importados, sobretudo de matrizes é ainda escasso para poder, com segurança, gerir um destino auspicioso para a raça. Precisamos ampliar o número de matrizes, diversificar suas origens e as dos touros para não cairmos em perigosa consanguinidade.

Sabemos quanto difícil é importar nos tempos atuais. Mas sabemos, também, que o número de exemplares cai, ano a ano, na própria Itália.

A nossa Associação se propôs, desde o início de seus trabalhos a realizar o seguinte programa de propagação da raça em nosso meio.

1.º — Ampliação de seu quadro de sócios proporcionando-se meios para que novos sócios passassem a criadores de puros ou de mestiços.

2.º — Aos pretendentes à criação de puros, seriam facilitadas aquisições de matrizes em nosso meio ou importações de matrizes da Itália.

3.º — Aos criadores de mestiços a Associação daria toda assistência para prosseguimento do trabalho de cruzamentos de absorção até a obtenção dos puros por cruzamentos.

Este último propiciaria a médio prazo a existência de milhares de reprodutores para serem distribuídos por todos os recantos do país.

Milhares e milhares de 1/2 sangue Marchigiano já foram ou estão sendo produzidos, mas a realidade é que nem todos estão sendo registrados para futuro aproveitamento.

Com o número de propriedades que estão efetuando a inseminação artificial com sêmen de Marchigianos em várias regiões do país, é provável que tenhamos nos próximos anos, 5 ou 6 mil fêmeas de 1/2 sangue. Para os criadores e para o próprio país, não seria conveniente abandonar essas fêmeas sem mantê-las sob controle para não perdermos a oportunidade de nos transformarmos em pouco mais de 12 ou 15 anos, os maiores criadores de Marchigianos do mundo. E esse tipo de bovinos nos interessa pelo que tem revelado em nosso meio.

Interessa-nos porque podemos utilizá-lo, com mais uma ou duas raças, se tanto, para promover, com sucesso, o aumento da produtividade de nossos rebanhos.

Estamos, sem dúvida, diante de uma extraordinária raça e não convém deixar de lado. Aliás, não será deixada de lado pelo que já provou poder realizar. O que queremos dizer é que não podemos perder a oportunidade de desenvolvê-la o mais rapidamente possível, aproveitando o que ainda existe de bom em seu país de origem e retirando dela, tudo quanto nos possa oferecer para o aumento da produtividade de nossos rebanhos.

AGROFLU PRODUTOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

Comércio e representação de fertilizantes, defensivos, sementes, máquinas e demais produtos agropecuários.

Elaboração de projetos agropecuários e assistência técnica e profissional a fazendas, granjas, haras e agroindústrias.

Av. Brasil, 19001 — CEASA/RJ
— Prédio da Administração — lojas
11 e 12 — tel. 397-9582 — Rio.

SNA INAUGURA SALA "KURT REPSOLD"



Helio Raposo

Durante a solenidade de inauguração da sala "Kurt Repsold", nosso companheiro Helio Raposo, que sucedeu ao homenageado no Conselho Superior da SNA, proferiu as seguintes palavras:

"Substituir Kurt Repsold como titular da Cadeira n.º 4 desta Casa, que tem como Patrono o Dr. Guilherme Schuch de Capanema — Barão de Capanema, é motivo que faz em mim a tristeza se confundir com a alegria, dando-me grande emoção. E emocionado, estou também satisfeito porque a honra que a mim foi conferida não tem limite.

Do Barão de Capanema, do muito que lhes poderia dizer a seu respeito, basta que lhes fale que é mineiro das Minas Gerais, filho de austríacos, que viveu de 27-01-1824 a 28-07-1908, doutor em matemática e ciências físicas, tendo exercido atuação destacada no cenário da vida nacional. Das tarefas que cumpriu, de professor a técnico nas suas especialidades, todas importantes, há uma que convém ser agora, novamente, ressaltada, a de ter sido, há mais de um século, o fundador, organizador e diretor da, então, Repartição Geral dos Telégrafos, hoje, ao lado dos Correios, formando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

De Kurt Repsold, nascido em 21-12-1898 no Estado do Paraná, e falecido no Rio de Janeiro a 21-08-1975, é enorme o seu "Curriculum vitae". Enumerá-lo consumiria muito tempo, o que o instante não permite. Engenheiro Agrônomo, 1.º aluno da Turma de 1912, da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de São Bento, em Pernambuco. Deixou inestimáveis contribuições ao desenvolvimento da Agronomia em nosso País. Num resumo do que fez, basta citar a sua passagem pela Sociedade Nacional de Agricultura, da qual foi Vice-Presidente, várias vezes reeleito, tendo exercido a sua Presidência, como substituto, em diversas ocasiões. O que aqui realizou nós todos sabemos e esta homenagem de hoje é o prêmio póstumo que, merecidamente, lhe concedemos, na presença de sua Exma. Esposa, seus filhos e demais familiares.

Kurt Repsold exerceu destacados postos na Administração do Ministério da Agricultura e publicou vários trabalhos técnicos de real valor. Mas revendo a sua biografia, um admirável conjunto de predicados e atividades profissio-

nais, notei que foi omitido um, dos mais importantes, a de ter sido bom conselheiro. Nesta Casa nas horas difíceis, estava ele sempre orientando para o bom sentido e o melhor caminho. A este que tem a satisfação de lhes falar, deu ele também a sua palavra experiente.

Na primeira vez, quando eu assumia o cargo de construtor, organizador e diretor da hoje Estação Experimental de Patos de Minas, no Triângulo Mineiro, nos idos de 1939, ao tempo em que era Assistente Técnico do Dr. Gastão de Faria, também de saudosa memória, Diretor do Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura. Na segunda vez, mais recentemente, quando, depois de ajudar na escolha de meu nome para Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", desta Sociedade, na Penha, trouxe-me a palavra de ânimo que muito me orientou, enquanto estive à frente dos destinos daquele Estabelecimento.

Por tudo isto, saudade sim, Kurt Repsold, mas também a alegria pela honra que lhe é devida e pelo mérito de que é credor."



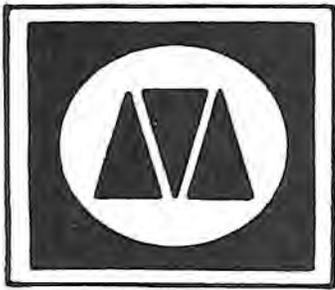
Após o descerramento da placa, a palavra comovida do Presidente da SNA, Dr. Luiz Simões Lopes.



D. Stael Cardoso Repsold inaugurou a sala.



A esposa, filhos e netos de Kurt Repsold estiveram presentes.



MOSAICO COOPERATIVISTA

Mercado do produtor é inaugurado com cooperativa funcionando



Localizado no quilômetro 50 da rodovia Teresópolis-Nova Friburgo, o Mercado do Produtor da Região Serrana é o primeiro de uma série de três, com a finalidade de racionalizar o processo de comercialização, valorizando a produção e eliminando intermediários.



Na inauguração do Mercado do Produtor, José Resende Peres ressaltou que embora o trabalho do Governo Faria Lima ainda esteja em andamento, muitos resultados já foram alcançados.

Localizado no quilômetro 50 da rodovia Teresópolis – Nova Friburgo, o Mercado do Produtor da Região Serrana é o primeiro de uma série de três programados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com o objetivo de modernizar a comercialização dos produtos da agricultura fluminense. Os outros dois, em Pati do Alferes, no município de Vassouras, e São José de Ubá, no município de Cambuci, serão inaugurados ainda este ano. Todos eles integrados no sistema de abastecimento da Ceasa Grande-Rio.

Durante a inauguração, o Secretário José Resende Peres destacou que "o Governo Faria Lima entendeu que, para agilizar a produção rural do Estado, não seria necessário, apenas, modernizar a aprendizagem e a assistência técnica, ou dar apoio na área dos insumos, pois, na realidade, para o produtor vender é, não raro, mais difícil do que produzir". Por isso – disse, "várias medidas vêm sendo tomadas nas áreas de construção e melhoramento de estradas, eletrificação rural, e cooperativismo, com o apoio decisivo do Governo federal, através do Incra, Cobal, Embrapa, Embrater e outros órgãos e empresas públicas".

COOPERSOL

Peres esclareceu que para integrar os produtores ao funcionamento dos novos mercados, o Departamento de Cooperativismo e Organização Rural da SAA, em conjunto com o Incra, promoveu a criação de cooperativas no setor hortigranjeiro. A primeira delas, criada em março de 77, foi a Cooperativa dos Produtores de Hortigranjeiros da Serra dos Órgãos – COOPERSOL, que reúne agricultores de Teresópolis, Nova Friburgo e de outros municípios da chamada região serrana. A COOPERSOL, sediada no mercado inaugurado, está articulada não só com a Cobal e Ceasa, mas também com a Secretaria de Agricultura e empresas a esta vinculadas – Emater/Rio e Siagro/Rio.

Foi criada, também, a Cooperativa Ubaense de Produtos Agrícolas – Coupal,

sediada em São José de Ubá, Cambuci, para apoiar o novo mercado que está sendo construído no local. A Cooperativa Agropecuária de Andrade Pinto, localizada em Vassouras, está sendo diversificada com o objetivo de atender aos produtores de hortigranjeiros da região e se entrosar com o mercado ora em construção em Pati do Alferes. Assim, junto a cada Mercado do Produtor haverá uma cooperativa atuando com a finalidade de racionalizar o processo de comercialização, valorizando a produção e eliminando intermediários.

COOPERATIVA CENTRAL

Além disso, o Departamento de Co-

operativismo e o Inca reorganizaram a Cooperativa Integral de Reforma Agrária do Núcleo Colonial de Papucaia, que se transformou em Cooperativa dos Produtores de Hortigranjeiros de Papucaia. Devido às várias iniciativas na área do cooperativismo, o setor de hortigranjeiros, que apesar da sua grande importância para a economia estadual, contava apenas com uma cooperativa, em Itaguaí, hoje apresenta um novo quadro. Para este ano, a Secretaria de Agricultura vai reunir essas cooperativas em uma Cooperativa Central de Produtores Hortigranjeiros, que contará também com a participação da Cooperativa dos Bananicultores de Madalena.



O presidente da Ceasa Grande-Rio, Alberto Figueiredo, fez breve retrospecto do trabalho que vem sendo realizado. A Ceasa, que em março de 75 recebia 62 mil toneladas mensais de hortifrutigranjeiros, com apenas 28 por cento de participação da agricultura fluminense, agora recebe por mês mais de 100 mil toneladas, participando os produtores do Estado com 54 por cento da oferta.



Um público numeroso compareceu à inauguração do Mercado do Produtor da Região Serrana.

COPERFLU prefere plano de energia solar ao Proálcool

Para o diretor do Departamento Econômico da COPERFLU — Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool, Celso de Oliveira Mendes, se o Brasil quiser diminuir sua dependência externa na importação do petróleo terá necessariamente de substituir, no prazo máximo de um ano, o Programa Nacional do Álcool, "que vem sendo mal executado", por outro projeto, que poderia ser o do aproveitamento da energia solar, através da fotossíntese. A declaração foi feita, em Campos, durante a 24.ª Convenção Nacional da Câmara Júnior. "O Governo — explicou Celso — se preocupou somente em por em prática um programa de racionalização do consumo de gasolina, não levando em conta que os demais derivados do petróleo continuariam sendo consumidos numa escala proporcional e crescente, a exemplo do óleo diesel e o "ful oil". Com isso, criou-se condições para armazenamento de considerável estoque de gasolina, causando problema, uma vez que a Petrobrás não tem como exportá-la."

Sobre o Programa Nacional do Álcool, afirmou haver "incompatibilidade da divisão espacial da produção e do consumo de álcool, além da dificuldade na estruturação financeira dos projetos para as destilarias autônomas". No caso das destilarias localizadas distantes dos centros consumidores, disse "que não seriam comercialmente compensadoras, pois teriam custos altíssimos para o transporte do produto."

Uma saída seria a substituição do Proálcool, que já está sendo articulada, por um programa que se chamaria Programa Nacional de Produção de Matérias-primas Renováveis destinadas a substituir o petróleo.

"Poderia ser o aproveitamento da energia solar, como já demonstrou o Prêmio Nobel de Química, Professor Melvin Calvin. O certo é que se forem mantidas as atuais metas do Proálcool, o Brasil não terá condições de suportar a pressão econômica decorrente das importações cada vez mais crescentes de petróleo. Um novo programa terá que ser feito no prazo de um ano. Do contrário, será o caos financeiro — concluiu Celso de Oliveira Mendes.

Lideranças querem sistema cooperativista fortalecido



Paulinelli, entre Marcos Pessoa Duarte (E), presidente do BNCC, e João Rodrigues de Alckmin, da OCB, conduziu os debates em Brasília em torno da criação da FUNDECOOP.

A criação de uma entidade de apoio técnico, administrativo e gerencial ao sistema cooperativista brasileiro, e a constituição de uma empresa nacional de comercialização, estiveram em pauta durante recente reunião em Brasília.

O Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, e o presidente do BNCC, Marcos Pessoa Duarte, que conduziram os debates, ressaltaram na ocasião que "embora as duas sugestões tenham sido apresentadas pelo Governo, sua concretização depende exclusivamente das cooperativas, uma vez que não há interesse governamental em administrar os empreendimentos." Alertaram, porém, para a oportunidade de realizá-las, pois ambas as entidades viriam suprir as deficiências ora registradas nos setores em que pretendem atuar.

APOIO AO SISTEMA

Uma comissão integrada por representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, Incra, BNCC, Assocene, Assocepar, Instituto Técnico de Santa Catarina e Superintendência do Desenvolvimento do Cooperativismo de Minas Gerais, está elaborando os estatutos da entidade, que deverá chamar-se Fundação Nacional de Desenvolvimento do Cooperativismo — FUNDECOOP.

Segundo apuramos, a FUNDECOOP terá, entre outros, os seguintes objetivos: a) prestar serviços de assistência às cooperativas através de consultoria, auditoria, elaboração e avaliação de projetos; b) proceder a capacitação de recursos humanos, tanto de técnicos que prestam

serviços ao cooperativismo como de líderes, dirigentes, funcionários e associados de organizações do sistema; c) orientar e assessorar processos de cooperativização com vistas à criação de entidades cooperativas, objetivando o incremento à expansão do cooperativismo brasileiro; d) proporcionar orientação creditícia articuladamente com o estabelecimento de crédito cooperativo e demais instituições bancárias que operam no setor.

COMERCIALIZAÇÃO

Quanto à empresa de comercialização, as cooperativas deverão formular suas sugestões ao Ministério da Agricultura — até o dia 15 de fevereiro. A partir daí, e com base em estudo já realizado pelo Ministério e o BNCC, técnicos do MA irão discutir, a nível regional, com as lideranças cooperativistas, sobre a viabilidade das diversas alternativas levantadas durante a reunião. Assim, por exemplo, serão examinadas as propostas de constituição de uma ou mais empresas de comercialização; fortalecimento das estruturas existentes para garantir maior participação no mercado externo — seja na exportação de produtos, seja para importação de insumos básicos; e abertura das cooperativas já estruturadas às entidades mais carentes, especialmente aquelas localizadas nas regiões Norte-Nordeste, que trabalham com algodão, cacau, cera-de-carnaúba e frutas.

A primeira reunião dos técnicos e dirigentes de cooperativas realizou-se no Paraná, com representantes das entidades filiadas à Cotriguaçu.

Cooperativas médicas atendem mais de 2 milhões de usuários

O processo cooperativista tem crescido sensivelmente nos últimos anos e um dos fenômenos mais recentes da conscientização dos benefícios que o sistema oferece, é o fato de um sexto da população médica brasileira estar organizada sob a forma de cooperativas singulares, atendendo dois milhões de usuários em todo o território nacional.

Organizados a partir da fundação da primeira cooperativa médica criada em 1967, na cidade de Santos, e que deu origem à UNIMED DO BRASIL, os médicos têm aglutinado suas forças de produção, a fim de se desenvolverem econômica e socialmente, elevando o seu padrão de vida, e ao mesmo tempo beneficiando a sociedade em geral, pelo aumento e barateamento da produção e do consumo (serviços médicos).

E dentro deste processo existe uma perfeita adequação às exigências do código de ética médica, uma eliminação total de todos os intermediários entre o médico e o paciente dentro da livre escolha do profissional, do hospital, do laboratório e dos outros serviços auxiliares. É a completa eliminação da parcela do lucro sobre o trabalho médico e sobre as despesas do doente.

A UNIMED DO BRASIL E O COOPERATIVISMO MÉDICO

Para a UNIMED DO BRASIL, que é composta atualmente por 80 Cooperativas Singulares filiadas a 6 Federações que compõem a Confederação Nacional das Sociedades Cooperativas de Serviços Médicos e Hospitalares (10.000 médicos, 930 laboratórios e 650 hospitais), o movimento cooperativista possui três aspectos importantes: o doutrinário, o jurídico e o econômico.

Do ponto de vista doutrinário, o cooperativismo tem por objetivo o aperfeiçoamento moral do homem, através da união e da solidariedade, cumprindo ao Estado reconhecer o aspecto humano e econômico da sociedade cooperativista, estabelecendo o seu regime jurídico, regulando sua estrutura desde a constituição, organização e funcionamento, até as relações com os associados e com terceiros — inclusive o próprio Estado. E na conjuntura econômica dos cooperados, o cooperativismo visa a substituição dos intermediários, procurando conseguir o "justo preço" e atuando como forma organizada para a produção e distribuição de bens e serviços.

Cotrijuí sugere reformas na estrutura fundiária



Rubem Ingelfritz da Silva

A reformulação na estrutura fundiária no país, uma política de diversificação de culturas e melhor posicionamento dos produtos agrícolas no mercado interno, para evitar as importações, foram defendidos por Rubem Ingelfritz da Silva, presidente da Cotrijuí - Cooperativa Regional Triticola Serrana, de Ijuí, em entrevista à imprensa de Porto Alegre.

Segundo Ingelfritz "é preciso pensar seriamente em alternativas para os milhares de minifundiários existentes no país". Somente no Rio Grande do Sul - informou - existem mais de 500 mil famílias vivendo em pequenas propriedades que, representando uma grande força de trabalho, precisam de oportunidade para a ocupação de novas áreas. Adiantou que "são milhares de agricultores preparados para desenvolver a atividade agrícola, mas que encontram limitações na estrutura fundiária existente."

O presidente da Cotrijuí disse, ainda, que "não se justifica que o Brasil, que dispõe de condições de clima, solo e força de trabalho extremamente favoráveis, importe leite, e feijão entre outros alimentos", referindo-se à necessidade de se estabelecer uma política de diversificação de culturas, a fim de evitar as importações.

Calazans quer participação direta de cooperativas de cafeicultores na exportação

O presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), Camillo Calazans de Magalhães, declarou em Brasília que a idéia do Governo de incentivar a associação dos produtores de café para se organizarem como exportadores está indo bem, e que várias cooperativas de cafeicultores já se registraram no IBC para fazer vendas ao exterior.

Calazans citou como exemplo de cooperativas já inscritas como exportadoras a Central de Produtores do Paraná, a Cooperativa de Cafeicultores de Poços de Caldas, a de Guaxupé e a de Campinas. Informou que várias cooperativas mineiras se associaram ao Governo estadual para exportar.



Camillo Calazans

SUDENE seleciona 41 cooperativas na área de atuação do Polonordeste

Uma das metas do Polonordeste é o fortalecimento e dinamização do cooperativismo - considerado instrumento eficiente de mudança das estruturas de produção e comercialização do meio rural. Para o pequeno produtor, o cooperativismo representa, ainda, o caminho mais curto de acesso ao crédito institucionalizado.

Dentro dessa filosofia de ação, a SUDENE, através do Grupo Regional de Coordenação e Acompanhamento do Polonordeste, promoveu minucioso levantamento das cooperativas existentes na área de atuação do Programa, levando em conta a estrutura financeira, patrimonial, administrativa e gerencial, bem como a potencialidade das áreas em que atuam. Concluída a primeira fase desse levantamento, foram selecionadas 41 delas (16 no Ceará, 8 na Paraíba, 8 no Rio Grande do Norte, 5 no Piauí e 4 no Maranhão) para serem contempladas, este ano, com maiores financiamentos e assistência técnica.



**THUYA
AVÍCOLA
SIMÕES**

MEDICAÇÃO PREVENTIVA e CURATIVA DAS PIPOCAS (OU CAROÇOS) DOS PINTOS, GALINHAS, PERUS, MARRECOs, PATOS, POMBOS, PAS-SAROS E AVES EM GERAL.

Para o Interior enviamos pelo reembolso postal, e também a venda à Rua do Matoso, 33 - Rio - RJ e Praça João Mendes, 31 - S. Paulo



Alguns informes sobre o sorgo granífero

Amaury Silva Sampaio (*)
Engenheiro-Agrônomo

Natural da África (Sudão e Etiópia), esse vegetal é, entre as gramíneas, o que mais resiste a períodos secos e quentes, por apresentar as seguintes peculiaridades: raízes abundantes, fibrosas e bem profundas, com folhas caracteristicamente xerofíticas.

Com o advento dos sorgos híbridos americanos de alto rendimento, a expansão do cultivo foi enorme e hoje ocupa o 5.º lugar entre os cereais mais produzidos no mundo.

Com excelentes perspectivas no Brasil, o sorgo granífero tende a crescer muito em área plantada, num país onde seus cultivos intensivos surgiram há apenas uma década.

Mesmo assim já estão aparecendo os inimigos nas culturas existentes. Entre eles destacam-se: a mosca do sorgo, o pulgão e as lagartas da folhagem.

MOSCA DO SORGO

Praga cosmopolita, é entrave nesse cultivo em quase todas as partes do mundo, atacando ambas as espécies — graníferos e forrageiros, e provocando enormes perdas (acima de 85%).

Trata-se de uma pequena mosca (2 mm) com ovipositor exposto, antenas curtas e de reduzida longevidade — não mais que 24 horas. As fêmeas ovipositam nas glumas internas. As pequenas e róseas lagartas se nutrem do ovário floral em evolução, impedindo a formação de grãos e, em outros casos, originando panículas finas de grãos abortados.

CONTROLE

O principal são os cultivares, altamente resistentes à praga, alguns já selecionados com base na estrutura floral, com flores de extremidades muito cerradas, impossibilitando a ovipositura.

CONTROLE POR DEFENSIVOS

Quando 80% da cultura entrar em floração é o instante propício para se empregar pulverizações de Dipterex Ultra 500 a ultra baixo volume, à razão de 2 litros por hectare. Verificada ainda a presença da pequena mosca esvoaçando uma semana após, repetir o tratamento.

PULGÃO

São afídeos sugadores de seiva que, ao se alimentarem, introduzem suas partes bucais de preferência nos rebentos e brotações. Vivem em colônias nas panículas em formação. São diminutos insetos verde-azulados, cujas formas ápteras são maiores que as aladas e medem 1,5 mm. Sua reprodução é partenogenética, isto é, independe da presença do macho, pois as fêmeas de ambas as formas (aladas ou ápteras) são larvíparas. Além de seus danos diretos, esse pulgão (*Aphis maidis*) é importante vetor do "mosaico" da cana-de-açúcar.

COMBATE

Pulverizações com Metasystox (i) à 0,6 litros por hectare, persistindo seu efeito por duas semanas. Pode ser aplicado mesmo em período chuvoso, pois sua ação é sistêmica.

LAGARTAS DA FOLHAGEM

— Curuquerê dos capinzais: são lagartas vorazes do tipo mede-palmo que, quando desenvolvidas atingem 4 cm. Sua coloração é variável, tendendo para o verde-escuro com estrias castanho-escuras e amareladas. Da eclosão ao inseto adulto (mariposa) o ciclo é de 40 dias.

— Lagarta militar: no 2.º dia após a emergência, essas mariposas se acasalam

e decorridos 3 dias iniciam a oviposição. Os ovos são de coloração verde-claro, escurecendo ao se aproximar a eclosão. Quando adultas as lagartas medem 4,5 cm e encrisalidam no solo. Em determinados períodos danificam muito a parte vegetativa desse cereal. O controle é feito através de polvilhamentos com Folidol pó 1,5% à razão de 20 kg por hectare.



(*) — Do Instituto Biológico de SP.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S.A.

CARTA PATENTE – MATRIZ – 1-6.972 – CGC 33.618.810/0001 – 65 – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL – SBN – LOTE 32 – BLOCO “C” – 2.º andar – BRASÍLIA – DF

Agências: Belém, Belo Horizonte, Blumenau, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Ijuí, João Pessoa, Maringá, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória.

Senhores Acionistas,

Marcaram o comportamento da economia, em 1977, as medidas contencionistas do Governo, impostas pelo combate à inflação, inclusive mais rígido controle sobre o orçamento monetário, desde junho. Segundo estimativas recentes, terminou o ano com crescimento entre 5% e 6%, denotando vigor incomum no mundo atual.

O cooperativismo viveu fase de fortalecimento e expansão. As cooperativas clientes e o Governo (através do Banco Central, sobretudo), confiaram no BNCC, que, fiel às diretrizes superiores, logrou desempenho condizente com o quadro geral da economia. Comparados com os de 1976, os depósitos e empréstimos cresceram 47,2% e 40,6%, enquanto o lucro líquido e os recursos próprios evoluíram às taxas nominais de 52,9% e 54,5%.

Fora da área do crédito, o Banco exerceu intensa atividade de assistência, consultoria e auditoria, realizando auditoria em 139 cooperativas. Em 1978, quando as atividades econômicas deverão ser condicionadas pela continuação da política vigente, o Banco manter-se-á fiel aos desígnios dessa política, mas disposto a intensificar ainda mais o seu esforço em prol do fortalecimento e integração das atividades cooperativadas, visando a colaborar com o Governo no aprimoramento do processo produtivo, na melhoria de vida das populações rurais e na mais justa distribuição da renda.

A Diretoria

RESUMO DO BALANÇO GERAL LEVANTADO EM 31/12/77 (VALORES EM Cr\$ 1.000)

ATIVO	31/12/76	31/12/77	PASSIVO	31/12/76	31/12/77
DISPONÍVEL	253.947	388.768	NÃO EXIGÍVEL	470.080	687.308
REALIZÁVEL	5.172.463	6.976.984	Capital	220.000	220.000
Empréstimos	2.539.365	3.569.473	Reservas e Fundos	250.080	467.308
Outros Créditos	2.620.499	3.379.770	EXIGÍVEL	4.962.069	6.677.540
Valores e Bens	12.599	27.741	Depósitos	685.955	1.009.541
IMOBILIZADO	22.179	32.050	Outras Exigibilidades	2.577.637	3.285.678
RESULTADO PENDENTE	1.756	2.157	Obrigações Especiais	1.698.477	2.382.321
ATIVO TOTAL	5.450.345	7.399.959	RESULTADO PENDENTE	18.196	35.111
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	8.650.258	11.092.938	PASSIVO TOTAL	5.450.345	7.399.959
			CONTAS DE COMPENSAÇÃO	8.650.258	11.092.938

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA “LUCROS E PERDAS” – 2.º SEM/77

DÉBITO		CRÉDITO	
DESPESAS OPERACIONAIS		RENDAS OPERACIONAIS	265.395
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		OUTRAS RENDAS	
Com. Juros Internos	97.025	Com. Juros Internos	97.025
Outras	87.059	Outras	367
PERDAS DIVERSAS		LUCROS DIVERSOS	44.547
PROVISÕES		REVERSÕES	14.539
LUCRO LÍQUIDO			
TOTAL	421.873	TOTAL	421.873

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA “LUCROS E PERDAS” – 1.º E 2.º SEM/77 – CONSOLIDADAS

DÉBITO		CRÉDITO	
DESPESAS OPERACIONAIS		RENDAS OPERACIONAIS	472.148
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		OUTRAS RENDAS:	
Com. Juros Internos	188.981	Com. Juros Internos	188.981
Outras	133.550	Outras	883
PERDAS DIVERSAS		LUCROS DIVERSOS	66.107
PROVISÕES		REVERSÕES	14.539
LUCRO LÍQUIDO			
TOTAL	742.658	TOTAL	742.658

Brasília, D.F., 14 de janeiro de 1978

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

MARCOS R. PESSOA DUARTE

Presidente

EDGARD DE ABREU CARDOSO

ANTONIO MARTINS CHAVES

DAVID THIESSEN

JOSÉ FLEURY

MÁRIO KRUEL GUIMARÃES

Conselheiros

DIRETORIA EXECUTIVA:

MARCOS R. PESSOA DUARTE

Diretor-Presidente

NORBERTO LEONHARD

Diretor de Crédito

PAULO GOMES BELLO

Diretor de Administração e Finanças

TERTULIANO BOFILL

Diretor de Planejamento e Cooperativismo

CONSELHO FISCAL:

BENEDICTO DE MIRANDA

NANCY SALLES DE MORAES

JOÃO GILBERTO F. DE SOUZA

RENATO BAUER

Tec. Cont. CRC 2.354-DF



Coleção de cultivares de abacaxi no Campo Experimental de Quissamã, pertencente à Estação Experimental de Macaé.

Mandioca, feijão, arroz e citros revelam os primeiros resultados de pesquisa no norte fluminense

Pesquisas com a mandioca, que revelaram rendimentos de até 65 toneladas por hectare, superiores em 500 por cento à média estadual, que não chega a 13 toneladas por hectare, estão entre os primeiros resultados experimentais conseguidos até agora pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro — PESAGRO-RIO na região Norte Fluminense, onde se encontram os produtos de maior representatividade para a economia do Estado.

Além da mandioca, estão sendo pesquisados, através das Unidades Básicas de Pesquisa de Campos e Macaé, as demais prioridades regionais — feijão, arroz, milho, bovino de corte, cana-de-açúcar, citros, banana e abacaxi, sendo que com os dois primeiros já foram obtidos rendimentos bastante significativos em relação aos níveis médios da região.

Para intensificar os seus trabalhos na região, a PESAGRO-RIO está procedendo o reaparelhamento das duas Unidades, tendo contratado até agora 13 pesquisadores (sete em Campos e seis em Macaé), número significativo, pois quando a Empresa iniciou efetivamente os seus trabalhos, em janeiro de 1977, só dispunha de cinco — um do Estado em Macaé e quatro da EMBRAPA em Campos.

Entre as melhorias que estão sendo introduzidas nas Unidades, destaca-se a construção da Estação Experimental de Macaé, que será inaugurada em fins de março próximo. Para que possa montar uma estrutura técnica para atender às necessidades específicas da região, a PESAGRO-RIO está investindo nas duas Unidades cerca de 12 milhões de cruzeiros, contando, para tanto, com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA e da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional — FUNDENOR.

PRIMEIROS RESULTADOS

Embora preliminares, portanto sujeitos a novos testes, os resultados conseguidos até agora nas pesquisas com a mandioca, feijão, arroz, bovino de corte e citros, são bastante promissores, abrindo caminho para que a PESAGRO-RIO possa levar ao campo, já a partir deste ano, em articulação com a EMATER-RIO e SIAGRO-RIO, as primeiras partidas de sementes e mudas melhoradas e as novas técnicas mais indicadas para a renovação da agropecuária do Estado.

Em Campos, as pesquisas envolvem mandioca, arroz, feijão, bovino de corte, milho e cana-de-açúcar.

MANDIOCA — Os rendimentos de até 65 t/ha, cinco vezes mais que a média regional, que não chega a 13 t/ha, foram obtidos numa área de cinco mil metros quadrados, onde estão plantadas 204 cultivares (variedades de expressão econômica), cedidas pelo Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura, pertencente à EMBRAPA. No material que está sendo colhido, procedem-se testes para se avaliar o teor de amido. Em outra etapa, serão feitos testes para se determinar os rendimentos em álcool, o que permitirá a seleção de cultivares para a formação de culturas exclusivamente voltadas para esta finalidade.

FEIJÃO — Experimento com as cultivares Venezuela 350 e Iguazu atingiram produções de 1.364 e 1.326 kg/ha, respectivamente, superiores à do Rico-23 ("Uberabinha"), que atingiu 683 kg/ha. Essas cultivares estão sendo multiplicadas para produção de sementes genéticas e ainda este ano a PESAGRO-RIO pretende colocar à venda, em articulação com a SIAGRO-RIO, as primeiras partidas de sementes da Venezuela-350. Realizou-se, ainda, testes de consorciação das culturas de feijão e cana-de-açúcar, usando-se as cultivares de cana CB-51-22 e CB-47-85. Participam das pesquisas a Universidade Federal de Viçosa, a Em-



presa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA) e o Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão — CNPAF, da EMBRAPA.

ARROZ — Com base em material fornecido pelo CNPAF, foram conseguidos, através de testes de sistemas de produção, rendimentos de até 4.500 kg/ha, quando se esperava 3.750 kg/ha. Esses resultados são praticamente o dobro da média do Estado. Também foram realizados testes numa coleção de cultivares provenientes do Instituto Internacional de Investigações do Arroz, que revelaram rendimentos de até oito mil kg/ha. Esses testes visam à obtenção de plantas mais adaptáveis ao Norte fluminense.

BOVINO DE CORTE — Foi realizado experimento utilizando-se subprodutos de cana com mistura melaço/uréia na engorda de novilhos em confinamento e duas formas de administração de vitamina A, o que resultou num ganho médio



de peso da ordem de 0,570 kg/animal dia. No lote testemunha o ganho médio foi de 0,398 kg/animal/dia. As pesquisas estão sendo desenvolvidas com a colaboração da Unidade de Itaguaí (pertencente à EMBRAPA) e o Centro Nacional de Gado de Leite e EMATER-RIO.

CANA-DE-AÇÚCAR — Foram plantados 10 hectares de diversas cultivares para fornecimento de cana-planta para a lavoura canavieira da região, ao tempo que se instalava duas máquinas extratoras de gemas que permitem a verificação mais rápida e precisa do índice de germinação. Foi instalado, ainda, um campo de multiplicação de cultivares com o objetivo de produzir maior número de clones com o fim de entrarem no teste de resistência ao carvão. Participam das pesquisas a EMATER-RIO, o PLANALSUCAR e a COPERSUCAR.

Em Macaé, as pesquisas em andamento envolvem citros, banana e abacaxi.

CITROS — Com base em porta-enxertos remetidos para a Fazenda Experimental de Italva e o Campo Experimental de Silva Jardim, a PESAGRO-RIO, em articulação com a SIAGRO-RIO, destinará ao plantio comercial, ainda este ano, 40 mil mudas de elevada produtividade. Além disso, foi implantado dois sistemas de produção com o plantio de 704 mudas de laranja de quatro diferentes cultivares e preparado um viveiro contendo sete cultivares. Prosseguem os trabalhos que têm em vista a recuperação de matrizes de limoeiros, que se encontram infectadas por "Gomose". Participam das pesquisas a Unidade de Itaguaí e a EMATER-RIO.

BANANA — Foi realizado o plantio de 200 mudas da cultivar Maçã (híbrido triplóide AAB) para estudos de fontes



Competição de feijão no Campo Experimental de Angra, nas dependências da Unidade de Campos.

de resistência ao "Mal do Panamá" (*Fusarium*). O material provém de um bananal implantado há 40 anos em Mimoso do Sul, Espírito Santo, onde nunca foi constatada a incidência da doença. Os trabalhos contam com a participação da EMATER-RIO.

ABACAXI — Foram plantadas 44 cultivares de diferentes espécies silvestres de ananás, bem como mil mudas da cultivar Smooth Cayenne e dez mil mudas da cultivar Pérola para estudo de fertilidade. As pesquisas, que contam com a colaboração do Instituto Agrônomo de Campinas, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e da Unidade de Itaguaí, visam, entre outras coisas, contribuir para o desenvolvimento dessa cultura em restinga que, só no município de Macaé, é estimada em 20 mil hectares.

OUTRAS ATIVIDADES

Através do seu Laboratório de Biologia Animal, a PESAGRO-RIO também realiza trabalhos na região (Campos e São Fidélis). Nas determinações bioquímicas estão sendo constatados índices de cálcio (6,65 a 9,92 mg/l) bem abaixo da média internacional (9,35 a 11,08 mg/l).



Sementeira de citros na Estação Experimental de Macaé.

Os inimigos da goiabeira e de seus frutos

A goiabeira é a mais conhecida das mirtáceas, originária da América tropical. É muito apreciada devido ao alto teor de vitamina C, a qual é conservada nos produtos elaborados: geléias, sucos e goiabada. Contém ainda vitamina A e é rica em ferro e cálcio.

No Nordeste brasileiro a industrialização da goiaba é uma fonte de renda ponderável, possibilitando trabalho numa região sabidamente carente de empregos. Em São Paulo a goiaba é importante também como fruto de mesa; sua produção de frutos ensacados para consumo "in natura" está ao redor de 6.000 toneladas. Afora as moscas das frutas, vários são os inimigos da goiabeira e dos seus frutos; entre eles encontramos: o "gorgulho da goiaba", o "besouro amarelo", os "psilídeos" e os "percevejos da goiabeira".

O "gorgulho da goiaba" é um pequeno besouro (6 mm) pardo-escuro, com rostro alongado, de hábitos verpertinos, raramente encontrado na planta. As fêmeas procuram os frutos ainda bem pequenos e verdes e depositam um ovo em cada orifício perfurado pelo rostro. A larva é ápoda, com cabeça escura, e se aprofunda nos frutos maduros para se alimentar das sementes, causando a característica podridão seca e a conseqüente queda dos mesmos.

Ao redor da região perfurada surge uma cicatriz circular e deprimida que se torna negra e petrificada e não acompanha o desenvolvimento do restante do fruto deformado, inutilizando-o para a comercialização.

Um bom controle químico é feito com a aplicação quinzenal de Fenthion-Lebaycid — 50 a 0,2% ou Folídol a 0,1%, juntamente com as caldas fúngicas.

A preferência para o Lebaycid é pela sua alta eficiência no combate às larvas das moscas das frutas, devido a sua ação de profundidade.



O gorgulho ataca os frutos ainda bem verdes e . . .



. . . deteriora sua polpa

O "besouro amarelo" é pequeno, muito arisco, cabeça e corpo amarelo brilhante e ventre alaranjado. É praga polífaga, de elevado potencial biótico, podendo ocasionar graves danos, notadamente nos goiabais novos, devido a sua acentuada preferência pelas folhas novas e brotos. Perfura as folhas e as deixa bem rendadas. Em São Paulo ataca de outubro a dezembro.

Controle: aplicar, em altas infestações, Folídol Em. 60 a 0,1% ou mesmo pó seco à razão de 25 kg/ha.

Os "psilídeos" são pequenos insetos (2 mm) verdes, sugadores da seiva das brotações, que efetuam posturas ao longo do limbo das folhas e rebentos.

As ninfas róseas, envolvidas por intensa secreção branca, sugam os tecidos das folhas e inoculam substâncias toxicogênicas causadoras do enrolamento das bordas das folhas (encartuchamento), o que facilita de muito o abrigo da colônia.

Controle: somente efetuar pulverizações nas "reboleiras" no período prima-

vera-verão, empregando pulverizações com o fosforado sistêmico Folimat 1000 a 0,1%.

Percevejos da goiabeira: vários são os hemípteros que atacam essa mirtácea, e a mais importante espécie é a *Theognis gonagra*, cujas formas jovens também sugam botões florais, ponteiros e frutos. Esse inseto mede 2 cm, é marron-escuro, patas posteriores com expansões foliáceas nas tíbias, com 2 espinhos bem desenvolvidos. A cabeça apresenta faixas longitudinais pretas separadas por estreitas faixas alaranjadas e pronoto castanho, com linha amarela nítida. Os novos percevejos são, da eclosão ao 2.º estágio, vermelhos com pernas e antenas pretas.

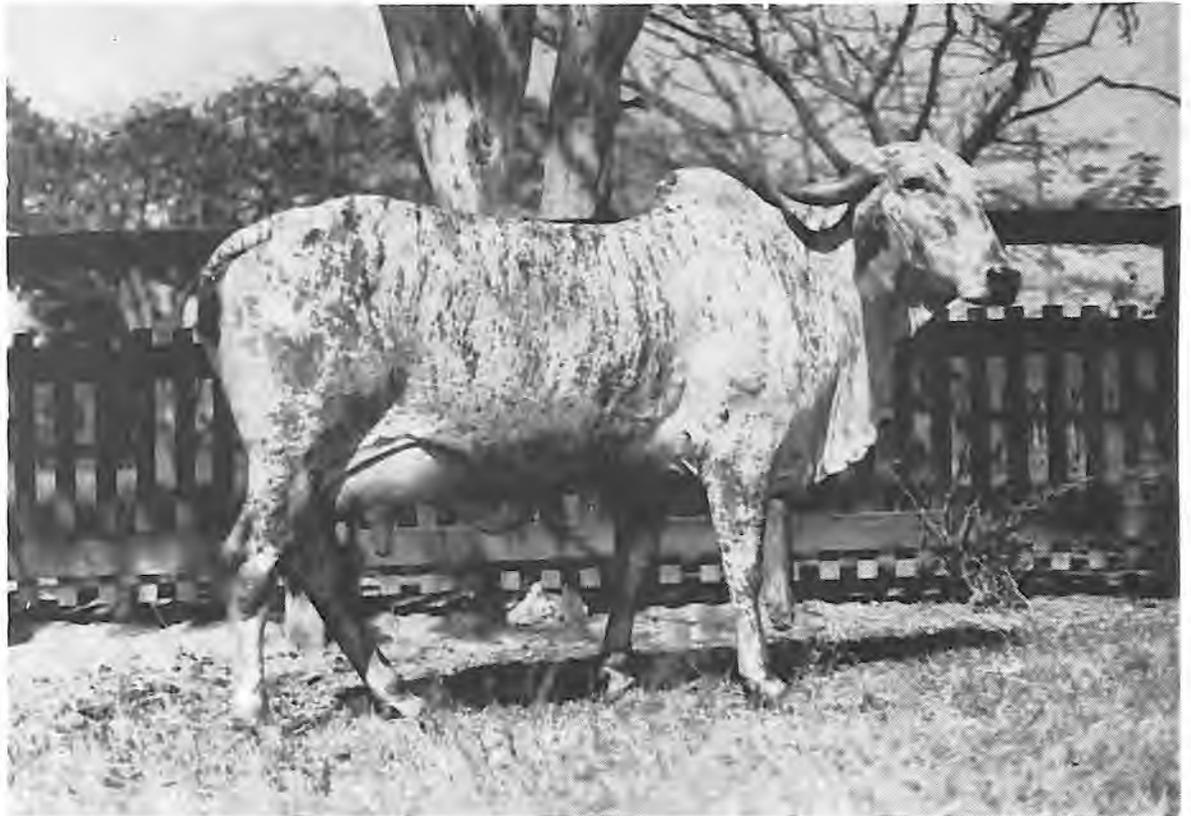
Danos: os locais das picadas desses insetos na fruta ficam "empedrados", o que as deprecia comercialmente.

Controle: aplicar pulverizações de Folithion 50% a 0,15%, muito indicado nas plantas frutíferas (Amaury S. Sampaio, Eng.º Agr.º — Instituto Biológico de SP).



Chegou-se a dizer que não "havia goiaba sem ataque de gorgulho"

3



razões
para você criar

GIR

MAIS
LEITE



MAIS
CARNE



MAIS
PESO

ALÉM DE
RUSTICIDADE * MANSIDÃO * PRECOCIDADE

ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GIR DO BRASIL

ASSOGIR

Rua Formosa, 367, 19.º andar / CEP 01049 – São Paulo
Fones: 35-9691 e 37-8191

Apostila para os teóricos da agricultura

José Resende Peres (*)
(Do Conselho Superior)

Enquanto nos campos milhões de brasileiros trabalham pesado, para alimentar 113 milhões de habitantes e dar ao Brasil 2/3 das suas divisas, nas cidades, como se já não bastassem as secas, as enchentes, pragas, moléstias nos rebanhos, vendavais nas vésperas das colheitas ou confisco cambial, tabelamentos, "dumping", suspensão de crédito e outras medidas que perseguem a agricultura brasileira — na imprensa lê-se diariamente os mais revoltantes palpites. Vejamos alguns deles:

Estocagem: "Vamos estocar este ano 250.000 t de carne". Ora, o próprio Ministro Alysson Paulinelli já disse que a Cr\$ 225,00 a arroba, quando o mercado firme, hoje no Brasil Central está em torno de Cr\$ 275,000, no gaúcho, não haverá chance de aquisição de carne para a COBAL, e acrescentou que seria melhor transferir os recursos destinados a esta operação ao PROPEC, com o que muito ganharia a pecuária brasileira. E o que se sente, em face de 3 anos de preços aviltados, é que o rebanho foi reduzido, e com ele a oferta de carne. A arroba vai continuar subindo, e deverá chegar a Cr\$ 350,00, peso vivo, em agosto deste ano.

Desvio no crédito rural: "É preciso reduzir o crédito rural, dificultá-lo, porque muitos fazendeiros usam o mesmo para aplicação fora de suas atividades". Mentira. Nenhum fazendeiro (estão todos descapitalizados) tem essa oportunidade. Muitas vezes, quando o crédito é liberado, ele já investiu os poucos recursos ou entrou na voracidade do dinheiro caro. Se há um ou outro aventureiro, e certamente que os há, não é justo que milhões de homens sofridos paguem por meia dúzia que teria a sorte de fazer empréstimo sem precisar investir em sua fazenda.

Retirada de subsídios: Outros pregam a retirada dos subsídios ao crédito rural. Tentem fazer isto e terão a fome como resposta. Não há nenhum fazendeiro, mesmo entre os poucos que herdaram grandes fazendas e possuem recursos disponíveis, que vá plantar milho, feijão, trigo, soja ou arroz com dinheiro a juros normais de 48% ao ano, como estão cobrando os bancos. Mesmo com dinheiro de 17% ao ano, já é uma aventura plantar num país onde o dólar é artificial, onde não há ferrovias eletrificadas nem vagões graneleiros, onde da noite para o dia todas as regras do jogo são mudadas (veja-se o confisco da soja ou a importação de carne e cebola, este ano). A agricultura salvou o Brasil, depois da crise do petróleo. Ela é quem vai pagar os 30 milhões de dólares, se deixarem, se pararem com as ameaças.

A "invasão" da Amazônia: Quem de-ra que outros milionários estrangeiros viessem fazer o que está fazendo Daniel Ludwig. Em plena crise cambial, aplicando na selva milhões de dólares e incorporando tecnologia avançada. E o Governo, agora, liberando recursos para os planos de colonização, vai permitir a instalação de centenas de fazendas médias que vão ajudar o Brasil a ocupar imensas áreas desertas. O que se precisa fazer agora é reduzir os incentivos fiscais concedidos às empresas que estão aplicando parte do imposto de renda na Amazônia. Penso que a parcela já pode ser reduzida, pois o que no começo seria uma aventura, agora já é uma realidade.

Custeio agrícola: "É preciso reduzir a aplicação atual de 60%, sobre cada projeto". Façam e esperem o desemprego nos campos, e o abandono das fazendas. Só o cacauicultor ainda está ganhando dinheiro. Até o café, que vinha obtendo bom preço, em face da escassez mundial, com o confisco e o baixo preço de aquisição do IBC já não está permitindo

grandes lucros. Para a soja, este não será um bom ano, em face da grande colheita americana e do absurdo confisco cambial ainda vigente. O preço do gado de corte melhorou, mas pouco sobrou para ser vendido este ano.

A lavoura deve buscar mais lucros aumentando a produtividade: Inicialmente, os dados sobre produtividade no Brasil são falsos. Como o Governo só financia sobre 60% dos preços mínimos, e estes não cobrem o custo de produção, o que o produtor faz é exagerar a área, para sobreviver. E aí, quando os teóricos comparam área "semeada" com colheita, põem a boca no mundo acusando a lavoura de ineficiência.

Ora, produtividade é quase sinônimo de investimento. Mas investir qual capital, se não há lucros, comumente, e se agora resolveram criar o caos com contenção, redução de crédito, ameaça de retirada de subsídios etc? Eu poderia aumentar em 15 dias, em 30% a produção de leite em minha fazenda, alimentando corretamente minhas vacas com concentrados, como fazem os produtores da Europa e dos EUA. Mas não o faço porque o cheque mensal da cooperativa não daria para pagar a fatura da ração...

Seria bom que bancários, agrônomos e economistas que resolveram agora bombardear o fazendeiro com burrices, passassem a freqüentar mais o campo, conviver com fazendeiros pequenos, médios e grandes, para aprenderem um pouco a realidade rural brasileira. É como se fossem médicos deitando regras, sem nunca ter entrado no hospital.

Fala-se tanto em substituição de importação, de petróleo ou bens de capital, mas o que precisamos com urgência é levar apoio, confiança ao setor rural, para que não continuemos a importar leite, feijão, cebola, carne e tantos outros produtos, perdendo divisas preciosas.

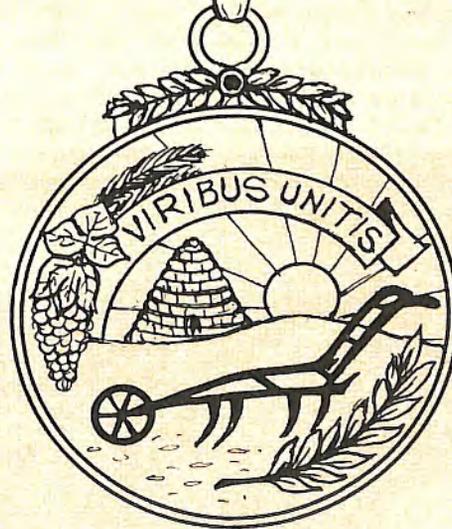
(*) — Vice Presidente da SNA.

ALAVOURA

Suplemento Especial

DESTAQUES

1977



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
ANO LXXXI
JAN./FEV.
1978

Angelo Calmon de Sá



O Ministro Calmon de Sá recebe o troféu...

DESTAQUE SNA 1977

O DISCURSO DO MINISTRO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Com grande satisfação e humildade, compareço a esta solenidade, para receber o troféu "DESTAQUE SNA-1977", láurea das mais honrosas, recentemente instituída pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Em ocasiões como esta, somos compelidos a fazer uma análise introspectiva, que nos conduza a uma avaliação do que temos realizado em nossa vida, como empresário e homem público frente às responsabilidades assumidas.

A arte de administrar interesses públicos num país como o nosso é ao mesmo tempo desafiante e gratificante.

Desafiante, na medida em que a enormidade dos problemas, frente à limitação das soluções possíveis, nos exige habilidade, competência e desprendimento capazes de nos auxiliar a decidir com o mínimo de erros e o máximo de proveito para a comunidade.

Gratificante, porque nos fica a certeza de que o esforço realizado e o sacrifício a que levamos as nossas famílias são recompensados pela satisfação de percebermos que, não obstante as decepções naturais do fato de nem sempre atingirmos nossas metas, estamos somando nossa parcela de contribuição ao objetivo nacional de criar no Brasil uma sociedade próspera, justa e democrática.

Dessa forma, permitam-me considerar que esta homenagem deva também ser

partilhada com a classe empresarial do campo, a qual tenho a honra de pertencer.

Nestes 17 anos de atividade na agropecuária tenho passado, como todos os senhores, por alegrias e desapontamentos, vivendo a euforia das boas safras e preços ou arrostando as dificuldades das oscilações de receitas e das agruras do clima. Mas o balanço final apresenta saldo positivo e me incentiva a enfrentar novos desafios.

IMPORTÂNCIA DA AGROPECUÁRIA

Valendo-me da oportunidade de falar a pessoas de maior representatividade do setor, sinto-me motivado a fazer algumas reflexões sobre a importância da agropecuária na economia brasileira, notadamente a partir de 1973, quando eclodiu a crise energética.

Diante do quadro adverso que a conjuntura internacional apresentava, o Governo do Presidente Geisel, a par da exe-



...e o diploma das mãos de Gilberto Conforto, 1.º vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

cução de programas de substituição de importações de insumos básicos e bens de capital, de pesquisa de novas fontes energéticas, bem como pela intensificação dos esforços para descoberta de novos lençóis petrolíferos, depositou suas grandes esperanças no setor agropecuário, reconhecendo-lhe sua inestimável contribuição, principalmente pela possibilidade de resposta, a curto prazo, na geração de divisas externas e de empregos.

Para se medir o peso da agropecuária na economia brasileira, cabe mencionar que o setor, de 1974 a 1977, gerou divisas no montante de US\$ 21 bilhões, correspondentes às vendas de produtos básicos e semimanufaturados. Somando a estes os produtos industrializados, que utilizaram matérias-primas de origem agrícola, o valor sobe para US\$ 28 bilhões, num total de US\$ 39 bilhões no mesmo período.

Os dados preliminares de 1977 demonstram que dos US\$ 12 bilhões exportados pelo país o setor agropecuário contribuiu com aproximadamente 2/3, ou seja, US\$ 8.328 milhões, performance que deve ser creditada não apenas à melhoria das cotações internacionais de nossos principais produtos de exportação, mas também à ação conjunta governo/iniciativa privada. A agropecuária é, assim, uma das grandes responsáveis pelo superavit ocorrido na balança comercial em 1977, de US\$ 139 milhões, fato que não ocorria desde 1973.

Por outro lado, a relevância da agropecuária para a ação econômica do Governo também se faz presente no contexto das medidas de combate à inflação, já que o alto nível das safras constitui parcela ponderável na batalha pelo controle de preços.

Vale ressaltar, que o almejado desenvolvimento econômico auto-sustentado está intimamente relacionado com o crescimento do setor rural, sobretudo por seu efeito multiplicador na economia e na área social, seja gerando recursos para novos investimentos, seja criando empregos, fixando a população no campo e contribuindo para diminuir as pressões sociais sobre as áreas metropolitanas.

É oportuno lembrar que, segundo dados do IBGE, de todos os empregos criados, o setor rural absorvia 44,3% contra 17,9% da indústria e 37% dos serviços.

Face a essas relevantes funções, o Governo vem aprimorando a sua atuação em favor da agropecuária, através da criação e fortalecimento de instrumentos capazes de induzir o setor a assumir o lugar de destaque que lhe está assegurado, de transformar o Brasil em grande supridor internacional de alimentos e de matérias-primas.

Esses instrumentos, que compõem um quadro integrado e ordenado de medidas, não podem ser avaliados e integral-

mente debatidos em curto espaço de tempo. Entretanto, a menção dos principais fornece uma idéia geral do quanto representam para a agropecuária brasileira as mudanças institucionais promovidas pela Revolução, a saber:

- Institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965;
- reformulação da política de preços mínimos, em 1966;
- criação dos títulos de crédito rural, em 1967;
- instituição do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA, em 1971;
- criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e do Programa de Garantia de Atividade Agropecuária - PROAGRO, em 1973;
- criação do Conselho Nacional de Abastecimento - CONAB e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, em 1974;
- criação do POLOCENTRO, em 1975.

CRÉDITO RURAL

Ante o papel do crédito rural para o desenvolvimento da agropecuária brasileira, o Governo tem procurado, mesmo diante de dificuldades na execução do Orçamento Monetário, manter níveis crescentes de aporte de recursos ao setor, de maneira a sustentar adequadamente a continuidade de sua expansão.

Para avaliar o esforço empreendido, basta mencionar que o saldo das aplicações do Sistema Nacional de Crédito, que atingia Cr\$ 36,4 bilhões em dezembro de 1973, elevou-se, em outubro últi-



Uma análise introspectiva como empresário e homem público. . .

mo, para Cr\$ 206,1 bilhões, apresentando uma evolução de 466% no período.

Nesse contexto, deve ser registrada a atuação do Banco do Brasil - Estabelecimento que teve a honra de presidir por quase três anos - o qual constitui o principal agente executor da política de crédito rural do Governo, responsável que é por mais de 2/3 da oferta de financiamentos às atividades do campo.

Ao lado de sua função na política de preços mínimos e de formação de esto-



. . . para um auditório atento às suas palavras.



Outro aspecto do auditório...

ques reguladores, o Banco tem procurado assumir seu importante papel neste quadro, sobretudo nas aplicações pioneiras e de maior risco. De fato, do total de seus recursos aplicados na agropecuária, mais de 80% são destinados diretamente à produção.

Em minha gestão à frente do Banco do Brasil, procurei, seguindo orientação do Ministro Simonsen, acentuar a prioridade que secularmente ali foi conferida à agropecuária.

Além da expansão do número de agências pioneiras em regiões menos desenvolvidas, criou-se, em 1975, uma Diretoria voltada exclusivamente para o estudo dos problemas do setor e para a condução dos assuntos relacionados com preços mínimos, comercialização do trigo nacional e normas operacionais de um modo geral.

Nesse período, persegui também o objetivo de atribuir maior velocidade de crescimento aos empréstimos de natureza rural. A esse respeito, vale assinalar que a participação do crédito rural, no total das aplicações do Banco, evoluiu de 51,7% em 1973 para 57,1% em 1976, prova inequívoca de que tais operações se expandiram a taxas superiores às dos créditos para a indústria e do comércio.

SEGMENTOS DA ECONOMIA

No âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, situa-se parcela significativa de responsabilidade no desenvolvimento do setor, uma vez que compete a esta Pasta determinar as diretrizes para importantes segmentos da economia, como café, açúcar, álcool e borracha.

Os resultados obtidos, notadamente no exercício de 1977, podem testemunhar o acerto da política imprimida em relação àqueles segmentos.

No que se refere ao café, obtivemos, no exercício passado, recorde absoluto na comercialização externa, atingindo receita de US\$ 2,642 milhões, 10,2% superior a 1976.

No plano interno, a preocupação principal foi a de assegurar normal abastecimento do produto à população, dentro da política de proteção ao consumi-

dor e controle da inflação, além da continuidade do programa de renovação e revigoração dos cafezais, responsável pelo plantio de mais de 150 milhões de cafeeiros, somente no período 1977/1978.

Relativamente à remuneração, os dados disponíveis indicam que o cafeicultor brasileiro foi, de modo geral, um dos que mais se beneficiaram da situação favorável do mercado. De fato, o preço médio pago nos principais países produtores, segundo levantamento da OIC, indicam que em 1977 o produtor no Brasil recebeu 155 centavos de dólares por libra peso, contra 33 na Costa do Marfim, 146 na Guatemala, 140 no México e 87 na Colômbia.

Em relação ao açúcar, obtivemos uma produção superior em 26% à do exercício anterior, alcançando 144,8 milhões de sacas. As vendas ao mercado externo foram da ordem de 2,48 milhões de toneladas métricas, proporcionando receita cambial de US\$ 448,9 milhões. Fato digno de registro, ocorrido durante o ano de 1977, foi a assinatura do novo acordo internacional do açúcar, em Genebra, que vem possibilitando a recuperação das cotações internacionais.

Por sua importância como alternativa energética de médio e longo prazo, inclusive em termos de segurança nacional, cabe destacar o Programa Nacional do Alcool — PROÁLCOOL. Até o final de 1977, o MIC havia enquadrado 150 propostas de instalação, ampliação e complementação de destilarias anexas, com investimentos totais previstos de Cr\$ 18,3 bilhões. O acréscimo de capacidade de produção correspondente é de 2,9 bilhões de litros de álcool por safra.



... e a entrega do título de Sócio Honorário da SNA ao vice-presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colin.

Durante o ano de 1977, o consumo de álcool anidro adicionado à gasolina automotiva, da ordem de 640 milhões de litros, foi cerca de quatro vezes maior do que o observado em 1976. Desse modo, a participação do produto na mistura carburante pôde alcançar 20% em São Paulo e em várias regiões dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais.

É importante assinalar também que o MIC prossegue estudos e pesquisas relacionados com o aproveitamento de várias espécies vegetais na produção do álcool, com resultados bastante animadores, os quais nos levam a afirmar que a agricultura brasileira poderá, a longo prazo, solucionar a maioria dos nossos problemas energéticos e criar condições para o surgimento da alcoolquímica, um novo caminho para a substituição da importação de matérias-primas obtidas a partir do petróleo.

Por último, destaco o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal — PROBOR, que se desenvolve no sentido de reduzir nossa dependência externa, atualmente em torno de 70% do consumo brasileiro.

Está previsto o plantio de 100.000 hectares de seringueiras no sul da Bahia e na Amazônia. Pretendemos, a médio prazo, substituir os seringais nativos pelos cultivados, meta que vem sendo perseguida tenazmente pelo Governo. Os atuais seringais estão sendo tratados adequadamente para aumento de sua produtividade, através da campanha de defesa fitossanitária, o que resultará em resposta imediata no crescimento da produção.

ATUAÇÃO DO MA

Ao final dessas considerações, não poderia deixar de assinalar o esforço que o Ministério da Agricultura, sob a eficiente direção de meu colega Alysson Paulinelli, vem empreendendo no sentido de assegurar níveis crescentes de apoio ao setor rural da economia brasileira.

Não seria necessário dizer que muitos dos resultados aqui descritos contaram com a decisiva contribuição daquele Ministério, com o qual sempre procurei, quando Presidente do Banco do Brasil, manter alto nível de entrosamento e cooperação. A própria Diretoria de Crédito Rural, a que me referi, foi criada em virtude de uma legítima reivindicação do Ministro Paulinelli. E a relevante atuação do Banco na área de preços mínimos, estoques reguladores e assistência técnica aos agricultores financiados não seria possível sem a competente participação do Ministério da Agricultura, a quem cabe traçar a política governamental nessas importantes áreas, especialmente através da Comissão de Financiamento da Produção, do CONAB e da EMBRATER.

Vejo, pois, no Ministro Paulinelli um autêntico batalhador pelo desenvolvimento da agropecuária nacional e o convívio mais estreito que ora mantemos, em busca sobretudo da adoção de medidas harmônicas do Governo na área de interesse do setor rural que se vincula ao MIC, aumentou a minha convicção de que o Ministério da Agricultura se encontra sob o comando de mãos seguras.



Paulo Romano, Ministro interino da Agricultura (E), e José Resende Peres, Secretário de Agricultura e Abastecimento do Rio de Janeiro compuseram a mesa.

A SNA

Meus Senhores:

A história da Sociedade Nacional de Agricultura, escrita nesses 81 anos de profícuos serviços prestados à agropecuária nacional, no apoio à formulação de políticas, na formação de mão-de-obra e no auxílio aos Governos através de sugestões válidas lhe confere méritos inquestionáveis.

Dela muito se espera ainda, principalmente no aperfeiçoamento dos mecanismos de estímulo existentes e no maior fortalecimento econômico da atividade agropecuária.

Sinto-me imensamente grato pela honraria com que me distinguiu e conscientizo-me da responsabilidade que esta láurea me confere, induzindo-me a redobrar esforços para servir a pátria, quer na vida pública, quer na iniciativa privada.

Desejo parabenizar a Sociedade Nacional de Agricultura pelo seu octogésimo primeiro aniversário e agradecer à sua Diretoria, bem como à Comissão Especial a quem coube a proposição de meu nome, o inesquecível laurel de que sou alvo neste instante.

Peço-lhes, finalmente, que transmitam ao Dr. Luiz Simões Lopes, ora a serviço do País no exterior, integrando merecidamente a comitiva do Presidente Geisel ao Uruguai, os meus melhores votos de felicidade pessoal. Muito Obrigado.



Aspecto geral da mesa que presidiu a solenidade.

A saudação de Octavio Mello Alvarenga em nome da Sociedade Nacional de Agricultura



Octavio Mello Alvarenga

Pela quinta vez, em sua longa história, a Sociedade Nacional de Agricultura seleciona quinze dos mais distinguidos vultos da Agropecuária brasileira, aos quais confere a láurea denominada "Destaque A LAVOURA" — e pela terceira vez o "Destaque" que leva o nome da própria instituição.

Esta é, portanto, uma festa de reconhecimento e de confraternização. O reconhecimento público que a mais antiga instituição ligada à história de nossa Agricultura concede a uma personalidade — seja pessoa física ou jurídica — em festiva oportunidade na qual o prazer de juntar neste auditório tantos amigos proporciona afinal uma interpolinização de fecundas sementes, nessa troca de idéias, nesse leque difuso e informal que se abre, para a mais bela das práticas: o intercâmbio cultural.

Não existe aquele que possa dispensar alguma coisa do conhecimento, da experiência, da riqueza acumulada por alguém que haja perseguido na vida um ideal alevantado. E será nesta Casa quase secular, entre estas paredes que vêm passar as gerações que se conferem os valores dos melhores representantes do estudo, do diálogo, da divulgação, das realizações em prol da Agricultura brasileira.

Senhores. É com muito orgulho e responsabilidade que lhes falo em nome dessa entidade.

Três dos onze presidentes da SNA foram Ministros da Agricultura: Ildefonso Simões Lopes, Geminiano Lyra Castro e Miguel Calmon du Pin e Almeida sendo que o presidente Lauro Muller foi Ministro da Viação no Governo Rodrigues Alves, além de haver ocupado a chefia do Governo do Estado de Santa Catarina. Orgulhamo-nos de uma tradição federativa, de sermos uma entidade aglutinadora de valores que vão emergindo em todo o enorme espaço físico do Brasil — e fazemos o possível para merecer, no presente, aquilo que foi mais facilitado enquanto o Rio de Janeiro, capital administrativa do País e herdeira das glórias da Côrte, acrescentava a vantagem de servir de sede aos Três Poderes da Nação.

Ilustres agraciados. Nesta sala os senhores constituem uma constelação de valores. Diversos nas idades, distintos nas origens, distanciados, por vezes, nos locais onde trabalham nesse país-continente. Três paulistas, dois baianos, três mineiros, dois fluminenses, e um gaúcho, sentando-se lado a lado com um inglês de nascimento, um uruguaio e um peruano. Tanta distância a separá-los mas, ao mesmo tempo, quanta coincidência, no vértice de vossas vidas, no melhor que trazem no interior de cada um — em prol da Agricultura.

ANGELO CALMON DE SÁ

ASNA homenageia com a láurea máxima da instituição o *Ministro Angelo Calmon de Sá*, um jovem engenheiro que fez na Bahia os cursos de engenharia civil e de petróleo, além de administração financeira, capacitando-se para os elevados cargos e as missões que lhe vêm sendo atribuídas, no Brasil e no exterior.

A V.Ex.^a terei oportunidade de dirigir-me, mais particularmente ao final destas palavras.

ALCIDES CARVALHO

Não existirá cafeicultor no Brasil que desconheça o nome de *Alcides Carvalho* como pesquisador incansável, que dez anos antes de assumir a chefia da Seção de Genética do Instituto Agrônomo de Campinas — e há 41



Alcides Carvalho recebe a insígnia das mãos do ex-Ministro da Agricultura, Prof. Hugo de Almeida Leme.

anos ele é o dedicado chefe dessa unidade — já apresentava, na 1.^a Reunião Sul Americana de Botânica, realizada em 1938, sua colaboração sobre a "Taxonomia da *Coffea arabica*".

Vêm ainda de São Paulo para esta festa de confraternização dois empresários, dois valores da agropecuária: *Donald Wilfred Strang* e *Antonio José Rodrigues Filho*.

DONALD STRANG



José Resende Peres condecora Donald Strang.

Embora nascido no Rio de Janeiro, onde concluiu o ginário, *Donald Strang* diplomou-se pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, na qual se aperfeiçoou em zootecnia de corte, especializando-se, a seguir, e por três vezes, nos Estados Unidos e na Argentina. Hoje é um "homem do mundo", um perito convocado por interessados nos mais diversos locais. Mais de trinta anos na SWIFT do Brasil, onde partiu de comprador de campanha até atingir a diretoria, é conselheiro técnico de cinco grandes empresas.

ANTONIO JOSÉ RODRIGUES FILHO



Antonio José Rodrigues Filho teve como padrinho o jovem diretor do Departamento de Cooperativismo da SAA/RJ, Daniel Fonseca Pinto.

Líder natural na classe, *Antonio José Rodrigues Filho* tanto se destaca pelas atividades particulares como pela atuação administrativa — desde o orador do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, quando estudante em Piracicaba, até a vice-governança do Estado de São Paulo, a presidência de três congressos de cooperativismo, e sua marcante atuação como titular da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

INSTITUTO AGRONÔMICO

Já se escreveu em "A LAVOURA" no início do artigo alusivo a essa magnífica entidade, correspondente aos meses de setembro/outubro de 1977: "a história do *Instituto Agrônomo de Campinas* se confunde com a própria evolução da agricultura paulista e brasileira".

Criado em junho de 1887, dez anos portanto antes da criação da SNA, o "Agrônomo" vem acompanhando a dinâmica evolutiva da investigação científica — com profundas repercussões econômicas: o algodão, o milho híbrido, estão aí para comprovar. A renovação da cafeicultura, a lavoura canavieira, o desenvolvimento da soja, leguminosas; praticamente não existe cultura que não tenha sido estudada nesse estabelecimento.



O Prof. Lourival Carmo Monaco, diretor-geral do Instituto Agrônomo de Campinas, é agraciado por Paulo Romano, Ministro Interino da Agricultura.

Queira, portanto, *Prof. Lourival Carmo Monaco*, que representa o *Instituto Agrônomo*, receber as nossas melhores homenagens com o pedido que lhe fazemos de transmiti-las aos seus dignos pares e a todos quantos labutam naquele Instituto.

LUIS A. MONTOYA



Nosso companheiro Helio Raposo foi o paraninfo de Luis Arturo Montoya Armas, do IICA.

A mesma linha de pensamento de homenagear entidades culturais — e desta feita na pessoa de um de seus mais ilustres e dedicados responsáveis — fez com que a SNA outorgasse um de seus Destaques "A LAVOURA" ao *Dr. Luis Arturo Montoya Armas*, que responde pela diretoria do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, o IICA, no Brasil desde setembro de 1974. Peruano de nascimento, diplomado em agronomia em 1956, obteve os graus de "master" e "PhD" respectivamente em 1958 e 1966; o primeiro em Costa Rica e o segundo na Cornell University, de New York. Os trabalhos que coordenou, dirigiu ou de que participou como pesquisador em diversas regiões do Brasil, credenciaram-no ao reconhecimento de todos os brasileiros.

UNIVERSIDADE DE VIÇOSA



O Magnífico Reitor da Universidade Federal de Viçosa, Prof. Antônio Fagundes de Souza, recebeu a medalha das mãos de Paulo Romano.

O mesmo critério de homenagear grandes instituições educacionais e científicas presidiu a Comissão Especial desta entidade, ao conceder o destaque "A LAVOURA" à *Universidade Federal de Viçosa* — sementeira esplêndida de tantos dos que aqui se reencontram neste momento — e que se representa nesta solenidade pelo Magnífico Reitor, *Prof. Antônio Fagundes de Souza*.

Com seus 5.500 estudantes e um quadro docente de 450 professores, a *Universidade Federal de Viçosa*, ao longo de seus 51 anos de trabalho equipou-se, com paciência e sabedoria, de um conjunto invejável de mestres — concretizando aquilo que Ortega Y Gasset escreveu em seu célebre ensaio. Pois em Viçosa a Universidade satisfaz as três funções sintetizadas pelo mestre espanhol:

- a) — a transmissão da cultura;
- b) — o ensino das profissões;
- c) — a investigação científica e a educação de novos homens da ciência.

Porque se alguma coisa devemos reclamar sempre é "cultura" — diferenciando esta de "ciência", algo mais próximo, mais específico. O especialista inculto, o especialista que somente entende do ramo de sua atividade prática, continua sendo um carecedor da amplitude de situações que a vida moderna nos vai, polifórmicamente, propondo.

E curvando-se à decifração multifária da equação da agricultura — que vai sendo resolvida e recomposta através das gerações — a Universidade cumpre com sua missão sempre renovadora: dinamiza os recursos ao seu alcance, realiza trabalhos de extensão rural, monta a primeira Estação Experimental de Conservação do Solo, mantém em dia uma série de informativos.

Estabelecimento que se criou nos moldes dos "Land Grant Colleges" dos Estados Unidos ela se atualiza na florescência do seu suporte básico: "Ensino, Pesquisa e Extensão".

Dois vitoriosos criadores, duas personalidades diferentes, dois perseguidos pelos prêmios e troféus recebem hoje seus destaques: *Osaná Almeida* e *José Sylvio Magalhães*.

OSANÁ ALMEIDA



Octavio Mello Alvarenga entrega a distinção a Osaná Almeida.

Ao espírito inquieto de *Osaná Almeida*, que somente há 35 anos nascia em Itaquarena, na Bahia, os horizontes sempre pareceram pequenos. É um desbravador nato. Já presidiu desde um banco cooperativista a uma companhia cinematográfica; implantou fazendas no interior bravo de Goiás — a Aruanã e a Mara Rosa. Apaixonado pelo Vale do São João — que denomina "Vale da Promissão" — promoveu reuniões e palestras na Fazenda da Pedra, hoje dotada de uma série de benfeitorias que há poucos anos atrás somente faria sorrir aos pessimistas e conformados. Tem o maior plantel de equinos do Estado do Rio e seu rebanho persa é o maior do Brasil. No rebanho de bubalinos e bovinos de alta linhagem da Fazenda da Pedra destaca-se o plantel das raças Gir e Nelore, este último com o maior número de animais registrados e controlados neste Estado.

JOSÉ SYLVIO MAGALHÃES



José Sylvio Magalhães foi agraciado por Almiro Gonçalves de Castro, diretor do Departamento de Agropecuária da SAA/RJ.

Mineiro de Ponte Nova, *José Sylvio Magalhães* poderia comparecer aqui com um título apenas: o de proprietário da Fazenda Pica-Pau Amarelo. Iniciou suas atividades como pecuarista em 1961 e já em 1963 iniciava uma carreira de campeão de prêmios, sobretudo como criador de gado holandês vermelho e branco. A vaca "Reflection Duchess", de sua propriedade conquistou o recorde Sul Americano de Produção de Leite, além de oito recordes brasileiros.

ALFREDO REZENDE



O Prefeito de Uberlândia prestigiou com sua presença a solenidade da SNA.

Alfredo Julio Rezende soube aliar os ensinamentos da Universidade de Viçosa à sua inata capacidade empresarial — o que lhe possibilitou chegar à Presidência da Granja Rezende, onde labutam cerca de 2.000 empregados, e na qual a extraordinária técnica de integração aplicada possibilita a produção aproximada de 2.800.000 matrizes e 42 milhões de pintos, por ano. Em todos os setores essa granja avícola acompanha par e passo o progresso setorial.

A Granja Rezende finaliza atualmente a construção de um abatedouro com capacidade para processar 14.400 frangos por hora e uma fábrica de ração capaz de produzir 42 toneladas de ração peletizada, em igual tempo.

ATTÍLIO FONTANA

Já se salientou — e sempre se salientará — quanto deve o Brasil agrícola aos imigrantes italianos. *Attílio Fontana* é um vitorioso filho do casal Fontana que, em 1888, desembarcava, sonhador e disposto a trabalhar, no Estado do Rio Grande do Sul.

Hoje, o oitavo filho desse casal recebe nosso Destaque, no cume de sua vida, realizado, feliz, com um lar abençoado onde floresceram filhos, netos e bisnetos brasileirossimos.

Esse enfardador de alfafa que aos 21 anos era simples operário em Herval do



Nossa companheiro João de Souza Carvalho apõe a medalha em Attílio Fontana, presidente da Sadia.

Oeste — Município de Santa Catarina — e aos 35 um próspero negociante em Luzerna, somente aos 45 desligou-se das atividades comerciais para dedicar-se à indústria do trigo e suínos, na cidade de Concórdia.

Este é o sumário, a base, o alicerce e a explicação de uma empresa que todos conhecemos — de vista e paladar — a SADIA. E nada mais seria necessário dizer de *Attílio Francisco Xavier Fontana*, que foi a pedra angular da SADIA, a voz de comando, que pode reunir e desenvolver a série de empreendimentos posteriores em que naturalmente se multiplicou o Grupo SADIA, sobretudo nos Estados de Santa Catarina e Paraná. *Attílio Fontana* foi Prefeito Municipal de Concórdia, Secretário de Agricultura de Santa Catarina, Senador da República, eleito em 1962, e finalmente Vice-Governador do Estado durante o Governo Médici.

FRANCIS GOLDSMITH



Francis Goldsmith foi agraciado pelo Secretário de Agricultura do RJ, José Resende Peres.

A Inglaterra, no concerto das nações, muitas vezes nos é apresentada como o país das excentricidades. Dos fatos inesperados. Das atitudes desconcertantes. Das personalidades estranhas

ou curiosas. País dos conquistadores de outrora, dos vitoriosos de uma guerra de ontem mesmo, na qual parecia que iria submergir — e da qual ela despontou rediviva, conduzida por Churchill, do partido conservador.

Pois nasceu na Inglaterra, naturalizou-se brasileiro, e, advogado de formação universitária, além de membro da Sociedade Real de Agronomia, aqui está para receber o Destaque de "A LAVOURA" um ex-oficial da Marinha de Guerra Britânica, que tendo sido no Brasil um *expert* na administração de empresas de eletricidade, controla hoje o poderoso Departamento de Crédito Rural do Banco Lar Brasileiro S/A. Referimo-nos e rendemos nossas homenagens a *Francis Goldsmith*, que, no Banco Lar Brasileiro não se limita à infinidade de obrigações que lhe são impostas pela natureza de suas funções, mas preside ainda o Comitê de Literatura da Real Sociedade de São George, a Real Legião Britânica e o meritório Comitê de Contribuições do Banco Lar Brasileiro e do *Chase Manhattan Bank*, responsável pela obra de atendimento social que realiza em favor dos favelados.

Dois destaques de "A LAVOURA" orientaram-se para atividades açucareiras — mais propriamente — para a lavoura canavieira fluminense. Daí as distinções atribuídas, respectivamente, a *Oswaldo Barreto de Almeida* e à *Companhia Engenho Central de Quissaman*.

OSWALDO BARRETO DE ALMEIDA



Carlos Arthur Repsold cumprimenta Oswaldo Barreto de Almeida, após entregar-lhe a medalha

Oswaldo Barreto de Almeida que se graduou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército e na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, destaca-se por sua intensa e fecunda atividade de educador, na Diretoria da FUNDENOR, bem como nas diversas entidades ligadas ao cultivo da cana-de-açúcar neste Estado. Com dedicação excepcional preside a Cooperativa de Crédito dos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio de

Janeiro e a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana, tendo sido o fundador e primeiro presidente de outros dois empreendimentos associativistas: a Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana do Estado do Rio e a Central Cana: Cooperativa Central dos Fornecedores de Cana do Brasil.

ENGENHO QUISSAMAN



O presidente da Coperllu, Eivaldo Inojosa de Andrade, foi o paraninfo de Edilberto Ribeiro de Castro, diretor da Companhia Engenho Central de Quissaman.

Desde o dia 12 de setembro de 1877, quando Bento Carneiro da Silva, Barão de Araruama, saudou o então Imperador D. Pedro II até os dias de hoje, não parou de funcionar a *Companhia Engenho Central de Quissaman*. A grande diferença entre a primeira produção obtida pelo primeiro presidente e a última, é que em 1877 a Usina produziu 29.098 sacas de açúcar e 201.663 litros de aguardente; um século depois atingia 1.000.000 sacas de açúcar e 9.000.000 litros de álcool.

Na sucessão dos líderes que chefiaram a Usina, através de seu primeiro século de vitórias, destacam-se as figuras de *Joaquim Bento Ribeiro de Castro* e de *Edilberto Ribeiro de Castro*, respectivamente avô e pai dos atuais responsáveis que hoje respondem pelo empreendimento, que não pertence mais aos quissamaenses, porém ao próprio Brasil "Dulce Laboris Proemium", reza o dístico centenário tão significativo e tão próximo do "Viribus Unitis", que nos congrega na SNA.

SOTREQ

O destaque concedido à *SOTREQ de Tratores e Equipamentos*, significa o reconhecimento desta entidade aos bons serviços que vem prestando um empreendimento pelo qual hoje responde *Carl Vagn Orberg*, que, desde 1970 responde pelo controle acionário da conhecida fábrica instalada em Mococa. Fundada em 1941 a SOTREQ iniciou-se



Nosso companheiro Carlos Infante Vieira condecora o diretor-superintendente da Sotreq, Carl Vagn Orberg.

como um dos primeiros revendedores Caterpillar, no Brasil. Ampliou suas atividades até o Rio, e hoje, se estende até Minas, Goiás, Espírito Santo e Brasília. Sendo das primeiras empresas privadas em vendas, é a segunda em faturamento, através de uma atuação diversificada que vai desde o setor agropecuário à construção pesada e civil, mineração, extração florestal, industrial, petrolífero e de energia.

BENEDICTO FONSECA MOREIRA



O vice-presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colín, entregou ao representante de Benedicto Fonseca Moreira, diretor da Cacex, o destaque "A Lavoura"

Oeconomista fluminense *Benedicto Fonseca Moreira* apresenta tantos encargos e tantas realizações, na sua folha de serviços que, tendo transposto apenas a quarta década de vida, já pode ser considerado um homem público realizado.

Iniciando sua carreira como assistente administrativo do antigo DASP, aos 34 anos já era Secretário do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio — e após uma carreira brilhante, sempre ascensionar, alcança a diretoria da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Bra-

sil, exercendo ainda as funções de Secretário Geral do Conselho Nacional do Comércio Exterior. A vinculação do comércio exterior com a agricultura é da mais alta importância. Vivemos num mundo globalístico, numa sociedade internacional na qual algumas peças — sempre atuantes, porém nem sempre muito visíveis — influem de maneira mais ou menos direta na economia e na vida política de todos os povos. Há pouco tempo, no Brasil Agro-Invest 77, quando tivemos a oportunidade de apresentar observações sobre o capital estrangeiro e o setor agrário brasileiro, emergiram algumas decorrências da maior importância para nossa economia de país em desenvolvimento. A atuação da CACEX e da CONCEX, no caso, revelam-se mais diretamente participantes do processo do que outros organismos, fato que torna ainda mais saliente o papel que *Benedicto Fonseca Moreira* exerce, nas linhas de crédito do Banco do Brasil e outros agentes financeiros do país, tanto quanto nos fluxos que atendem aos mercados externos e interno.

LUIZ GUIMARÃES JUNIOR



Luiz Guimarães Junior foi agraciado por seu filho Luiz Guimarães Neto.

Senhores agraciados.

Extrapolando as normas habituais, este ano a SNA presta uma homenagem especial à pessoa de *Luiz Guimarães Junior*, membro do nosso Conselho Superior, que, por mais de 50 anos prestou relevantes serviços ao Ministério da Agricultura. Nosso agraciado não é apenas uma figura humana. Não é somente um homem dedicado à problemática agrária; nem mesmo poderá ser qualificado tão só como funcionário atuante, capaz, de pureza de atitudes raras e invejáveis. Para nós, para todos os que se vinculam a esta Casa — que ele frequenta diariamente — *Luiz Guimarães Junior* é um símbolo — um exemplo vivo, como cidadão, como Engenheiro Agrônomo, como brasileiro. Ocupou praticamente todos os degraus hierárquicos

do Ministério até atingir o ápice, quando passou a dirigir os destinos da Pasta. Foi Diretor da Estação Experimental de Sete Lagoas, dinamizador do melhoramento de sementes de algodão, criador do Laboratório de Tecnologia de Fibras; Secretário Executivo da Junta Nacional do Algodão; traçou e instalou Centros de Preparo e Estações Experimentais em vários Estados, do Rio Grande do Sul ao Maranhão — naturalmente incluindo o seu bem amado Estado de Minas Gerais, presidindo ainda a Companhia Nacional de Seguro Agrícola. Nosso homenageado especial é autor de dois livros de viagens, além de tradutor do conhecido volume de Theodor Roosevelt — *Through the Brazilian Wilderness*, a que deu o título de "Nas Selvas do Brasil". Mineiro de Cordisburgo, como seu sobrinho João Guimarães Rosa, o último livro desse homem cuja alma somente poderia refletir-se, tal como o faz, através de seus olhos azuis, compõe-se de saborosas reminiscências, tendo por título *De Cordisburgo a Nova Iorque*.

Senhor Ministro Angelo Calmon de Sá

Vossa Excelência recebe hoje um título que somente três vezes foi outorgado: o *Destaque Sociedade Nacional de Agricultura*. Em sua ascendente carreira de empresário rural e homem público será uma, dentre as muitas honrarias já atribuídas à sua vitoriosa personalidade. Aqui, nesta Casa, que tem um recado certo para todos os momentos da Agricultura do País, ela vem recamada de uma significação que supera o passado e o presente, para atingir conseqüências e fatos futuros.

Nesta solenidade, Senhor Ministro e ilustres agraciados, a Sociedade Nacional de Agricultura deve tornar públicas algumas conclusões da classe que representa, com o objetivo de colaborar no processo de revisões que necessariamente se procede quanto à adequação da agricultura no quadro econômico, social e político do País.

Ao longo dos trinta últimos anos — afirmava em nossa última reunião o Presidente Luiz Simões Lopes — o poder de barganha político da agricultura sofreu um estreitamento desproporcional à sua representatividade econômica; decaiu de um símbolo orgulhosamente apresentado, à situação de qualificativo secundário ou ruborizante.

No entanto, o que atestam as estatísticas desse país que tem vergonha de ser *agrícola*? Atestam que os produtos da Agropecuária representam 67% (sessenta e sete por cento) de nossa balança comercial, embora o processo de acumulação de capital para a fase intensa da industrialização exija da agricultura:

a) — suprimento de receita cambial para financiar o processo das importações e ainda para financiar a substituição das mesmas;

b) — a geração de excedentes internos para abastecer elevados contingentes que decorrem do crescimento demográfico do país;

c) — a liberação de mão-de-obra, para outros setores da economia;

d) — a utilização de insumos produzidos pela indústria nacional.

Essas observações, Senhores, constam da preciosa monografia que Luiz Simões Lopes levou ao "Brasil Agro-Invest 77", transcrita no número de "A LAVOURA" relativo a novembro/dezembro de 1977. Tão exatas revelaram-se essas idéias, que serviram de lastro à comissão constituída para redigir as conclusões daquela importante conclave, algumas das quais parecem-se prioritariamente salientáveis. Assim é que, sopesadas as brilhantes manifestações dos conferencistas que representaram órgãos de governo — federal e estaduais — consideradas as paradoxais situações do país, que se apresenta como o segundo exportador de alimentos, porém importa 490 milhões de dólares de trigo por ano, importa carne, importa feijão e importa leite; comparados os índices inquietantes relativos à explosão demográfica e a crescente — e inevitável — carência educacional da população rural, concluiu-se pela falta de suportes efetivos para o desenvolvimento agrário. Pela ausência gritante da informação agrária.

Recomendou, portanto, o plenário do conclave, através de relatório final, algumas medidas, dentre as quais se destaca como a primeira e mais premente "a reformulação da sistemática administrativa federal, de modo que, com melhor estrutura, o Ministério da Agricultura assuma a posição que lhe compete na fixação da política agrária brasileira, com todos os poderes a ela inerentes — atualmente pulverizados em órgãos de outros Ministérios".

Não se descuidando de aspectos setoriais, pretende-se:

a) — maior divulgação pela rede nacional de comunicações — televisão, rádio e cinema — de programas específicos para o meio rural, bem como a criação de serviços locais de radiodifusão;

b) — a ampliação da atual política de amparo ao trabalhador rural, com vistas à sua fixação no campo e ao incremento de todas as medidas que lhe concedam bem-estar e dignidade social;

c) — consolidação da numerosa e extensa legislação agrária, bem assim imediata alteração no processo e no aparelhamento judicial encarregado de sua aplicação;

d) — adoção de uma política de preços mínimos que atue com o apoio de estoques reguladores cujo espectro de planejamento deverá envolver desde as

OS 81 ANOS DA SNA

previsões de safra, capacidade de armazenamento, até o escoamento do produto e à venda final;

e) — incentivo ao cooperativismo, dentro de regras mais sadias, para que mediante conjugação geral de esforços, os agricultores e pecuaristas obtenham melhores resultados e desenvolvam uma autêntica política associativa.

Senhor Destaque SNA 77, Ministro Angelo Calmon de Sá. V. Ex.^a teve a sua formação universitária na mesma terra de um brasileiro de inteligência e sensibilidade gigantescas que bradou um dia, no decorrer de sua excursão eleitoral aos Estados da Bahia e de Minas Gerais, em favor de "uma justiça agrária e quase gratuita, à mão de cada colono, com um regime imbuível, improrrogável, inchicável"; esse mesmo brasileiro aos seus paraninfados do Colégio Anchieta, em Friburgo, aconselhava em 1903: "Por mais que os sucessos nos elevem, nos comícios, no foro, no parlamento, na administração, aprendamos a considerar no poder um instrumento da defesa comum, a agradecer nas oposições as válvulas essenciais da segurança da ordem, a sentir no conflito dos antagonismos descobertos a melhor garantia da nossa moralidade".

Esse brasileiro, patrono dos advogados e símbolo — castigado símbolo da democracia — chamou-se Ruy Barbosa. V. Ex.^a é um homem da terra de Ruy Barbosa, que qualificava com admirável precisão terminológica, há oitenta anos, uma ciência que hoje é o "agrário", e um direito novo que é o "direito agrário".

Meus Senhores:

O clamor que se nota por todo o Brasil, nesse prenúncio de abertura política, teria de vir mais acentuadamente do setor agrário e deveria repercutir, de modo necessário, neste auditório.

Esperamos todos, daqui da SNA, esperamos todos, empresários, técnicos e famílias vinculadas à Agricultura brasileira, que os símbolos da entidade — representados por um pergaminho e uma medalha — e que nesta oportunidade são entregues aos agraciados com os Destques 1977, se transmudem em sementes. E que essas sementes, na terra boa em que estão sendo lançadas, sejam colheita de fartura, paz e radiosa prosperidade.

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu as seguintes mensagens de congratulações pela passagem do seu 81.º aniversário: Alysso Paulinelli, Ministro da Agricultura; Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações; Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura; Maurício Rangel Reis, Ministro do Interior; Armando Falcão, Ministro da Justiça; L. G. Nascimento e Silva, Ministro da Previdência e Assistência Social; Arnaldo Prieto, Ministro do Trabalho; Antonio F. Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores; Floriano Faria Lima, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Antônio Carlos Konder Reis, Governador de Santa Catarina; Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, Governador de Minas Gerais; Paulo Egydio Martins, Governador de São Paulo; Desembargador Marcelo Santiago Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; General José Pinto Rabello, Comandante do I Exército; Major-Brigadeiro do Ar Paulo de Abreu Coutinho, Comandante do III Comar; Willie Cunha, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal; Marcos Tamoyo, Prefeito do Rio de Janeiro; Francisco Amaral, Prefeito de Campinas; Oscar L. R. Gurjão Cotrim, Prefeito de Araçatuba; Paulo da Rocha Camargo, Secretário da Agricultura de São Paulo; Agripino Abranches Viana, Secretário da Agricultura de Minas Gerais; Paulo Carneiro Ribeiro, Secretário da Agricultura do Paraná; Getúlio Marcantônio, Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul; Carlos Balthazar da Silveira, Secretário de Estado de Governo do RJ; Helio Braz de Oliveira Marques, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais; José Fernandes Filho, Secretário de Estado da Educação de MG; Paulo Caldeira Brant, Secretário Adjunto da Agricultura de MG; Deputado Claudio Moacyr, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Deputado Antonio Dias, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado Herbert Levy; Deputado Ewaldo Saramago Pinheiro; Deputado Victorino James; Deputado Francisco da Gama Lima; Senador José de Magalhães Pinto; Laudo Natel; Carvalho Pinto; José Aparecido de Oliveira; Iber Silvestre Benvgnu, Presidente da Farsul; Fabio Salles Meirelles, Presidente da Faesp; Marcos Wandresen, Presidente da Faesc; Theobaldo de Nigris, Presidente da Fiesp e Ciesp; Paulo Salim Maluf, Presidente da Associação Comercial de São Paulo; Zacarias Pedro Schmitz, Presidente da Fetaesc; Professor Zeferino Vaz, Reitor da Universidade Estadual de Campinas; Professor Salim Simão, Diretor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"; Eng.º Ag.º Sálul Rocha, Vice-Diretor da Faculdade de Agronomia e Zootecnia "Manoel Carlos Gonçalves"; Alvaro Cotomacci, Presidente do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas; Leo-

nardo Goldstein, Presidente do Lions Clube de Campinas Centro; Luiz Emygdio de Mello Filho, Presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza; Luiz Antonio Fayet, Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná; Marcos Pessoa Duarte, Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Humberto Esmeraldo Barreto, Presidente da Caixa Econômica Federal; Karlos Rischbieter, Presidente do Banco do Brasil; José de Ribamar Melo, Diretor do Banco Central; Jorge Konder Bornhausen, Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina; Roberto Cano de Arruda, Diretor do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo; Joffre Alves de Carvalho, Presidente do Banespa; José Lopes de Oliveira, Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil; José Pelucio Ferreira, Presidente da Finep; José Irineu Cabral, Presidente da Embrapa; Renato Simplício Lopes, Presidente da Embrater; Ruy Neves Ribas, Presidente da Cibrazem; Josias Luiz Guimarães, Superintendente da Sudepe; Rubem Noé Wilke, Superintendente da Sunab; Lourenço Vieira da Silva, Presidente do Incria; Dion de Mello Teles, Presidente do CNPq; Paulo Roberto Viana, Diretor Executivo da Comissão de Financiamento da Produção; Paulo Berutti, Presidente do Ibdif; Oswaldo Bastos de Menezes, Diretor do Jardim Botânico do RJ; Helvecio Mattana Saturnino, Presidente da Epamig; Maurício Cantalício de Medeiros, Presidente da Pesagro-Rio; José Oswaldo Fontes, Diretor-geral do Dnocs; Sindicato do Frio de São Paulo; Marina Vannier Lane, Diretora do Jardim Botânico de Niterói; João Pinheiro da Silveira Filho, Diretor do Centro de Orientação Técnica da CATI; Mozart Teixeira Liberal, Diretor Técnico da Pesagro-Rio; Hamilton de França Leite, Chefe de Gabinete do Secretário de Agricultura de SP; Camilo Calazans de Magalhães, Presidente do IBC; Antonio Luiz Coelho, Delegado da Sunab; Arthur Nelson Wernesbach, Coordenador Regional da Sudepe; Orlando Bertoli, Presidente da Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina; José Ferreira Campos Filho, Presidente da CCPR; Rubem Paulo Eduar, Presidente da Cooperativa Holambra; José Lins Albuquerque, Superintendente da Sudene; Professor Marcos Antonio Giannoni, Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal; Everaldo de Almeida Leite, Diretor Técnico da Epamig; Emílio Peduti Filho; Antonio de Salvo; Manuel Messias Pereira Lima, Inspetor Setorial de Finanças da Secretaria de Agricultura do RJ; Eustáquio José Costa, Suplan — Ministério da Agricultura; Walmick Mendes Bezerra, Presidente da Emater-Rio; Aloísio Azevedo Resende, Presidente da Cocea; Mario Ramos Vilella, Presidente da Cobal; Cláudio R.P. Fornari, Assessor Regional de Informação da Fao, e Roberto Marinho, Diretor-redator-chefe de "O Globo".

A LAVOURA

Suplemento Especial
JAN./FEV.
1978

Coordenação
Rufino D'Almeida Guerra Filho
Assessoria
Carlos Alberto P. Soares

Fotos
Odilon B. Lacerda

Destaque SNA - 1977

*Ministro
Angelo Calmon de Sá*

Destaque "A Lavoura" - 1977

Alcides Carvalho
Engenheiro Agrônomo – Pesquisador do IAC

Alfredo Julio Rezende
Diretor Presidente da Granja Rezende

Antonio José Rodrigues Filho
Engenheiro Agrônomo – Empresário Rural

Attílio Francisco Xavier Fontana
Presidente da Sadia – Concórdia S.A. Indústria e Comércio

Benedicto Fonseca Moreira
Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

Companhia Engenho Central de Quissaman

Donald Wilfred Strang
Empresário Rural – Criador

Francis Goldsmith
Diretor Adjunto do Banco Lar Brasileiro

Instituto Agronômico de Campinas

José Sylvio Magalhães
Presidente da Associação dos Criadores do Estado do Rio de Janeiro

Luis Arturo Montoya Armas
Diretor do Escritório do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas no Brasil

Oswaldo Barreto de Almeida
Cooperativista

Osaná Sócrates de Araujo Almeida
Empresário Rural – Criador

Sotreq S.A. de Tratores e Equipamentos

Universidade Federal de Viçosa

Homenagem Especial
Luiz Guimarães Junior
Engenheiro Agrônomo
do Conselho Superior da SNA



Avião: um equipamento imprescindível para o agricultor moderno

Pouca gente desconhece que duas das maiores potências industriais do planeta, Estados Unidos e União Soviética, são também as duas maiores em agricultura. Os Estados Unidos possuem, inegavelmente, a agricultura mais desenvolvida do mundo e a União Soviética, por seu turno, também tem apresentado grande produção em suas imensas áreas cultivadas, apesar das crises cíclicas que afetam freqüentemente a economia agrícola soviética.

Entretanto, o que pouca gente sabe é que uma das principais razões das fazendas norte-americanas e soviéticas oferecerem tão alto nível de produção, tornando as agriculturas dos dois países as mais importantes do mundo, é a utilização intensiva do avião agrícola, no preparo da terra (herbicida), na sementeira, na adubação e na proteção contra pragas.

(*)1 - Fonte: GAMA - General Aviation Manufacturers Association

(*)2 - Fonte: Interavia

Americanos e soviéticos não concebem plantar hoje sem o uso do avião, a não ser em pequenas lavouras. Atingida uma determinada extensão ninguém pensa em semear, adubar ou sanear com equipamentos terrestres.

Para esse trabalho os norte-americanos dispõem de mais de 8.000 aviões especializados que semeiam, adubam e aplicam pesticidas em mais de 180 milhões de acres/ano. E, para demonstrar como é intensiva a utilização do avião agrícola nos Estados Unidos, basta dizer que 90% da sementeira do arroz é feita por via aérea (*)1. Os soviéticos não revelam seus números, mas sabe-se que utilizam mais de 7.600 aviões agrícolas (*)2, de maneira e o PLANO AGRÍCOLA DE MOSCOU para 1975 previu o tratamento por via aérea de 460 milhões de hectares.

Com isso, o fazendeiro norte-americano consegue ser também o homem do campo mais bem pago do mundo. Por outra parte, os donos de fazendas e as companhias agrícolas que arrendam e

compram terras para plantio, com o uso do avião, geram também grande número de empresas de aviação agrícola, que por sua vez, empregam grande número de pilotos, agrônomos e funcionários especializados.

A Aviação Agrícola, nos Estados Unidos, não somente contribui para o país ser o maior celeiro do mundo como também é considerada um importante setor da economia, na área de prestação de serviços, prestando uma notável contribuição anual à constituição do PNB norte-americano.

POR QUE O AVIÃO AUMENTA A PRODUTIVIDADE DA LAVOURA E A RENTABILIDADE DA ATIVIDADE AGRÍCOLA?

Bem - dirá muita gente - mas o que é bom para os Estados Unidos pode não ser bom para o Brasil. Não se pode alcançar os mesmos resultados na lavoura, sem o uso do avião?

Infelizmente para nós, que ainda usamos tão pouco o avião em agricultura, a resposta é negativa.

Foi justamente a utilização do avião que conseguiu elevar ainda mais os já altos índices de produtividade da lavoura norte-americana, gerados por uma tecnologia agrícola avançada que proporciona aos agricultores daquele país as melhores sementes, excelentes adubos a baixo-preço, defensivos modernos e sofisticadas máquinas colhedoras.

Entretanto, com tudo isso, se durante todo o processo que vai do preparo da terra até a colheita fossem utilizados somente equipamentos terrestres os resultados não seriam tão espetaculares.

Na semeadura, a utilização de equipamentos terrestres não só causa alguma perda, determinada pelo inevitável esmagamento de alguns grãos, como impede o aproveitamento de áreas (pelo necessário arruamento) e ainda determina perdas pela falta de homogeneidade no espalhar as sementes.

A semeadura aérea, possível em grande número de tipos de plantações, com a terra bem preparada mediante orientação de técnicos, permite o aproveitamento total das sementes, evita desperdício de qualquer metro quadrado de área (dispensa arruamentos) e gera uma incrível homogeneidade no nascimento das plantas pois assemelha-se ao processo criado há milhões e milhões de anos pela própria natureza, a queda por gravidade.

Na adubação de áreas agrícolas, então, o avião é imbatível e traz imensa vantagem sobre todo e qualquer equipamento terrestre. Milhares e milhares de toneladas de alimento precioso e consequentemente de dólares são atirados fora anualmente nos países menos desenvolvidos, inclusive no Brasil, pelo esmagamento de plantas causado por equipamentos terrestres, na aplicação de fertilizantes. Novamente aqui também o avião consegue aplicar o adubo de forma homogênea, seja ele líquido ou sólido.

Vem a época da aplicação do defensivo. A questão então é mais crucial. Nos países menos desenvolvidos e incluímos lamentavelmente o nosso, o resultado da falta de aviões, de técnicos especializados, de pilotos chega a ser trágico até para a economia como um todo e triste para o lavrador que vê muitas vezes mingado, roído, comido e lacerado pelos insetos, todo o seu trabalho de um semestre, de um ano, de uma vida.

Os técnicos, como o Eng.^o Cláudio Viana da AEROMOT — empresa revendedora de aviões agrícolas do Rio Grande do Sul — o Eng.^o Eduardo Cordeiro de Araujo, administrador de uma empresa de aviação agrícola do mesmo estado — apontam percentuais elevados de “quebra” nas nossas safras anuais de trigo e soja causadas pela não-utilização do avião pelo agricultor brasileiro.

O Eng.^o Vianna explica:

— “O avião tem que ser utilizado na época certa, mais propriamente, no momento exato em que a planta torna-se vulnerável à determinada praga. Passado aquele instante, se o defensivo não foi aplicado, tudo está perdido e lá se vão 30%, 40%, 50% ou mais da safra”.

E as razões porque o avião não é utilizado não se limitam à falta de aviões, técnicos e pilotos. Existe também entre os fazendeiros deste país duas pragas piores que as lagartas: o desconhecimento completo da utilidade do avião agrícola e outra mais difícil de combater — o preconceito.

E QUEM DISSE QUE O USO DO AVIÃO AGRÍCOLA É CARO?

Preconceito! Esse é o mais terrível inimigo da aviação agrícola desde que ela surgiu há décadas atrás. Em nosso país, infelizmente, ele ainda tem que ser muito combatido e está longe de ser vencido.

Há muitos fazendeiros, inclusive donos de enormes áreas cultivadas, que continuam usando o equipamento terrestre, apesar dos males que ele causa e da queda na produtividade, por julgar, de maneira pré-concebida, que a utilização do avião agrícola “é muito cara e o resultado não compensa”.

É evidente que o uso do avião, por exigir uma infra-estrutura (companhia de aviação agrícola), a presença e atuação de técnicos especializados (pilotos, agrônomos) tem que custar mais caro do que a aplicação de adubos ou defensivos por meio de veículos terrestres, operados muitas vezes pelo próprio fazendeiro na

aplicação de uma mistura recomendada pelo próprio vendedor, feita no barracão do fundo do quintal pela própria família.

Então, aparentemente se tem a ilusão de que o avião na lavoura sai muito caro.

Mas, na zona rural como na cidade vale o antigo provérbio, “o barato é que sai caro”.

A mistura determinada pelo vendedor geralmente utiliza inseticida ou adubo em excesso (é lógico), a aplicação feita pelos veículos terrestres causam perdas por esmagamento, e o pior de tudo: é uma aplicação mal feita, por mais que o senhor fazendeiro proclame ter muitos anos de experiências e ter aprendido com o pai, que aprendeu com o avô.

No final, na hora da verdade, o vizinho que pagou mais para a Cia. de Aviação Agrícola, utilizando o avião, tem muito mais lucro e nunca prejuízo e não sai por aí reclamando contra o preço pago pelo governo, contra a falta de ajuda ao homem do campo e coisas assim.

VANTAGENS DA APLICAÇÃO AÉREA

RAPIDEZ: Esta é a mais evidente vantagem e o resultado que maior impressão causa em quem assiste pela primeira vez uma aplicação aérea. Uma extensa área pode ser tratada em poucas horas ou num mesmo dia, evitando-se a proliferação da praga ou doença. No caso de adubos, ele pode ser aplicado na hora exata e não em etapas, em diferentes épocas de crescimento das plantas. Os aviões agrícolas, quando pulverizando em ultra-baixo conseguem obter rendimentos superiores a 100 hectares/hora.



UNIFORMIDADE DE DEPOSIÇÃO: O avião imita a natureza em tudo. Semear, adubando ou aplicando pesticidas com avião é que todas as partes da lavoura recebem igual tratamento, permitindo-se a utilização de produtos em maior concentração e com eficiência total.

APLICAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE TERRENO: Enquanto a utilização de equipamentos terrestres é vagarosa e problemática em virtude de acidentes do terreno, lama, etc, a aplicação por avião não sofre esse tipo de obstáculo. No caso de áreas muito acidentadas pode-se até mesmo usar o helicóptero, com vantagens. Excetuando-se os dias de muito mau tempo e o período noturno, para o avião, não há terreno ruim.

ELIMINA-SE O AMASSAMENTO DAS PLANTAS E COMPACTAÇÃO DO SOLO: O avião, é evidente, não amassa plantas, dispensa o arreamento em alguns tipos de plantações e impede a compactação do solo, causada pela utilização de máquinas convencionais. Evita-se com a utilização do avião agrícola, perdas de 15 a 20% causadas normalmente por amassamento.

ECONOMIA: Comparados os custos, verifica-se que a utilização do avião pode parecer, de início, mais cara que a do equipamento terrestre mas, ao final, incluindo custos de mão de obra, depreciação do equipamento e, principalmente as diferenças de produtividade obtidas, as aplicações aéreas são muito mais vantajosas.

A AVIAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

A Aviação Agrícola no Brasil nasceu no Rio Grande do Sul, em 19 de agosto de 1947 quando, um avião MUNIZ-M7 foi usado em Pelotas para o controle de uma nuvem de gafanhotos que havia se abatido sobre as lavouras da região.

Dal para frente a nossa aviação agrícola teve um desenvolvimento bastante lento, por vezes acelerado por alguma intervenção governamental, como a que ocorreu por ocasião do pânico gerado pela "broca" do café, quando o Ministério da Agricultura adquiriu e colocou em utilização vários aviões do tipo PA-18, adaptados para o uso agrícola.

Finalmente, em 1966, com a criação da DIAV — Divisão de Aviação Agrícola do Ministério da Agricultura — e o posterior início de funcionamento do CAVAG — Curso de Aviação Agrícola — na fazenda IPANEMA, em Sorocaba, a Aviação Agrícola Brasileira principiou a ter estímulo governamental, de forma sistematizada, continuada e profissional.

A partir de 1970, com o início da fabricação do IPANEMA pela EMBRAER e a criação de grande número

de empresas de aviação agrícola, começou a Aviação Agrícola Brasileira a tomar um novo impulso, agora irreversível. Embora ainda com problemas os mais diversos sendo enfrentados, fabricantes, empresários, pilotos e clientes mostravam-se confiantes. Entretanto, recentemente, os problemas novamente se agravaram, resultado do desaquecimento econômico e conseqüentemente restrições de verbas, dificuldades das cias. operadoras e principalmente falta de crédito, tanto para o operador como para o agricultor beneficiário da atividade.

Os empecilhos e dificuldades que entravam o desenvolvimento da nossa aviação agrícola são muito mais sérios do que seria desejável num país que tanto necessita desse moderno implemento agrícola. Somente um estado brasileiro, o Rio Grande do Sul, possui mais de 3 milhões e 500 mil hectares de áreas agrícolas plantadas (*3), somente com soja, trigo e arroz, todas culturas que sem o uso intensivo do avião agrícola correm risco de perdas de 30% a 40% causadas por pragas diversas.

SITUAÇÃO ATUAL DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

Mesmo assim, a Aviação Agrícola Brasileira pode ser considerada um setor em evolução.

Senão vejamos:

Os últimos dados disponíveis (*4) indicam que a frota agrícola brasileira era composta por 354 aeronaves, das quais

(*3) — A aviação Agrícola no Rio Grande do Sul — Eng.º Cláudio Vianna (Aeromot) — 1976.

(*4) — Pesquisa da Aviação Agrícola — DIAV (1977).



300 (85%) IPANEMA, produzidos pela EMBRAER, em suas versões EMB-200, EMB-200A, EMB-201 e o moderno EMB-201A.

Os equipamentos importados somam 54 unidades, das quais 40 tem a mesma capacidade do IPANEMA, 11 são para maior capacidade de carga e 3 são helicópteros.

Os operadores são em número de 130, constituídos por 95 empresas de aviação agrícola, constituídas legalmente e prestando serviços e por 35 operadores particulares, (fazendeiros, cooperativas e cias. agropecuárias).

Tanto os operadores como conseqüentemente os aviões, pilotos e técnicos concentram-se principalmente em 4 estados do país, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso que contam com 288 dos 354 aviões em atividade, ou seja nesses 4 estados está baseada 81% da frota de aparelhos agrícolas brasileiros.

Para a formação de pilotos de aviões agrícolas, necessária uma vez que essa operação aeroagrícola só pode ser executada por pilotos que possuam licença especial, existe apenas uma escola em território brasileiro. Ela está localizada na Fazenda Ipanema na cidade paulista de Sorocaba e seu funcionamento e administração estão subordinados ao Centro Nacional de Eng. Agrícola (CENEA).

Atualmente, a escola de aviação agrícola da Fazenda Ipanema está formando uma média de 6 turmas de 15 pilotos por ano, com o apoio da EMBRAER, em cujo setor de ensino é realizada uma parte do curso (ground-school).

O interesse pelo curso de piloto agrícola é bem maior do que o número de vagas/ano disponível, o que faz com que o CAVAG já esteja com suas vagas com-

prometidas até o fim de 1979, pelo menos. Um dos membros da DIAV, José Francisco Polletto, chefe do Setor Técnico-Operacional da DIAV em Brasília, afirma:

— “Tem sido um problema para o CAVAG esse grande número de candidatos, uma vez que nossas verbas são limitadas e não nos é possível aumentar o número de vagas. Ainda mais que as instalações da Fazenda Ipanema, na área de aviação agrícola, foram atingidas no ano passado por um incêndio que destruiu nossos aviões. A situação somente vai melhorar agora que tivemos verba disponível para adquirir mais dois EMB-201 IPANEMA da EMBRAER”.

Mas, na área de pessoal, um dos grandes problemas da aviação agrícola na atualidade é a falta de técnicos especializados. São muito poucos os agrônomos que se interessam em especializar-se no assunto, mesmo porque a literatura disponível em português é escassa. Essa situação entretanto vem se modificando de ano para ano, à medida que as escolas de agronomia vêm se conscientizando da necessidade da aviação agrícola como única forma de se obter melhor produtividade e rentabilidade das principais culturas existentes no país, como o trigo, a soja e o arroz.

Todos esses problemas, acrescidos pela atual falta de financiamento em volume adequado, tanto para as empresas de aviação agrícola, que precisam de modernizar e/ou ampliar suas frotas e equipamentos, como para os fazendeiros que desejam adquirir serviços dessas companhias, estão determinando um certo desânimo no setor, que vinha crescendo com uma certa regularidade após o início da fabricação dos aviões agrícolas nacionais pela EMBRAER, que aliás tem aperfeiçoado de ano para ano o seu IPANEMA.

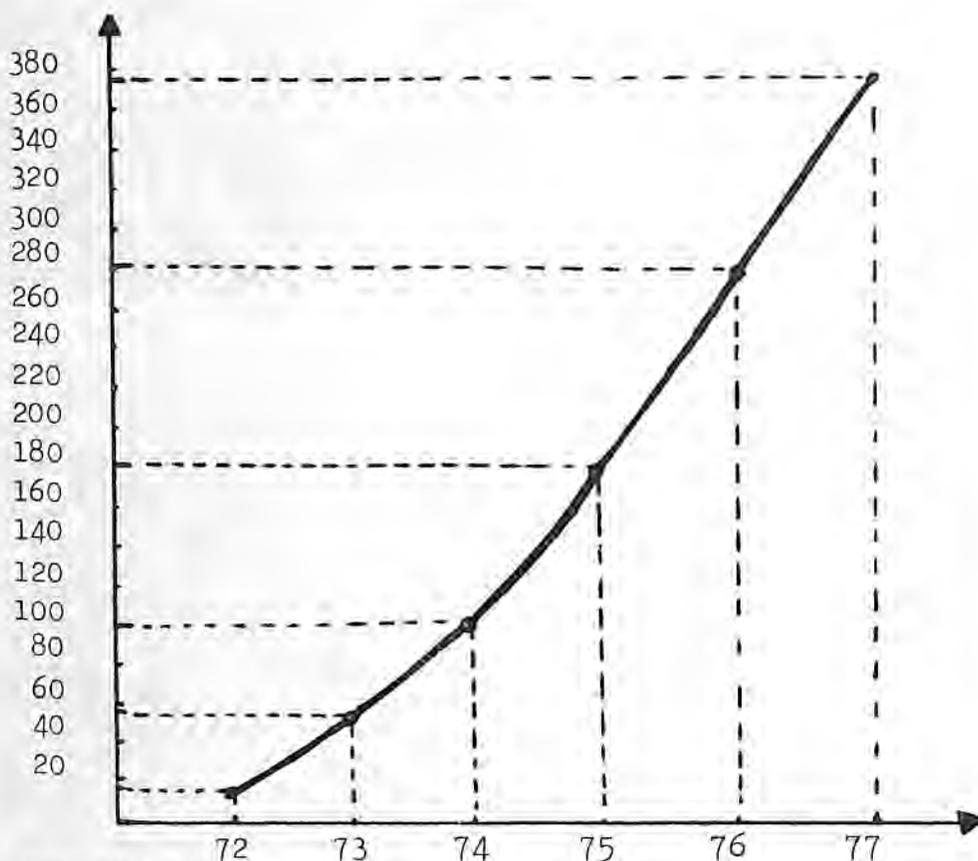
Esse desânimo gera uma preocupação bastante séria por parte dos técnicos no assunto, para quem uma diminuição do ritmo de crescimento de nossa aviação agrícola pode resultar em sérios problemas para o futuro. É a opinião do ex-presidente da ANAPLA — Associação Nacional dos Aplicadores Aeroagrícolas — Eng.º Marcos Vilela, manifestada por ele à imprensa no último SIMPÓSIO DE OPERADORES AGRÍCOLAS, promovido pela EMBRAER.

— “O nosso país viverá sério problema no início da década de 80, caso a aviação agrícola brasileira não receba os incentivos necessários para um maior desenvolvimento. O crescimento da nossa agricultura, determinado pela expansão anual das áreas cultivadas no país, não será suficiente para atender às necessidades de alimento da população brasileira e muito menos para permitir exporta-

ções, se não elevarmos significativamente a produtividade de nossa lavoura, ainda bastante baixa em relação à conseguida nos países mais desenvolvidos. E a produ-

tividade somente crescerá se o avião agrícola passar a ser empregado com regularidade e utilizado em todas as suas possibilidades”.

GRÁFICO I
CRESCIMENTO DA FROTA DOS IPANEMA (PRODUÇÃO)
(acumulado)



Fonte: EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A.

UM SIMBOLO

ABIL

DE TRADIÇÃO

AGRICULTURA
e JARDINAGEM

AVICULTURA
PECUÁRIA

DROGARIA
VETERINÁRIA
(p/pequenos e grandes animais). A mais completa da cidade.

Distribuidora exclusiva dos Nutrientes
"PURINA"

ABIL AGRO COMERCIAL Ltda.

MATRIZ R. Buenos Aires, 87 — Tels. 252-7527, 232-2408
Cx. Postal 21 209

FILIAL R. Prof. Castilho, 151, Tel. 394-1068 — Campa Grande

FAZENDA CAPELA DE SÃO JUDAS TADEU



Proprietário: Engenheiro Agrônomo JOÃO BUCHAUL

VENDA PERMANENTE DE REPRODUTORES GIR LEITEIRO

Entre as Estações de Rio Dourado e Professor Souza
Casimiro de Abreu — Estado do Rio de Janeiro

Endereço para correspondência:
Avenida Atlântica, 3940 — apto. 702 — Copacabana — Tel. 247—8890



BAMBOLÉ — Campeão em diversas exposições fluminenses e mineiras

GIR LEITEIRO

O acasalamento de vacas mestiças com touros da raça GIR produz maior número de bezerros, possibilita maior lactação, o bezerro se contenta com menos leite e não há problemas de parto.

Além disso, todo criador experiente sabe que "campeiro não tira leite de vaca brava".

CONSULTE-NOS PARA UM BOM NEGÓCIO



agripower

jose resende peres . 1977

“AGRIPOWER” ou “AGRIPOWERLESS”?

*Antonio Edno Amorim Magalhães
Engenheiro-Agrônomo (*)
(Especial para A LAVOURA)*

(*) — Especialista em Desenvolvimento Rural e Comercialização Agropecuária.

Repensar a agricultura foi uma das resoluções do último Congresso de Engenharia Agrônômica realizado em São Paulo. O “Agripower”, apesar do pomposo nome em língua inglesa, foi uma idéia bem brasileira, lançada pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, que também é Conselheiro e Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Dr. Resende Peres. Seguindo a mesma linha de pensamento, o Engenheiro Agrônomo e Ministro da Agricultura, Prof. Alysson Paulinelli, fala da necessidade de o país se afirmar como poder agrícola de pressão no mercado internacional.

No que tange ao mercado interno, observa-se a existência de um poder de pressão, não por parte dos produtores, mas sim por parte dos comerciantes, dos intermediários e dos especuladores em todos os níveis de comercialização de produtos agrícolas, no sentido de provocar cada vez maior aceleração do ritmo inflacionário da Economia.

O fenômeno, que constrói um poço sem fundo devorador das divisas auferidas na comercialização externa, gera uma cadeia sem fim de empobrecimento do setor primário e de corrosão da renda do público consumidor.

A maior renda gasta no item alimentação, impede o consumo de produtos industrializados e reduz a receita do setor secundário.

No meio rural, a baixa remuneração recebida pelo produtor pelas mercadorias que realiza, diminui as perspectivas de avanço tecnológico, diminuindo ainda mais os rendimentos físicos de nossas principais culturas.

O “Agripower”, ou como denomináramos mais apropriadamente, o “Poder Agrícola” só pode ser criado e estruturado em um setor cujas perspectivas de produtividade-terra, produtividade-homem, rendimentos físicos e produtividade-renda sejam de incremento. E, no presente momento, não é isso o que ocorre.

As taxas de rendimento físico das principais culturas são ridiculamente baixas. O retorno ou “feedback” ao setor agrícola, dado o aviltamento de preços ao produtor é cada vez menor, chegando a ser negativo em muitos casos. Produtos existem, cujos preços pagos ao produtor, ainda se mantém os mesmos de há dois e três anos atrás, enquanto, no mesmo período, os preços de venda ao consumidor dos mesmos produtos elevaram-se cerca de 300%.

Na área institucional, por medidas conjunturais de desafogo da aceleração inflacionária, medidas são tomadas que provocam maior desespero ainda aos empresários rurais. Assim, importação de produtos, acentuando a concorrência com os produtores nacionais (v.g. leite), proibição de abate de bovinos, retração de crédito rural, confisco cambial são

peças de importância na inibição e deterioramento da agricultura brasileira.

A assistência técnica mostra-se inoperante, quando se move com sofreguidão na busca de planos de crédito rural de que faz medida de sua produtividade. Ora, vemos que os preços de insumos agrícolas sobem vertiginosamente. Os derivados de petróleo, os minerais e produtos químicos, cada vez mais escassos, propulsionam para cima os preços de corretivos, fertilizantes e defensivos. O mesmo ocorre com as máquinas agrícolas, ferramentas, implementos, equipamentos, com a cada vez mais escassa mão-de-obra e com as sementes e mudas.

O quadro, não muito construtivo para o setor agropecuário, é o responsável, junto com a mentalidade anti-empresarial, paternalista e anti-associativa do meio rural, pelos irrisórios rendimentos de que somos detentores.

Corroborando o que foi dito, ilustremos com alguns dados, a situação dos rendimentos físicos da agricultura fluminense que, no geral, não se dispersa da média dos rendimentos físicos nacionais. Em 1976, a rizicultura no Estado do Rio de Janeiro alcançou 1,5 t/ha (FIBGE, Levantamentos Sistemáticos da Produção Agrícola), enquanto em um Concurso de Produtividade do Norte Fluminense, 12,6 t foram atingidas no Município de Cambuci. Não seria pois, difícil estabelecer-se um rendimento físico mínimo aceitável para o Estado de 6,5 t/ha, maior que a média do Rio Grande do Sul.

No mesmo ano, a bananicultura chegou à média de 60.996 frutos por hectare (cerca de 13,7 t), enquanto o sistema de produção de Banana da EMBRAPA, preconiza um rendimento médio de 40 t/ha, ou seja 177 mil frutos por hectare. Poderíamos estabelecer como mínimo aceitável um rendimento físico de 150 mil frutos por hectare.

Embora não seja tipicamente produtor de feijão, no Estado do Rio de Janeiro, sua cultura alcança 600 kg/ha. O rendimento preconizado pela EMBRAPA em seu Sistema de Produção de Milho e Feijão para o Norte Fluminense é de 1,2 t/ha, embora não sejam possíveis rendimentos de 2,5 a 3 toneladas por hectare.

A cultura do abacaxi, concentrada no Norte Fluminense, atinge seus 8.000 frutos por ha, enquanto 18 mil frutos por hectare são admitidos por Zakur e Magalhães, no Estudo da Tendência de Produção, Custos e Comercialização do Abacaxi.

Esses mesmos autores, detectaram espaçamentos médios de 4,5 m entre plantas cítricas, enquanto a técnica aconselha haver 7 m entre essas mesmas plantas. O plantio correto, aliado às demais técnicas de cultivo podem proporcionar um rendimento médio de 5 caixas por pé, contra as 1,04 cx por pé, obtidas no Estado do Rio de Janeiro, em 1976. Rendimentos de 10 a 12 caixas por pé já foram observados em Bebedouro, SP.

A mais avançada técnica de produção permite alcançar-se até 15 toneladas de milho por hectare. O Estado do Rio produziu em 1976, 900 kg/ha de milho e outros Estados não ultrapassaram as 3 toneladas, que, cremos poderiam ser admitidas como rendimento físico mínimo aceitável.

Na Europa, mais particularmente, nos países da Comissão Econômica Européia, atinge-se 100 a 150 t de tomate por hectare. No Estado do Rio de Janeiro, atingiu-se 42 t em 1976.

A mandioca alcançou 13,2 t/ha, contra as 19 t admitidas pela técnica.

Entre as muitas atividades de baixo rendimento no território fluminense a que mais causa espécie é a pecuária leiteira. Seus 2,97 litros/cabeça/dia, sua densidade de 5 cabeças por hectare poderiam, com performances melhores, reduzir em 15 vezes a área por ela ocupada, caso passasse a render 10 litros/cabeça/dia, com uma densidade de 20 cabeças/hectare.

Os dados acima, para o ano de 1976, da Fundação IBGE e da GEICOFA, refletem em uma das áreas, cuja agricultura é mais avançada no país, os resultados de uma política agrícola, bem como os rumos que o Setor vem percorrendo. E, por esses rumos, torna-se impossível iniciar uma das frentes da batalha anti-inflação, acelerar a exportação ou satisfazer o mercado interno. Os dados falam por si mesmos. É preciso, urgentemente, repensar a agricultura.



RUA SACADURA CABRAL Nº 280/290 TELEFONE: 223-8016
CAIXA POSTAL 1.350 RIO DE JANEIRO — RJ

FABRICANTE E DISTRIBUIDOR DOS PRODUTOS:

RAÇÕES BALANCEADAS

para Aves, Bovinos e
Suínos

AVEVITA
GADOVITA
SUINOVITA

FARINHAS INDUSTRIAIS

especiais para panificação,
biscoitos e
massas alimentícias

LOIRINHA
SUPREMA
RECORD C

FARINHAS DOMÉSTICAS

especiais para
uso caseiro

BOA SORTE
FAVORITA



Mirante

IMPORTAÇÃO DE MILHO — O Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, declarou em Brasília que é muito prematuro admitir-se uma importação de milho este ano, acrescentando que "quem falou sobre isso deve estar com a cabeça fora do lugar". Indiretamente, o Ministro se referiu à informação dada pelo diretor-executivo da Comissão de Financiamento da Produção, Paulo Roberto Vianna, de que os estoques da CFP deverão chegar ao dia 1.º de março com apenas 1 milhão de toneladas, o que representa uma margem de segurança muito pequena para o consumo brasileiro.

—ooOoo—

VOLTA À ESCOLA — Segundo Ivens Sathler (Fique por Dentro) todos os agricultores e pecuaristas da Geórgia (EUA), inclusive avicultores que se utilizam de pesticidas (inseticidas, raticidas, herbicidas e desinfetantes) considerados tóxicos para o homem ou para o ambiente, deverão retornar aos bancos escolares, ainda que por um curto período, a fim de se capacitarem sobre o uso correto de tais produtos. Ivens diz que a sugestão é mais do que oportuna para o Brasil.

—ooOoo—

FORMIGUEIROS MIL — Em palestra proferida em São Paulo para os participantes do Seminário de Química Ambiental, Lysis Aloé, diretor-executivo da ANDEF — Associação Nacional dos Fabricantes de Defensivos Agrícolas, revelou que existem no Brasil mais de 300 milhões de formigueiros. Revelou ainda, que estudos mais recentes, realizados pelo Instituto Biológico de São Paulo, estimaram, em média, a existência de 18 saueiros por hectare, em pastos com mais de cinco anos de idade.

—ooOoo—

MINAS VERDE — O reflorestamento já criou, em Minas Gerais, um total de 90.697 novos empregos na zona rural e tem sido atividade responsável pela ampliação do número de escolas, moradias e hospitais, e pela valorização de terras das regiões menos desenvolvidas do Esta-

do. O Instituto Estadual de Florestas está realizando um levantamento completo das atividades de reflorestamento em todo o território mineiro para atualizar suas informações. Até agora — de acordo com José do Carmo Neves, presidente do IEF — foram cadastradas atividades de 78 empresas, responsáveis pelo reflorestamento de 826.500 hectares, o que coloca Minas Gerais na liderança nacional do setor.

—ooOoo—

JOÃO GONÇALVES — O engenheiro-agrônomo João Gonçalves de Souza, Ministro do Interior no Governo Castello Branco, vem de ser eleito membro da Junta Governativa Internacional do Grops Research Institute for the Semi-Arid Tropics, com sede em Hyderabad, na Índia. O órgão é um dos centros mundiais destinados a executar programas agrícolas nas zonas semi-áridas, e é composto de 15 representantes de diferentes continentes.

—ooOoo—

ESTUDOS FLORESTAIS — Está aberto até o dia 31 de março, em âmbito nacional, o concurso de monografias sobre Estudos Florestais na Amazônia. O concurso é patrocinado pela Sociedade Brasileira de Silvicultura, podendo a ele concorrer trabalhos inéditos, escritos em português, num mínimo de 20 páginas datilografadas, em espaço dois, com apresentação em cinco vias. O prêmio é de Cr\$ 30 mil. Os interessados deverão dirigir-se à Sociedade Brasileira de Silvicultura, rua Conselheiro Crispiniano 344, 4.º andar, Conjunto 410, São Paulo.

—ooOoo—

CAVALOS APPALOOSA — Os adeptos desta nova raça introduzida no Brasil, acabam de eleger a primeira diretoria da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Appaloosa, com sede provisória em São Paulo — Av. Francisco Matarazzo 455 — CEP 05001 — Tel.: 263-1825. O presidente da entidade é o Sr. Jorge Rudney Atalla. Os demais integrantes da Diretoria são os Srs. Antonio Luiz Teixeira de Barros Junior (vice-presidente), Luiz Bannwart Filho e Nicola Benito

Borelli (secretários), e Carlos de Souza Toledo e Hugo Romero Saraiva (tesoureiros).

—ooOoo—

MASSEY-FERGUSON — No período de 1963 a 1976 a Massey-Ferguson produziu e comercializou 231.000 colheitadeiras de grãos, detendo, dessa forma, 18 por cento do mercado mundial. Com estas vendas, a Massey-Ferguson assumiu a posição de maior fabricante de colheitadeiras do mundo, participando nos mercados de todos os países da Europa, Ásia, África e Américas, para os quais desenvolveu modelos adequados às colheitas de arroz, trigo, soja, milho, girasol e sementes finas. No Brasil, em 1938, a Massey-Ferguson foi pioneira em colheita mecanizada, quando as primeiras colheitadeiras automotrizes fizeram a colheita de arroz no Rio Grande do Sul.

—ooOoo—

ROSWELL GARST — Aos 79 anos de idade, faleceu em Carroll, Iowa (EUA), o renomado fazendeiro Roswell Garst, cujas atividades pioneiras no desenvolvimento das técnicas de produção de milho e nutrição animal se tornaram conhecidas em todo o mundo, a tal ponto que sua fazenda em Coon Rapids passou a representar uma espécie de *meca* para os estudiosos. Ao registrar a morte de Garst, a imprensa norte-americana destacou sua projeção no cenário internacional, ressaltando o fato de que durante a chamada "guerra fria", o interesse da União Soviética na aquisição de novas variedades de milho contribuiu para melhorar o relacionamento Leste-Oeste, havendo nesse particular, uma série de visitas à Conn Rapids. No Brasil, José Resende Peres, Secretário de Agricultura do RJ, amigo de longa data de Roswell Garst, havia, semanas antes, dado o seu nome ao piquete de confinamento que mandou construir na Fazenda Experimental de Italva. Esta, talvez, tenha sido a última homenagem em vida recebida pelo "Rei do Milho" que, comovido, agradeceu a Peres.

—ooOoo—

CRIAÇÃO DE PEIXE — A Diretoria de Pesca e Piscicultura do DNOCS acaba de editar a 2.ª edição da "Cartilha do Criador de Peixe", publicação que obteve o maior sucesso quando do lançamento da 1.ª edição, em 1974, esgotando-se rapidamente. Segundo Jarbas Studart Gurgel, diretor do órgão e responsável pela reedição da Cartilha, "a piscicultura no Nordeste já é uma realidade; entretanto, nosso maior contentamento é saber que com os trabalhos pioneiros do DNOCS, o Brasil foi despertado para esta nova atividade".

r.a.g.f.

Gramíneas e ornamentais

Paulo R. C. Castro
Engenheiro Agrônomo
(Especial para A LAVOURA)



À esquerda, cerca-viva de lígustro pulverizada com hidrazida maleica após a poda; à direita, apenas submetida a poda, observando-se a necessidade de novo corte (Foto de R.M. SACHS e col.)

As gramíneas que ocupam os altamente desgastados Oxisóis e Ultisóis da América do Sul são adaptadas a níveis muito baixos de fertilidade, altos teores de alumínio trocável, e em alguns casos, manganês; além de suportarem períodos de deficiência híbrida. Não tem sido dada a devida atenção a essas plantas nativas para se determinar o potencial de espécies selecionadas para a alimentação dos animais domésticos e para a formação de gramados.

A escassez e o alto custo dos fertilizantes e de outros insumos utilizados na manutenção das gramíneas devem conduzir à máxima utilização das gramíneas indígenas e de espécies de melhor adaptação ao nosso meio ambiente. Um melhor estudo de fisiologia dessas espécies, suas respostas aos vários componentes do meio ambiente e às mudanças que são impostas pelo homem, deve fornecer a base para o desenvolvimento de sistemas de produção que sejam econômicos e possam preservar o ecossistema.

A maioria das gramíneas tropicais, introduzidas de outras partes do mundo, requerem altos níveis de insumos para sua manutenção. A América do Sul é a região de origem da maioria dos gêneros e espécies de gramíneas tropicais promissoras. A conservação deste germoplasma é essencial para o fornecimento de material genético básico que possibilitará o futuro desenvolvimento de cultivares adaptadas a um amplo espectro ambiental.

Pesquisa adicional é necessária para determinar a produção primária líquida das gramíneas tropicais e sua efetividade no controle da erosão. A maioria das regiões de gramíneas tropicais naturais são representadas pelos cerrados e caatingas, além das savanas do Amapá e Roraima.

Para o controle do desenvolvimento de gramíneas, a utilização de reguladores de crescimento tem sido realizada em diversas regiões.

O controle do crescimento da grama é desejável em numerosas áreas verdes. Muitos compostos têm sido testados para retardar o crescimento da relva mas não foi ainda encontrado nenhum produto sem ação fitotóxica evidente. Hidrazida maleica inibiu o crescimento de gramíneas para pastagem na Flórida e morfactinas têm inibido o crescimento da grama bermuda, grama azul e da grama inclinada trepadeira, na Califórnia.

Verificou-se na Faculdade de Agronomia de Jaboticabal, que se pode conseguir um controle do desenvolvimento em altura da grama batatais com aplicação de cycocel. Aplicação de simazina aumentou pronunciadamente a colheita e o conteúdo de proteína em gramínea forrageira. Aplicando-se simazina nas concentrações de 0,068 a 0,560 kg/ha em *Lolium perene* verificou-se colheita de 32,3 ton/ha no tratamento com 0,068 kg/ha, comparada com 21,8 ton/ha das plantas não tratadas.

Giberelina estimula o crescimento de gramíneas desenvolvendo-se sob temperaturas inferiores àquelas normalmente necessárias para o crescimento. Aplicações

de giberelina nas concentrações de 100 ou 1000 ppm, promovem o desenvolvimento de grama azul no início da primavera.

A necessidade de poda manual das árvores para sombra tem-se tornado cada vez mais onerosa para empresas que mantêm linhas de transmissão e mesmo para os próprios órgãos governamentais. O controle químico do crescimento vegetativo pode porém reduzir o trabalho e os custos de manutenção; sendo que a hidrazida maleica é valioso auxiliar na suspensão do crescimento de árvores para sombra.

Resultados satisfatórios foram obtidos pela aplicação na primavera, de hidrazida maleica nas dosagens de 0,2 e 0,8 por cento, em árvores de sicômoro com folhas completamente expandidas ou com 3/4 expandidos. O composto suprime a dominância apical, decresce a taxa de divisão celular nos tecidos vegetais e impede a alongação e o crescimento das folhas novas.

Para obter-se a máxima inibição do crescimento de árvores que não derrubam as folhas, elas podem ser tratadas com hidrazida maleica antes da poda ou na primavera, quando as gemas axilares iniciam o crescimento. Este momento é ótimo porque as folhas em desenvolvimento absorvem o produto mais efetivamente do que as folhas em completa expansão. Dosagens de 0,1 a 0,25 por cento, de uma formulação comercial contendo 30 por cento de hidrazida maleica, quando aplicada adequadamente, inibe o crescimento de espécies de pinus e zimbro por quatro meses, pelo menos.

(*) - Da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo.

Algumas espécies vegetais requerem uma concentração elevada, correspondendo a uma solução 1,33 por cento. Experiências de campo com olmo demonstram que 0,1 a 0,25 por cento de uma solução 30 por cento, controla efetivamente o crescimento vegetal, causando somente ligeiro dano foliar e não promovendo atraso na iniciação foliar. Ensaio com eucalipto mostraram que uma solução 0,1 por cento inibe o crescimento por 60 ou mais dias.

A taxa de crescimento de espécies ornamentais lenhosas caracteristicamente altas ou de rápido crescimento, pode ser pronunciadamente reduzida pela aplicação de inibidores ou retardadores. Quan-

do a hidrazida maleica é aplicada após a poda ou na irrupção das gemas na primavera, concentrações de 0,1 a 0,5 por cento e não superiores a 1 por cento, de uma preparação comercial com 58 por cento do sal dietanolamina, são satisfatórias para ligustro, olmo, viburno e outros gêneros. Pinus e zimbro podem tolerar dosagens relativamente altas de hidrazida maleica. Aplicações do produto na concentração de 1000 ppm causaram 42 por cento de redução no crescimento, em locais de alta umidade relativa do ar; sendo que dosagens superiores a 2500 ppm não promoveram efeito significativo em locais de baixa umidade relativa.

Efeitos semelhantes foram obtidos

com alar. Concentrações de 1 a 2 por cento de alar são as mais efetivas para o controle do crescimento vegetativo de arbustos e árvores, apesar de dosagens de 0,25 a 0,5 por cento serem ótimas para algumas espécies, como ligustro.

Assim como a hidrazida maleica, as aplicações devem ser efetuadas entre uma e duas semanas após a iniciação na brotação das gemas na primavera ou após a poda, para serem obtidos os melhores efeitos. Tratamento com alar geralmente melhora a aparência da planta, resultando numa folhagem verde-escura, entrenós curtos, e em algumas espécies, florescimento vigoroso.

EMBRAPA investe Cr\$ 54,5 milhões no controle das cigarrinhas das pastagens

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, em colaboração com 18 instituições de pesquisa espalhadas por todo o País, deu início em janeiro, ao Projeto Nacional de Controle das Cigarrinhas das Pastagens, com duração prevista para dois anos e inversões da ordem de 54,5 milhões de cruzeiros. O projeto tem como objetivo alcançar meios mais eficazes para combater aquela praga que, conforme cálculos dos pesquisadores da EMBRAPA, causam prejuízos avaliados, a preços de 1974, em 73,6 bilhões de cruzeiros anuais à pecuicultura nacional.

Participarão do Projeto, pela EMBRAPA, os Centros Nacionais de Pesquisa de Gado de Corte (situado em Mato Grosso), Gado de Leite (Minas Gerais), dos Cerrados (Distrito Federal), do Trópico Úmido (Pará); as Unidades de Pesquisa de Âmbito Estadual de São Carlos (São Paulo), Campos e Itaguaí (Rio de Janeiro) e Porto Velho (Roraima); as Empresas Estaduais de Pesquisa Agropecuária da Bahia, de Minas Gerais, do Espírito Santo e de Pernambuco; a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná; o Departamento de Biologia e a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", ambos da Universidade de São Paulo; a Faculdade de Agronomia de Jaboticabal, a Universidade Estadual de Campinas e a Federal de São Carlos; a Escola Superior de Agricultura de Lavras e CEPLAN na Bahia.

Nos dois anos de vigência do Projeto serão desenvolvidos cerca de 40 sub-pro-

jetos e mais de uma centena de experimentos de campo e de laboratório, estudando-se aspectos ecológicos, biológicos, genéticos, taxonômicos de populações, da distribuição geográfica das espécies, danos econômicos e combate biológico das cigarrinhas, assim, como melhoramento e manejo das pastagens para combate da praga.

O QUE É

As cigarrinhas constituem um dos grupos de insetos que mais prejudicam as pastagens cultivadas no Brasil. Nos últimos anos os níveis populacionais desses insetos têm aumentado consideravelmente e, em algumas regiões, já se constituem em fator limitante às plantas gramíneas. Conforme os técnicos da EMBRAPA, é provável que a erupção de surtos de cigarrinhas tenha sido causada pela expansão da monocultura intensiva e, dada a sua origem tropical, as cigarrinhas têm encontrado condições favoráveis para adaptação às novas áreas de pastagens no Norte e Nordeste do País.

Nas regiões em que os invernos são mais rigorosos, como na região sul, as fases ativas do ciclo das cigarrinhas ocorrem apenas no período quente e chuvoso do ano, ou seja, de outubro a março. Isso não ocorre, contudo, nos Estados de clima mais quente, onde, mesmo no inverno, a temperatura não chega a baixar o suficiente para interromper, temporariamente, o ciclo das cigarrinhas.

Há indicações de que as cigarrinhas provocam maiores prejuízos logo após os períodos de maior precipitação pluviométrica, quando as forrageiras emitem brotações novas. Assim, as primeiras formas jovens do inseto atacam os brotos e raízes do capim. Os adultos, por sua vez, sugam a seiva da planta e inoculam, ao mesmo tempo, substâncias tóxicas. Como resultado, os processos fisiológicos da planta são afetados, reduzindo-se a massa verde e provocando posteriormente a morte da forrageira.

DESASTRE ECOLÓGICO

Conforme os pesquisadores da EMBRAPA, o uso indiscriminado de produtos químicos inseticidas poderá levar a um desastre ecológico nas vastas áreas ocupadas pela pecuária. Por isso, as pesquisas do Projeto Nacional de Controle das Cigarrinhas pretendem determinar combates da praga que não apresentem aquele risco.

Uma das saídas é o controle biológico, que consiste em elevar os níveis populacionais de inimigos naturais da cigarrinha (micro-organismos e outros animais parasitas e predadores), no sentido de alterar conscientemente o equilíbrio biológico das pastagens, de modo que a população de cigarrinhas seja mantida a níveis que não causem danos econômicos, eliminando a possibilidade de ameaça ao meio ambiente, animais domésticos e ao próprio homem.

Nós nos orgulhamos
das grandes realizações da **CCPL**

FÁBRICA JOSÉ ARAÚJO-FAJA **FÁBRICA EDUARDO DUVIVIER-FAED**

é que também participamos delas

Levando nossos trabalhos a se desenvolverem em ritmo acelerado, atendendo ao cronograma de construção, podemos hoje dizer, que participamos com a CCPL, nestas grandes realizações, que são a **FAJA** em Juiz de Fora-MG, considerada a maior fábrica de queijos do Brasil e que produz ainda leite em pó e outros derivados e a **FAED** em São Gonçalo-RJ, a mais moderna Usina de Laticínios da América do Sul. Para planejamento, projeto, construção, ampliação e reforma de obras industriais relativas a laticínios, frigoríficos, mercados, etc, consulte-nos sem compromisso:



FÁBRICA JOSÉ ARAÚJO

FÁBRICA EDUARDO DUVIVIER

COSAL

CONSTRUTORA SANTO ANTONIO LTDA



MATRIZ

Rua do Dancelção, 197 - sobreloja 107 - Tel.: 716-3184

Niterói - RJ

FILIAL

Rua dos Andradas, 675 - Juiz de Fora - MG



LIVROS E PUBLICAÇÕES

Sylvia Maria da Franca
Resumo com Apreciação

BRUNO FREITAS

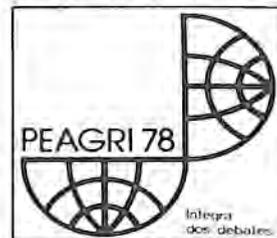
COMISSÃO DE FINANCIAMENTO
DA PRODUÇÃO - CFP

CATÁLOGO DE
PUBLICAÇÕES
EM CIÊNCIAS
AGRÍCOLAS

O MATADOURO DE SANTA CRUZ

(Com foto e estudo de uma comunidade)

1 ENCONTRO NACIONAL SOBRE
PERSPECTIVAS
AGRÍCOLAS 1978



ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Grupo de Trabalho em Ciências Agrícolas. *Catálogo de publicações oficiais em ciências agrícolas*. Rio de Janeiro, IAA, 1977. 113 p.

Resulta da contribuição das bibliotecas pertencentes ao Grupo de Trabalho em Ciências Agrícolas no Rio de Janeiro.

Dá a relação das publicações editadas pelos órgãos participantes: Departamento Nacional de Meteorologia; EMBRAPA. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação dos Solos; Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia. Centro de Estudos Agrícolas; Instituto do Açúcar e do Alcool; Instituto Brasileiro do Café; Projeto RADAM-BRASIL e Sociedade Nacional de Agricultura.

Tem por principal finalidade não só atender às necessidades informáticas dos usuários em ciências agrícolas e afins, como também permitir ao Governo melhor identificação e avaliação dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos neste importante setor de produção.



OLITTA, A. F. L. *Os métodos de irrigação*. São Paulo, Nobel, 1977. 267 p. il.

Mostra que a irrigação é uma técnica que proporciona um máximo de produção em complementação aos demais cuidados do preparo do solo, como: adubação, controle fitossanitário, etc.

Esclarece que a produção agrícola não pode ficar na dependência de precipitação pluviométrica oportuna.

Aborda com profundidade os princípios básicos e particulares dos principais métodos de irrigação.

FREITAS, B. *O matadouro de Santa Cruz; cem anos na vida de uma comunidade*. Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 1977. 159 p. il. Conta a história da criação do Matadouro de Santa Cruz, desde o tempo do Império até os dias atuais.

É de interesse para os historiadores, economistas, sociólogos, higienistas, médicos, nutrólogos e todos os que se interessam pela formação de nossa cidade.

Não é, entretanto, apenas uma crônica histórica do Matadouro de Santa Cruz, mas sim, um documentário selecionado do abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.



SANTOS, M. C. dos. *Jardim, horta e pomar*. Rio de Janeiro, Interciência, 1977, 192 p. il.

Mostra como lidar com flores e outras plantas e como criar pequenos animais domésticos.

Ensina técnicas indispensáveis à criação de jardins, hortas e pomares.

Apresenta tabelas úteis aos cálculos eventuais, bem como um glossário com termos técnicos utilizados e um calendário, onde as principais atividades jardineiras e as referências a pequena criação animal estão indicadas mês por mês.

Interessa principalmente aos que se dedicam pela defesa do meio ambiente e aos que gostam de plantas e desejam cultivá-las, seja em canteiro ou vasos, servindo também de guia aos que já tem seu jardim, horta ou pomar.

BRASIL. Comissão de Financiamento da Produção. *1 encontro nacional sobre perspectivas agrícolas 1978*. Brasília, 1977. 214 p. il.

Conta em transcrições taquigráficas a *Integra dos debates do Encontro Nacional sobre Perspectivas Agrícolas 1978 - Peagri - 1978*.

Mostra, além do aspecto documental, o confronto de indicações e opiniões com a própria realidade, que o Peagri tentou antecipar.

Possui um índice sobre estudos dos principais produtos agrícolas e previsões para o ano agrícola de 1978.

PREZADO LEITOR:

Colabore para o maior enriquecimento da Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura, ofertando-nos livros ou folhetos que tratem de assuntos agrônômicos e técnicas agrícolas, os quais serão divulgados nesta seção.

Agradecemos antecipadamente àqueles que atenderem a nossa solicitação.

A Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura é Depositária da FAO, franqueada ao público no horário das 12:00 às 17:00 horas.

ENDEREÇOS DAS EDITORAS DAS PUBLICAÇÕES EM REFERÊNCIA NESTA EDIÇÃO:

- Edição do Autor
Sociedade Nacional de Agricultura
Av. General Justo, 171 - 2.º andar
Caixa Postal, 1245
Rio de Janeiro - RJ
- Instituto do Açúcar e do Alcool
Biblioteca
Av. Presidente Vargas, 417 - 7.º andar
Rio de Janeiro - RJ
- Livraria Interciência
Av. Presidente Vargas, 435 - 5.º andar
Rio de Janeiro - RJ
- Livraria Nobel S/A
Rua Maria Antonia, 108
Caixa Postal, 2373
São Paulo - SP
- Ministério da Agricultura
Comissão de Financiamento da Produção
Setor de Edifícios Públicos
W3 - Norte - Q 514 - Bl. "B"
Brasília - DF



A FALTA QUE A FLORESTA FAZ

*Luís Carlos Baldicero Molion**
PhD em Meteorologia pela Universidade
de Wisconsin, EUA

() - Responsável pela Divisão de Climatologia do Departamento de Meteorologia do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), do CNPq, em São José dos Campos, SP.*

É difícil a avaliação da influência, que as florestas exercem sobre o clima, devido à complexidade dos processos físicos diretos e de realimentação (*feedback*), à falta de conhecimento adequado sobre o transporte de vapor de água através do sistema solo-planta-atmosfera e à variabilidade natural (intrínseca) do clima. Estudos sobre desflorestamento, em sua grande maioria realizados para latitudes temperadas, não apresentam resultados conclusivos a respeito dessas influências, principalmente porque o desflorestamento de uma região produzirá resultados distintos, dependendo do clima geral, imposto pela circulação geral da atmosfera, das propriedades de seu solo e do tipo de sua cobertura vegetal.

O propósito aqui é alertar os leitores de que um desmatamento em grande escala poderia não só afetar o clima regional da Amazônia como também, possivelmente, alterar o clima do globo. Para tanto, essa discussão se restringirá apenas às influências que a floresta possa exercer sobre o ciclo hidrológico que é, reconhecidamente, um dos fatores formadores do clima regional. O ciclo hidrológico é constituído pelas variáveis físicas *evaporação* (E) e *escorrimento superficial total* (*run off*, R), que, somados, devem igualar-se, em média, à *precipitação regional* (P) ou seja, em média tem-se, para uma dada região: P igual a E mais R.

Alteração em qualquer dessas variáveis implica a modificação do ciclo hidrológico, em escala regional e, conseqüentemente, do clima.

REDUÇÃO DA PLUVIOSIDADE

Uma das grandes questões sobre o clima da Amazônia é a seguinte: De onde provém o vapor de água que produz os altos índices de pluviosidade observados na região? Para responder a essa pergunta, lançou-se mão dos dados climatológicos e hidrológicos disponíveis para a bacia e, sob a hipótese de que o clima seria estável antes de se iniciar o desmatamento, concluiu-se que cerca de 50% do vapor de água, que constitui a precipitação média local, provém da evapotranspiração (evaporação mais transpiração) local, sendo os 50% restantes constituídos pelo vapor de água que é transportado, para dentro da região, pelos ventos alísios. Este fato contraria os resultados estabelecidos para regiões de latitudes temperadas, onde a contribuição da evapotranspiração, para a precipitação, é apenas cerca de 10%. Nessas latitudes, o regime de chuvas é, portanto, controlado pela circulação geral da atmosfera. Na Amazônia, ao contrário, a pluviosidade depende da evapotranspiração local.

Cientistas concordam que a retirada de florestas reduz a evapotranspiração por várias razões, entre as quais citam-se:

as árvores conseguem, por causa de seu sistema radicular profundo, extrair mais água do solo do que outros tipos de vegetação; a turbulência vertical, que é o meio mais eficiente no transporte de vapor de água para os níveis mais altos, é maior sobre as florestas. Um desmatamento em grande escala diminuiria a evapotranspiração, reduzindo a pluviosidade, e modificando, portanto, o clima regional.

Resta ainda comentar sobre a terceira variável, o *run off*, que, no caso da Bacia Amazônica, se for feita a hipótese de que não existe vazamento subterrâneo, seria a própria descarga do rio.

UM EXEMPLO CONCRETO

A área do Canal do Panamá é uma região tropical que, há cerca de 40 anos, era completamente coberta por florestas naturais, aos poucos destruídas. Antes de iniciar a obra do canal, a companhia construtora começou a coleta de dados de precipitação e descarga de uma pequena bacia hidrográfica (cerca de 10 mil km²) que, depois de represada, serviria para abastecer o sistema do canal. De fato, até recentemente, a represa supria as necessidades hídricas do sistema. Com a criação da infra-estrutura no local, os nativos começaram a ocupar a região e, através de técnicas agrícolas primitivas (derrubadas e queimas) destruíram quase que totalmente a vegetação natural, reduzindo-a a 30% do original.

Atualmente, durante a estação seca, a represa não consegue suprir as necessidades do sistema do canal, o que obrigou a companhia operadora a construir um sistema, bastante dispendioso, a fim de bombear água do oceano Pacífico para manter o canal em funcionamento. Sobre a hipótese de que o desmatamento teria sido o causador dessa mudança do ciclo hidrológico, realizou-se um estudo comparativo, tomando um período de 10 anos antes do desmatamento e outro igual após o desmatamento. Verificou-se que a precipitação anual média, sobre a bacia, não foi alterada significativamente. Este resultado era esperado, pois a região do canal é apenas uma faixa de terra entre dois oceanos e são estes que regulam seu clima. A média anual do *run off* também não foi modificada. Contudo, sua distribuição mensal foi alterada drasticamente. Durante os meses da estação chuvosa, o *run off* aumentou, e durante a estação seca, diminuiu sensivelmente, com relação ao período não desmatado. Ficou evidente, então, que a floresta exercia um efeito regularizador sobre a descarga do rio. Concluiu-se, portanto, que mesmo não alterando os índices médios de precipitação e *run off*, o clima foi modificado pela mudança na distribuição mensal do *run off*.

No caso da Amazônia, espera-se e tem-se, também, que a distribuição men-

sal do *run off* seja modificada com o desflorestamento, ocasionando, no Baixo Amazonas, maiores enchentes durante a estação das chuvas. Contudo, acredita-se que a descarga anual média não será modificada, pois ela é controlada pela quantidade de vapor d'água que é transportada para dentro da região pela circulação geral da atmosfera.

HIPÓTESE ASSUSTADORA

Poderia o desflorestamento, em grande escala, da Amazônia perturbar o clima do globo? O nosso planeta, devido a suas características orbitais, recebe mais energia solar nas regiões equatoriais do que nas polares. Cerca de 80% desse excesso de energia no equador é transportado para os pólos pela circulação geral da atmosfera. Essa energia entra na atmosfera equatorial sob a forma de *calor latente* de evaporação — a água, para evaporar, precisa de 600 calorias por grama de água evaporada, que são novamente liberadas quando o vapor, ao se elevar, encontra temperaturas mais baixas e se condensa.

Sabe-se que a Amazônia é a principal região do globo no fornecimento de *calor latente* para a atmosfera. Porém, ainda não se conhece, quantitativamente, a importância dessa distribuição. Se essa contribuição for deveras significativa, uma redução, por pequena que seja, na evapotranspiração local — consequência do desmatamento — diminuiria a quantidade de *calor latente* disponível para ser transportada para os pólos. Os pólos, recebendo menos energia, tornar-se-iam relativamente mais frios, podendo então iniciar-se uma nova *era glacial* com a consequente modificação do clima atual do globo, para um clima mais frio. As regiões mais afetadas seriam as de latitudes temperadas, atualmente as maiores produtoras de grãos alimentícios.

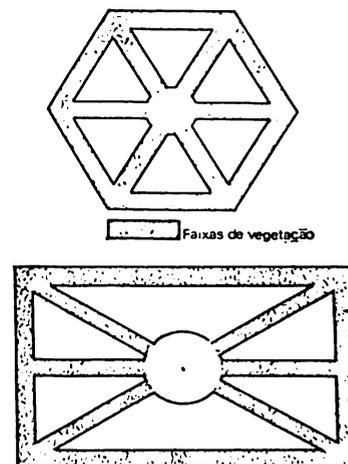
SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

A História está cheia de exemplos de civilizações altamente desenvolvidas, como Grécia e Babilônia, que deixaram de existir quando suas florestas foram removidas. Modernamente, países desenvolvidos como EUA e Alemanha estão pagando caro para restabelecer suas florestas severamente devastadas. Com o crescimento incontrolável da população mundial, e a consequente necessidade de uma maior produção agrícola, regiões tropicais, como a Amazônia, onde não há falta de água, dificilmente deixarão de ser utilizadas. Porém é necessário que essa utilização seja racional para que o clima e o ecossistema não sofram modificações irreversíveis.

Uma alternativa de exploração da floresta seria por *culturas sombreadas*. Dessa maneira, seria necessário apenas limpar sob a floresta e, provavelmente, retirar

algumas poucas árvores para facilitar o cultivo. Exemplos de culturas sombreadas são a variedade de café "coffea robusta", algumas variedades de feijão e o *cacaueiro* que há muito tempo é plantado sombreado, no Sul da Bahia e, em menor escala, no próprio Baixo Amazonas.

Outra alternativa seria o desmatamento racional, sem queimadas, mantendo faixas de vegetação natural, conforme esquema abaixo, por exemplo:



Entre as faixas de vegetação, os campos de pastagens ou cultivados. O total de vegetação natural preservada seria o exigido por lei (50%)

ILUSTRAÇÃO

Esses esquemas teriam as vantagens de não modificar muito o campo de ventos nos níveis próximos à superfície, e portanto, a turbulência vertical, de diminuir a erosão e a lixiviação dos solos expostos, além de outras vantagens econômicas como, por exemplo, no caso de pastagens as faixas de vegetação serviriam de *cerca natural*.

É fato conhecido que empresários resistem à implantação de técnicas agrícolas adequadas, pois eles visam primeiramente o lucro e, geralmente, tais técnicas são mais caras que as técnicas tradicionais. Entretanto, é necessário acabar com a agressão ao meio-ambiente sob a justificativa do lucro. A terra está ficando cada vez mais povoada. Antes era possível destruir um lugar e mudar para outro. Hoje, por falta de espaço, está sendo necessário mudar de atitude.

Os resultados aqui apresentados são de caráter experimental e algumas idéias de caráter especulativo, muito embora baseadas em sólidos princípios físicos. É evidente que mais pesquisas são necessárias para melhor estabelecer a influência que a Floresta Amazônica exerce sobre o clima regional e, principalmente, sobre o clima do globo. De qualquer maneira, este artigo é mais um alerta contra o desencadeamento de forças cujos efeitos o homem não pode prever (Transcrito do Jornal do Brasil).

PARABÊNS, DR. GERALDO!



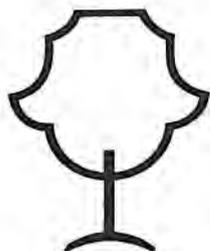
Geraldo Lira entre as principais colaboradoras administrativas da SNA.

Geraldo de Oliveira Lira, chefe da Secretaria da SNA, colou grau em dezembro último. Formou-se em Direito, pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. E simulta-

neamente, foi pai pela terceira vez. Geraldo é paraibano, daí a *coincidência*. Honra as tradições norteadoras da prole numerosa, muito embora não tenha "cabeça chata". Ao contrário, tem olhos claros, tez

clara e cabelo idem. É de Alagoa Grande, onde nasceu há 40 anos (aparenta 25). Aos dezesseis foi admitido no quadro de funcionários da SNA como auxiliar de biblioteca. Posteriormente passou à escriturário, assistente, e finalmente, chefe da Secretaria, em 21 de setembro de 1970, em pleno Dia da Árvore. Geraldo foi responsável pela seção "cartas" desta revista (quando dispunha de mais tempo), e vem secretariando a Comissão Especial de seleção dos *destaques* SNA e A LAVOURA, desde 1975. Na sessão da Diretoria de 27 de dezembro — a última de 1977 — por proposta do Presidente Luiz Simões Lopes, e a aprovação unânime dos demais Diretores, mereceu um voto de congratulações pela conclusão do curso jurídico, e o reconhecimento pelos bons serviços que vem prestando à Sociedade Nacional de Agricultura. Parabéns, Dr. Geraldo!

r.a.g.f.



**BOM NO PESO
E
BOM NA RAÇA
SÓ
NELORE
MARCA
TAÇA**

6 touros importados e
12 touros P.O. servem:
600 fêmeas Nelore
- com tradição
desde 1918 - e
130 fêmeas P.O.
e importadas



GODAR

Nascido em 1959, em ANDHRA PRADESH — INDIA.
Importado — Servindo na Fazenda Indiana desde 1965.
Os pais deste reprodutor ficaram na Índia.
GODAR é pai de diversos campeões.

Sêmen
à venda
na
SEMBRA
Barretos

FAZENDA INDIANA LTDA. - DURVAL GARCIA DE MENEZES E FILHOS

REBANHO FUNDADO EM 1918

ANTIGA ESTRADA RIO-SÃO PAULO, KM 31 — CAMPO GRANDE — RIO DE JANEIRO

Correspondência: Durval Garcia de Menezes

Av. Heitor Beltrão, 29 — Tijuca — Rio de Janeiro — Tels. 248-3125 — 228-7678 e 264-0585

O COMBATE AO CURUQUERÊ DO ALGODOEIRO



Reginaldo Dantas Cavalcante (*)
Engenheiro-Agrônomo

A praga mais importante da cultura algodoeira, para muitos agricultores, é o curuquerê (*Alabama argillacea* Huebner).

Também conhecida por lagarta das folhas, essa praga se alimenta unicamente do algodoeiro. Tem a cor verde, podendo ser até quase preta, com estrias no corpo. Uma única fêmea põe cerca de 500 ovos de pequeno tamanho, mas facilmente perceptíveis, por sua coloração verde-azulada. São postos sempre na face inferior das folhas, isoladamente. Após aproximadamente 6 dias as larvas eclodem e iniciam sua alimentação. Decorridos no máximo 20 dias terão mudado de pele de 4 a 5 vezes, atingindo seu maior tamanho, cerca de 4 cm de comprimento. A lagarta é de coloração verde-escura, com diversas listras longitudinais. Terminada essa fase de larva, o inseto enrola-se numa das folhas, onde se transforma em crisálida, permanecendo assim por 6 dias aproximadamente. Passado esse período, transforma-se em adulto, voltando a atacar a cultura. O ataque do curuquerê dá-se geralmente de maneira intensa, danificando seriamente a cultura, com desfolhamento das plantas, o que afeta o seu desenvolvimento normal. A produção não somente é diminuída, como também é de qualidade inferior, com fibras sem maturação perfeita, de tamanho menor, sendo também afetada a resistência e a finura.

Para combater essa praga o lavrador deve lançar mão de produtos de boa ação de contato e ingestão e de efeito rápido, como o Folidol, o Gusathion, Uden e outros.

O maior problema é que o aparecimento do inseto coincide sempre com a época das chuvas, o que impede a aplicação ou lava o que foi aplicado. Outro problema é a área plantada, às vezes superior à capacidade do agricultor em socorrê-la (número insuficiente de máquinas e carência de pessoal habilitado).

Para o controle perfeito do curuquerê, deve o lavrador iniciar o programa de tratamento, ao verificar os primeiros sinais de ataque, pois é nessa fase inicial que a praga é mais susceptível aos inseticidas.

O inseticida deve ser aplicado linha por linha de plantas, nunca "saltando", como fazem muitos, pensando que assim fazem economia. Da mesma maneira, no caso do polvilhamento, não aproveitar o vento para arrastar o pó para aplicar em várias linhas ao mesmo tempo.

A pulverização apresenta melhor eficiência.

As plantas devem receber boa cobertura do produto, até o ponto de escorrimento, quando a aplicação é feita em alto volume. Usando o médio ou o baixo volume, "molhar" a planta normalmente, pois o que atinge as folhas é o suficiente para eliminar a praga. Com máquinas costais ou mesmo usando tra-

tor com barras, é interessante que seja usado o "arco" com 2 bicos por linha de planta, atingindo, desse modo, as plantas no topo e partes laterais.

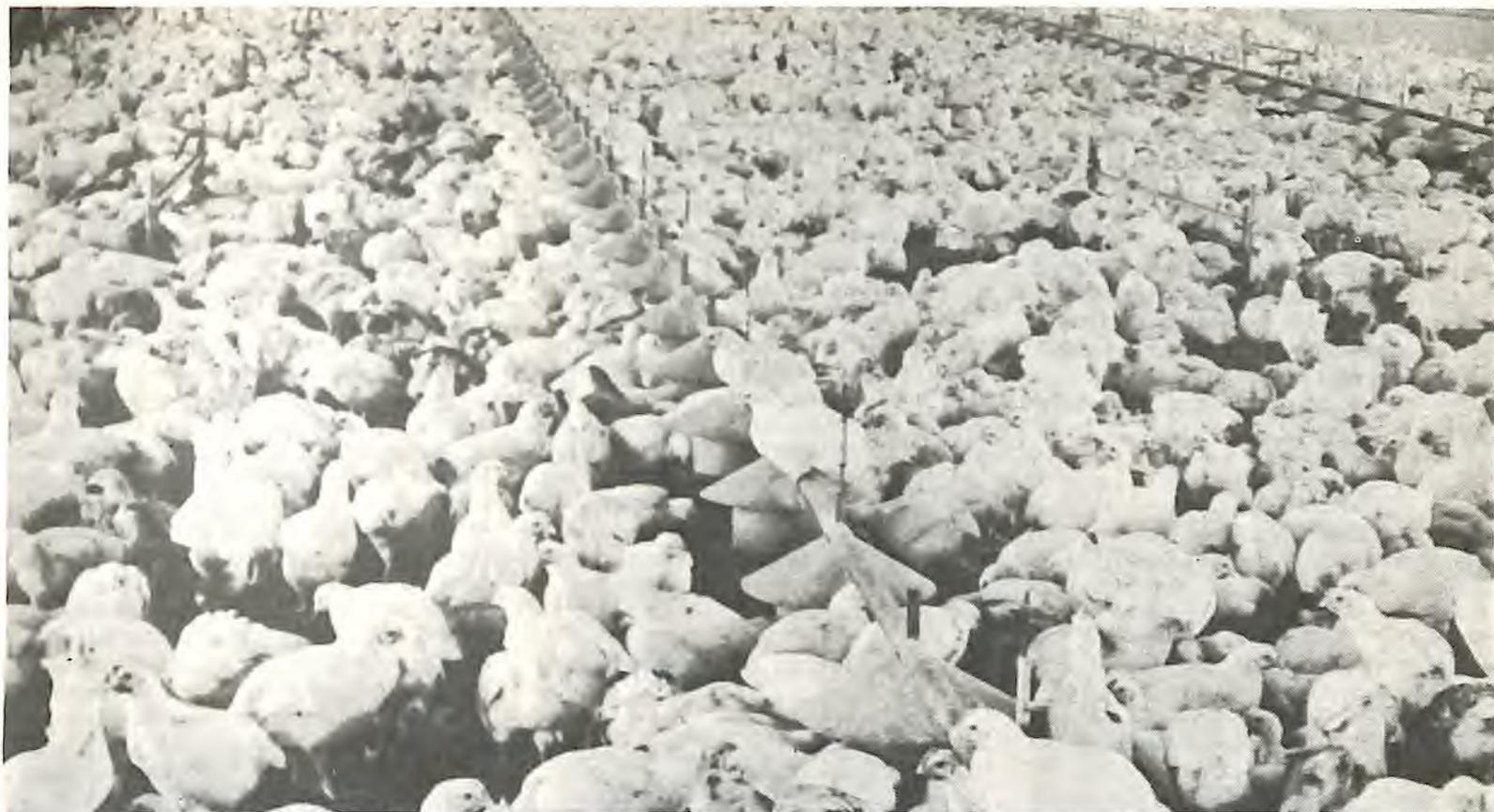
Para as áreas maiores o lavrador deve dispor de máquinas tratorizadas, para que possa atender rapidamente a plantação, não permitindo que o curuquerê chegue a causar danos de nível econômico elevado. Neste caso, fazer o plantio em faixas, deixando "ruas" para a passagem do trator, permitindo desde a fiscalização mais perfeita até a aplicação nos maiores focos.

A aplicação aérea, atualmente, é a maneira mais eficaz e mais rápida de controle, permitida porém somente para áreas mais extensas e em propriedades que dispõem de campos de pouso, próprio ou próximo, e outros requisitos.

As doses recomendadas dos produtos indicados para o controle do curuquerê variam de acordo com seu princípio ativo, indo desde 0,5 l/ha (80 cm³ por 100 l de água, em alto volume) para o Folidol, até 1,0 l/ha (160 cm³ por 100 l) para o Gusathion, Folithion, Uden, etc. No polvilhamento, empregar 12 a 18 kg/ha. Essa variação depende do tamanho da cultura a tratar.



(*) - Subchefe da Unidade de Experimentação da EMBRAPA no Ceará.



O PRIMEIRO PASSO PARA A ERRADICAÇÃO DA DRC DAS GALINHAS

Considerada uma séria ameaça à avicultura brasileira, com prejuízos aos empresários e conseqüências negativas no abastecimento do país, a Doença Respiratória Crônica (DRC), causada pelo *Mycoplasma*, poderá ser erradicada em futuro próximo. O primeiro passo nesse sentido está sendo dado: a organização de uma Comissão Técnica visando orientar o granjeiro quanto à problemática da DRC, suas decorrências e os meios possíveis para solucioná-la.

Essa iniciativa é a primeira conseqüência direta do "Programa Básico de Combate à Micoplasmose Aviária no Brasil", elaborado em novembro passado, quando da realização do Ciclo de Conferências sobre Micoplasmose Aviária, em São Paulo, patrocinado pela Comissão Científica da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo e com a colaboração da Elanco.

O programa, distribuído a todos os participantes do encontro e, posterior-

mente às autoridades relacionadas com o problema, é constituído de nove itens resultantes de demorados debates e sugestões de uma Comissão especialmente formada, na ocasião, objetivando a elaboração de um documento básico de orientação com vistas ao combate à DRC no País.

O PROGRAMA

Tendo como objetivo mais amplo o combate à Micoplasmose Aviária no Brasil, o programa visa especificamente a erradicação da DRC das galinhas. Segundo os membros da Comissão, esse trabalho somente será bem sucedido se contar com a decisão firme e voluntária dos avicultores nacionais e com a colaboração de todos os que militam no setor avícola. Por outro lado, foi recomendada a participação das empresas avícolas através de financiamento de projetos de pesquisa, objetivando melhor conhecimento

do programa. Quanto à participação do Ministério da Agricultura, ficou decidido que será normativa, ficando a seu cargo garantir o abastecimento de antígenos e reagentes em quantidade e qualidade compatíveis com os trabalhos.

Quanto às Secretarias de Agricultura, Institutos Oficiais e instituições credenciadas, deverão participar do Programa através da realização de diagnóstico e orientação técnica.

Outro item sugere a implantação definitiva da Inspeção Sanitária, ao nível de abatedouros, objetivando a orientação da empresa avícola sobre o assunto, além de atuar como um sistema auxiliar do programa de erradicação.

Já as Universidades e os Institutos de Pesquisa deverão ter a seu cargo as investigações no setor, de modo a fornecer aos interessados os elementos que necessitam para enfrentar, com êxito, os problemas causados pela doença.

Ficou ainda decidido que a instalação de laboratórios regionais com pessoal e

material necessários aos estudos sobre micoplasmose deve ser estimulada, de modo a possibilitar um diagnóstico rápido e acertado, quando isso se fizer necessário; que deve haver uma ampla campanha de conscientização para motivar os interessados sobre a importância da doença e indicar as medidas que devem ser tomadas para diminuir seu efeito ou neutralizar os prejuízos dela decorrentes e, finalmente, que as entidades financiadoras da pesquisa no Brasil deverão ser informadas de que os avicultores brasileiros consideram os estudos sobre a micoplasmose aviária como da mais alta prioridade.

OS IDEALIZADORES

A comissão responsável pelo Programa, a convite da Comissão Científica da FMVZ da USP, esteve formada por: Osmane Hipólito, representante da Comissão Científica e Coordenador do Ciclo de Conferências; José Maria Lamas da Silva, professor titular da UFMG; Egladson J. Campos, professor-adjunto da UFMG; Claudia Kortwich, médica-veterinária do DIPOA; Charles S. Helmboldt, professor Emérito da Universidade de Connecticut; Donald K. Weymouth, diretor do Centro de Pesquisas Veterinárias Elanco; Mário Nakano, Chefe da Seção de Doenças de Aves do Instituto Biológico; Eunio Ney Teixeira, do Ministério da Agricultura; Luiz Antonio Penteadado, da Secretaria da Agricultura de São Paulo; Margarida Maria Lopes, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATTI, Campinas; Lariston Von Schmidt, Presidente da União Brasileira de Avicultura; Flávio Fernandes, representante da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; Suelli Stringeri Badaró, representante do Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Animais.

O CICLO

Com a participação de representantes de integrações e matrizeiros, o Ciclo de Conferências sobre Micoplasmose Aviária reuniu especialistas brasileiros e norte-americanos na doença, objetivando dar um panorama atual do problema no Brasil, mostrar como os Estados Unidos conseguiram a erradicação e como aproveitar esse *know-how*.

O primeiro palestrista, Osmane Hipólito, discorreu sobre "Os Aspectos Científicos da Micoplasmose no Brasil". Para ele, "o projeto de Federalização da Inspeção de abatedouros avícolas foi uma das medidas mais corajosas tomadas nos últimos tempos, pois iria salientar a importância da doença. Infelizmente, parece que o assunto foi adiado face às reações provocadas entre os que não se interessam pela qualidade sanitária dos produtos avícolas".

Disse também que "com o incremento das exportações de carne de aves, o assunto terá que ser reexaminado para que se encontre uma solução que atenda aos interesses do País. Durante a exposição do tema "DRC das Galinhas e Sinusite Infecciosa dos Perus - Sua Importância no Brasil", José Maria Lamas da Silva salientou que "com conhecimentos que se têm hoje sobre a doença e com a experiência de outros países em seu controle, é perfeitamente possível partir para um programa nacional de controle. Sendo uma infecção de transmissão vertical e horizontal, não é absolutamente inviável atingir a erradicação total. O primeiro grande passo já foi dado entre nós, o de proibir a importação de ovos e aves portadoras de *Mycoplasma Gallisepticum*. Partindo de um plantel livre, o trabalho dependerá apenas de um bom programa de manejo, isolamento e legislação apropriada.

TRATAMENTO DO OVO DE INCUBAÇÃO

"Dentre os muitos meios que têm sido desenvolvidos para controle e erradicação da Micoplasmose Aviária, o tratamento do ovo de incubação, devido à própria etiologia da doença, está sendo objeto de inúmeras pesquisas". A informação é de Egladson J. Campos que, discorrendo sobre "Tratamento de Ovos de Incubação como um meio de Controle da Micoplasmose Aviária", explicou que o sucesso do tratamento a ser aplicado está na dependência de 4 fatores: sensibilidade do organismo infectante à droga utilizada; administração de uma dose correta e que seja realmente suficiente; efeito do tratamento empregado sobre o rendimento de incubação e aplicação na época correta das condições locais.

Tendo como base esses princípios, foram idealizados os métodos para tratamento de incubação, tanto de galinhas como de perus classificados como: imersão, injeção direta e térmico, todos eficientes, mas com aplicação diretamente na dependência das condições locais".

CONDENAÇÃO DE CARCAÇAS

Outra conferencista do Ciclo, Claudia Kortwich, veterinária do DIPOA, falando sobre "Condenação de Carcaças no Abatedouro", informou que "dos 34 abatedouros avícolas do Estado de São Paulo sob jurisdição Federal, de janeiro a setembro do ano passado, houve uma condenação de carcaças decorrentes da DRC de 0,82% (total e parcial) com sérios prejuízos aos empresários e repercussão negativa no abastecimento da população. As doenças respiratórias não são transmissíveis ao Homem, mas tornam as aves com aspecto repugnante desagradando ao consumidor".

Já o especialista norte-americano Charles S. Helmboldt que falou sobre "Aspectos Científicos da Micoplasmose nos Estados Unidos e Erradicação da Micoplasmose nos Estados Unidos", é de opinião de que "a Medicina Veterinária reagirá e se adaptará aos desenvolvimentos genéticos e de nutrição. No que se refere à Micoplasmose no Brasil será necessário: uma boa administração, procurar produtoras negativas e não errar, como nós, nos Estados Unidos erramos. Antigamente cuidávamos de pequenas operações; agora enfrentamos complexos gigantescos, operações integradas de mobilidade e de organização tremenda".

Encerrando o Ciclo de Conferências, Donald K. Weymouth explicou "A Experiência de Campo com o Controle de Micoplasmose nos Estados Unidos". Após detalhar diversos métodos que podem ser utilizados para controlar o micoplasma, citando como o mais bem sucedido até agora, o uso de antibióticos, disse que "no Brasil somos afortunados em alguns aspectos do controle do Micoplasma, tal como a oportunidade de aprender da experiência de outros países; também os avoazeiros têm um suficiente suprimento de lotes negativos disponível e nosso clima não requer que fechemos completamente os galpões permitindo melhor ventilação. Há entretanto algumas desvantagens, a mais séria o fato de não termos uma indústria integrada, com o agravante da falta de suporte laboratorial".

ASTENIA SEXUAL

Voronoff revolucionou a Medicina demonstrando a possibilidade da restauração das energias perdidas e de vigor sexual. Chamamos a atenção da classe médica para a fórmula de TONOKLEN (comprimidos), destinada à restauração das funções genitais.

NAS FARMÁCIAS E DROGARIAS
OU PELO REEMBOLSO - CAIXA
POSTAL 24.039 - TIJUCA-RIO

Tosse?
XAROPÉ
MUSSAMBÊ
eficaz e seguro

Notícias & Informações do Brasil

RIO DE JANEIRO

PESAGRO-RIO VAI INDICAR AS MELHORES TÉCNICAS PARA AUMENTAR CULTIVO DO CAJU



A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado (Pesagro-Rio), vinculada à Secretaria de Agricultura, está realizando estudos com a finalidade de desenvolver a tecnologia mais apropriada para o cultivo de caju e abacaxi nas áreas de restinga fluminenses que, somente no município de Macaé, representam cerca de 20 mil hectares.

A informação foi transmitida pelo presidente da empresa, Maurício Cantalice de Medeiros, ao Governador Faria Li-

ma, durante a visita que fizeram às obras de construção da nova sede da Estação Experimental de Macaé, cuja inauguração está marcada para o mês de março.

PROGRAMAÇÃO

A finalidade das pesquisas na Estação e no Campo Experimental de Quissamã, que abrangem também os citros e a banana, de acordo com a recomendação do Secretário de Agricultura, José

Resende Peres, é definir novas técnicas que permitam um manejo mais racional dessas culturas, bem como obter variedades mais produtivas e sadias que as atualmente em exploração comercial, para serem levadas ao campo.

Explicou o presidente da Pesagro-Rio que, da safra de cajueiros nativos, já iniciada na restinga, estão sendo colhidas as melhores castanhas para a produção de porta-enxertos, a serem fornecidas aos agricultores. A copa desses porta-enxertos será de material produzido pelas mudas de cajueiros obtidas em Pacajus, no Ceará. O objetivo da Pesagro-Rio é contribuir para que os agricultores possam vir a ter uma nova alternativa com o cultivo de caju e abacaxi nas áreas de restinga que em Macaé chegam a 20 mil hectares.

NOVA SEDE

A nova sede da Estação Experimental de Macaé, em fase adiantada de construção, nas dependências da antiga Estação Experimental de Fruticultura de Clima Tropical, cedida pela Secretaria de Agricultura à Pesagro-Rio, contará com salas para pesquisadores e dois laboratórios, um de fitopatologia e outro de entomologia. A nova Estação ocupará uma área útil de 400 metros quadrados e seu custo está estimado em Cr\$ 2 milhões e 200 mil.

Esses investimentos somados aos que estão sendo aplicados na Unidade de Pesquisa de Campos, chegam a cerca de Cr\$ 8 milhões, que servirão para reaparelhar as unidades da Pesagro-Rio, permitindo que a empresa disponha de uma estrutura de pesquisa com vistas a atender, prioritariamente, ao Norte Fluminense.

INAUGURADO CENTRO DE CONTROLE BIOLÓGICO



O Governador Faria Lima inaugurou em Niterói, o Centro de Controle Biológico, setor da Secretaria de Agricultura do Estado, cujas instalações custaram Cr\$ 1,5 milhão e incluem uma câmara asséptica e um insetário, com o objetivo de dar maior apoio aos produtores rurais fluminenses, no combate biológico às pragas que atacam as lavouras e as pastagens.

Os primeiros trabalhos a serem desenvolvidos no Centro de Controle Biológico visarão o combate às pragas das pastagens, representadas por *cigarrinhas*, *co-*

chonilhas e *lagartas*. Para o controle das cigarrinhas, está em produção o fungo entomógeno *Metarrhizium anisopliae*. Na subordinação às leis da Natureza, na luta pela sobrevivência — base do método do controle biológico das pragas — o metarrhizium destrói a cigarrinha, protegendo a ecologia.

No caso das cochonilhas das gramíneas, a Secretaria de Agricultura está incrementando a produção do inimigo natural daquela praga, um micro himenóptero, a *Neodusmetia sangwani*, pequeno inseto originário da Índia, de cor escura,

com cerca de um milímetro de comprimento, cujos machos são alados e as fêmeas sem asas e que se locomovem em pequenos saltos. Os insetos, na fase adulta, vivem pouco mais de 48 horas, tempo necessário e suficiente para o acasalamento e a postura de ovos no corpo das cochonilhas, que são destruídas.

As vespínhas, criadas em laboratório, são levadas para o campo com a utilização de pedaços de capim onde as cochonilhas existentes já se encontram parasitadas. Com o método, a praga é controlada de modo eficaz e econômico, sem os inconvenientes do combate químico, que obrigaria a retirada do gado das pastagens por um período de dez dias, a fim de protegê-lo da toxidez de inseticidas usados.

O controle biológico insere-se, principalmente, na série de esforços realizados pela ciência e pela técnica, visando a encontrar meios eficazes e econômicos de combate às pragas que, ao mesmo tempo, preservem o meio ambiente, pois cada vez mais os defensivos químicos estão contaminando campos e rios, destruindo pássaros e peixes, comprometendo a saúde humana e animal. O Centro, localizado em Niterói, Alameda São Boaventura, 770, já possui estoque do fungo e do micro himenóptero, para fornecimento gratuito aos produtores rurais do Estado.

MINAS GERAIS

SOCIL INAUGURA SÉTIMA FÁBRICA DE RAÇÕES



Para dinamizar a produção de rações balanceadas e concentrados para o abastecimento dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Bahia e o Nordeste, a Socil Pró-Pecuária S.A. construiu uma nova fábrica em Contagem, com capacidade de 15 mil toneladas mensais, num investimento de Cr\$ 18 milhões. O complexo de silos, misturadores, melaceador, peletizador, ensacadeira e despacho foi totalmente montado com equipamentos nacionais. A fábrica, com 3.400 metros quadrados de área construída, é das mais modernas tanto em relação à estocagem a granel, onde se pode armazenar até 90 por cento das matérias-primas, quanto à construção, que é vertical, permitindo uma dosagem através de 12 silos que alimentam a balança. A mecanização total das operações de estocagem, moagem, dosagem, mistura, incorporação de melado e prensagem proporciona uma grande economia de mão-de-obra e elimina praticamente qualquer risco de erro.

COLHEDEIRA DE CANA



Aprovada pelo Ministério da Agricultura, está sendo lançada no mercado brasileiro a colhedeira de cana inteira TOFT I-200, totalmente fabricada no Brasil, acoplada a trator agrícola.

Segundo Patrik Lindin, gerente de marketing da TOFT do Brasil, "a I-200 deve ter grande aceitação junto ao pequeno e médio produtores brasileiros, cujo índice de mecanização da colheita de cana-de-açúcar não ultrapassa os 30%. A TOFT I-200 não exige investimento adicional em infra-estrutura. Podem ser utilizados os equipamentos já existentes nas usinas, como por exemplo os caminhões normalmente empregados no transporte da cana." Entre as principais vantagens da colhedeira I-200, Patrik Lindin aponta o baixo custo de aquisição e manutenção, a possibilidade de

abertura de talhão em qualquer ponto do canavial, a regulagem de altura de corte que vai desde 1,5 cm abaixo do nível do solo (para o cortador de base) até entre 1,00 e 3,25 m de altura, (para o cortador de pontas) e ainda a possibilidade da I-200 cortar cana também para sementes. Como resultado final da operação da I-200, a cana fica depositada em montes no chão — livre de pontas — para ser carregada pelas carregadoras convencionais nos transportadores.

"A colhedeira de cana inteira TOFT I-200 — finaliza Lindin — é um equipamento de grande utilidade para a maior parte dos produtores brasileiros, pois representa uma etapa intermediária e muito menos custosa entre a colheita manual e a colheita totalmente automatizada".

GERA ELETRICIDADE SEM GASTAR COMBUSTÍVEL

A empresa Máquinas Agrícolas Fortuna Ltda., de São José do Rio Preto, está introduzindo no mercado o Eletrofortuna, um gerador de eletricidade movido a vento. O equipamento gera uma corrente contínua de energia elétrica de 24 volts, o que permite inúmeras aplicações na área rural, como iluminação residencial, alimentação de aparelhos eletrodomésticos, além de aplicações específicas em instrumentos instalados em locais desprovidos de linhas de transmissão de eletricidade. O preço do produto ao comprador não deve ultrapassar os 25 mil cruzeiros. Sua manutenção e controle não requerem técnica especial — a bateria acumuladora, por exemplo, é a mesma utilizada em veículos automotivos como tratores, etc. De acordo com o fabricante, a maior vantagem do Eletrofortuna é o aproveitamento da energia do vento, que é gratuita, em substituição ao uso de motores movidos a combustível.



COMPRE UM CAVALO ÁRABE NA BOLSA



A Associação dos Criadores do Cavalo Árabe está incrementando as atividades da Bolsa do Cavalo Árabe com a finalidade de incentivar e facilitar o intercâmbio de puros sangue e mestiços, entre seus sócios e novos pretendentes dessa raça nobre, bem como difundir a imagem desse animal em áreas até então não atingidas.

A iniciativa decorre do elevado número de pessoas que visitam a entidade, interessadas na aquisição de cavalos da raça Árabe. O processo para o criador colocar seu animal a venda, na Bolsa, é bastante simples. Basta enviar o nome do cavalo, seu preço e foto que o identifique para a Associação dos Criadores do Cavalo Árabe, Parque Fernando Costa, Água Branca, Av. Francisco Matarazzo, 455, — Pavilhão 11, fone 263-1774.

MODERNAS TÉCNICAS PRODUZEM UVAS E MELÕES NO NORDESTE



A Persico Pizzamiglio, tradicional fabricante de tubos de aço está colocando no mercado brasileiro cerca de 400 toneladas de uvas de mesa de castas finas, tipo Itália e Patrícia, e 600 toneladas de melões. Trata-se dos primeiros resultados da iniciativa pioneira da empresa em desenvolver, em pleno sertão nordestino, o cultivo de produtos não tradicionais da região.

O êxito obtido, com a introdução de modernas técnicas agrícolas — 6 quilômetros lineares de aquedutos que irrigam uma área de 220 hectares através de 20 mil metros de canais e 15 mil metros de drenos — orientadas por uma equipe

de engenheiros agrônomos, permitiu à empresa desenvolver novos planos para diversificar suas culturas, visando, principalmente, abastecer os mercados do nordeste e do sul do País.

A Fazenda Milano, em Petrolina, é projeto próprio da Persico Pizzamiglio, aprovado pela Sudene, onde a empresa também cria gado de raça, contando com cerca de 10 mil metros de estábulos e 350 hectares de pastagens. Segundo seus diretores o desenvolvimento de reprodutores de alta linhagem, da raça Nelore, tem por objetivo a melhoria do rebanho bovino da região, além de propiciar adubo de alta qualidade para as vinhas.

EMATER-RS APLICOU 381 MILHÕES EM CRÉDITO RURAL

As aplicações de recursos financeiros através do crédito rural orientado, conjugado à assistência técnica e extensão rural, sob a orientação da ASCAR, ora em incorporação pela EMATER-RS, de janeiro a outubro de 1977, elevaram-se a 381 milhões e 521 mil cruzeiros para um total de 6.111 financiamentos.

O crédito rural é utilizado pelo Serviço de Extensão Rural como um dos instrumentos indispensáveis para a viabilização da introdução de novas e modernas tecnologias no setor agropecuário do Estado, visando obter resultados mais compensadores para os produtores rurais, pela maior produção e por uma melhor produtividade.

Rodolpho Ferreira, Presidente da EMATER-RS, assegura que sua Organização continuará a utilizar o crédito rural orientado nos programas de difusão de tecnologia agropecuária, pois considera realmente efetivo o tripé tecnologia-crédito-assistência técnica. Uma especial atenção deverá ser dada ao volume de crédito orientado disponível e utilizado pelos pequenos produtores rurais.

Além das linhas normais de crédito, a EMATER-RS atuará nos programas especiais de crédito rural, para cuja aplicação é indispensável a presença da assistência técnica. Desse modo, carreará recursos financeiros excepcionais da rede bancária oficial e privada, aos municípios com os quais mantiver convênios. Por esse motivo, o Presidente da EMATER-RS ressalta a grande importância de as Prefeituras Municipais manifestarem-se sobre se desejam ou não que seus municípios participem da Programação da EMATER-RS, a fim de que aquela Organização possa planejar sua atuação no setor de crédito para 1978.

Notícias & Informações Internacionais

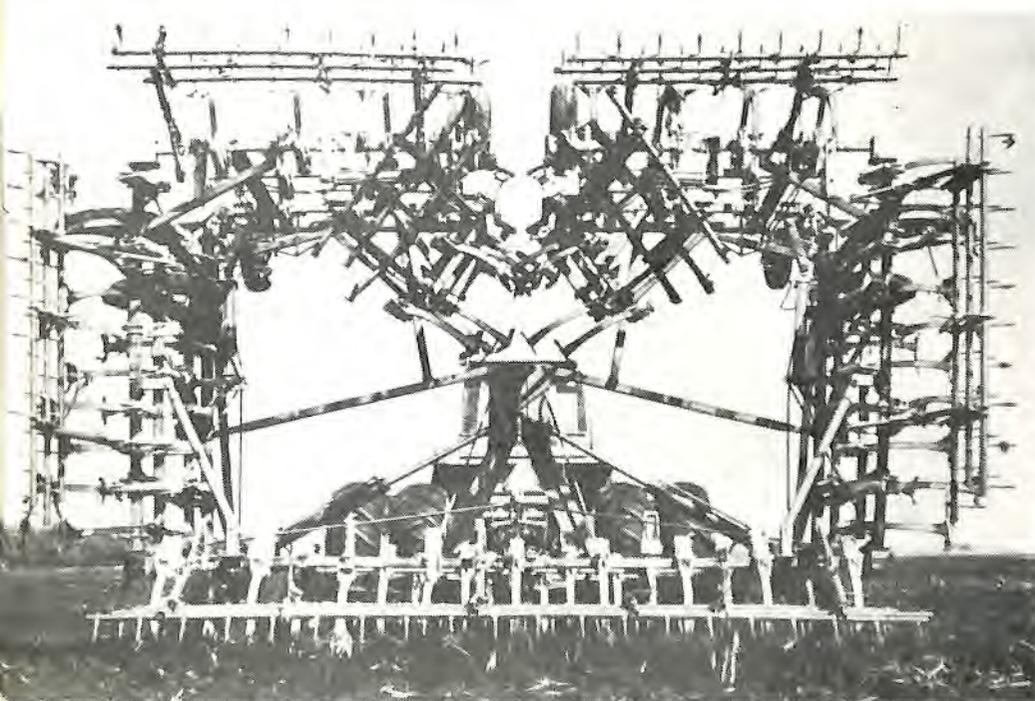
NAÇÕES UNIDAS

FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – a mais nova repartição da ONU de assistência aos países carentes – encerrou a primeira sessão do seu Conselho Administrativo, e já está pronto para a tarefa de ajudar o mundo em desenvolvimento a produzir maior quantidade de alimentos. Em princípio, o órgão adotou normas para conceder empréstimos e subsídios com o fim de acelerar a produção agrícola nos países onde há carência de alimentos, mediante a contribuição de 1 bilhão de dólares prestada pelos países industrializados e as nações produtoras de petróleo em expansão. É esta a primeira vez que os dois grupos uniram esforços como importantes doadores no seio de uma organização internacional, o que o presidente do Fundo, Al-Sudeary, da Arábia Saudita, considera um grande passo na história do desenvolvimento e da cooperação econômica internacional.

O Conselho aprovou ainda o orçamento líquido de administração do Fundo, elegendo ao mesmo tempo uma junta executiva constituída de representantes dos países doadores e beneficiários. No decorrer dos trabalhos, os membros do FIDA tiveram o seu número aumentado de 91 para 114, sendo que sessenta e dois deles já completaram a ratificação do acordo. Os empréstimos se estenderão por um período de 15 a 50 anos com um custo estimado de um a oito por cento aos devedores. Para definir a pobreza, o Fundo adotará um duplo critério econômico e nutricional: os povos de renda inferior a 500 dólares por ano, e as populações cuja alimentação seja inferior à média de 2.500 calorias por dia. O primeiro empréstimo deverá ser aprovado em março do ano que vem, quando o FIDA voltará a se reunir (Stuart Lawrence).

ESTADOS UNIDOS



NOVA MÁQUINA PARA A AGRICULTURA

Esta máquina de estranha aparência é o mais recente instrumento de cultivo que a Chase Company, de Racine, Wisconsin, coloca no mercado de instrumentais para a agricultura. Seus braços, operados hidráulicamente, alcançam uma área de 5,5 metros de largura por quase 16 metros de extensão. Hastes especiais permitem movimentos giratórios e controle de profundidade precisos, a fim de harmonizar o trabalho da máquina com as condições do solo ou com o tipo das culturas.

CONTROLE ELÊTRÔNICO NA ALIMENTAÇÃO DE VACAS



Um criador de gado ajusta o painel de controle do mais recente conceito eletrônico britânico em alimentação de vacas leiteiras produzido para resolver um problema de muitos pe-

cuaristas - como tratar um grande número de animais com o mínimo de mão-de-obra e o máximo de atenção para as necessidades de cada um (Foto BNS).

VERDURAS COMO PROTEÍNA ANIMAL



Clive Walker, gerente de uma usina britânica de processamento de alimentos, exhibe amostras de rações que representam um avanço tecnológico na conversão de resíduos de verduras e legumes em proteína animal (Foto BNS).

AJUDA À AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA

O Ministério de Desenvolvimento e Ultramar anunciou em Londres que a Grã-Bretanha vai fornecer 625 mil libras esterlinas (aproximadamente 18 milhões 750 mil cruzeiros) para ajudar a estabelecer um programa para o desenvolvimento de agroindústria no Brasil.

Uma equipe de consultores britânicos liderada pela Sir Alexander Gibb and Partners e financiada através do programa de cooperação técnica da Grã-Bretanha no Brasil, vai iniciar brevemente um estudo de dois anos no Estado de Pernambuco.

A equipe britânica é formada por um economista industrial, um agrônomo, um economista agrícola, um economista de "marketing" e um técnico de processamento e será auxiliada por visitas de curta duração de oito especialistas em vários campos e por uma pesquisa de mercado internacional realizada pelo Instituto de Produtos Tropicais, que já preparou algumas bases para auxiliar o desenvolvimento de Pernambuco. Em colaboração com a Sir Alexander Gibb and Partners também participarão do projeto duas outras firmas - Hunting Technic Services Ltd. e Cooper Lybrand and C

UM CASAL AFORTUNADO



O porco galês (Welsh) foi considerado o Supremo Campeão no "Royal Show" de 1977. Os vencedores do Troféu Flack Challenge, ofere-

cido aos dois campeões, macho e fêmea, de uma mesma raça, foi para o varrão Ousden Davids Lad e a fêmea Halesfarm Julia (Foto BNS).



Milho... e só milho em sua lavoura.

Wolfe & Carré

Quem conhece
PRIMEXTRA 500 FW
pode esquecer
as ervas daninhas.

PRIMEXTRA 500 FW
o herbicida seletivo
para milho, comprovado.

CIBA-GEIGY
CIBA-GEIGY QUÍMICA S.A.

Divisão Agroquímica
Av. Santo Amaro, 5137
Tel: 241-0691
São Paulo - SP



Desejo receber gratuitamente o boletim Técnico Primextra 500 FW.

Nome: _____
Rua: _____
Cidade: _____
Estado: _____ n.º _____

O DISCO DA CIDADE E DO CAMPO.

O Disco, uma das maiores redes de supermercados deste país, com um potencial de 45 lojas integrantes e integradas na vida de tantas cidades, em dois grandes estados brasileiros, vem desenvolvendo e cada vez mais ampliando sua retaguarda de abastecimento e hoje representa um grande complexo comércio-industrial.

Começa por sua moderna indústria avícola, instalada em Areal, Município de Três Rios, dotada de todos os recursos e com capacidade para abater 15.000 aves por dia.

Outra relevante iniciativa industrial da empresa foi a implantação da grande Fazenda Disco, localizada em Paraíba do Sul, onde se desenvolve um gigantesco projeto leiteiro. Esse é o Disco da cidade e do campo. Uma organização que permite que se chame suas lojas de verdadeiras casas de fazenda.



O caminho certo.